

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CCTS – CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO
AMBIENTAL

FRANCESCA ANTONIELLA BORSANELLI

**IMPACTOS CAUSADOS ÀS POPULAÇÕES DO BAIRRO DA SERRA, IPORANGA
E APIAÍ DEVIDO AO FECHAMENTO DAS CAVERNAS TURÍSTICAS DO PETAR
(2008) NA VISÃO DOS *STAKEHOLDERS***

Sorocaba
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CCTS – CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO
AMBIENTAL

FRANCESCA ANTONIELLA BORSANELLI

**IMPACTOS CAUSADOS ÀS POPULAÇÕES DO BAIRRO DA SERRA, IPORANGA
E APIAÍ DEVIDO AO FECHAMENTO DAS CAVERNAS TURÍSTICAS DO PETAR
(2008) NA VISÃO DOS *STAKEHOLDERS***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental, para a obtenção do título de Mestre em Gestão Ambiental.

Orientação: Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo.

Co-orientação: Prof. Dr. Zysman Neiman.

Sorocaba
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências e Tecnologias Para a Sustentabilidade
Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Francesca Antoniella Borsanelli, realizada em 07/05/2018:

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo
UFSCar

Profa. Dra. Eliana Cardoso Leite
UFSCar

Prof. Dr. Sidnei Raimundo
EACH-USP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Sidnei Raimundo e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo

Borsanelli, Francesca Antonielli

Impactos causados às populações do Bairro da Serra, Iporanga e Apiai devido ao fechamento das cavernas turísticas do PETAR (2008) na visão dos stakeholders / Francesca Antonielli Borsanelli. -- 2018.

96 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador: Heros Augusto Santos Lobo

Banca examinadora: Eliana Cardoso Leite, Sidnei Raimundo

Bibliografia

1. Impactos do turismo. 2. Planos de Manejo Espeleológico. 3. Espeleoturismo. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

DEDICATÓRIA

*Com amor e gratidão: aos meus pais, Zilda e Silvio, e à minha irmã, Carol!
Ao Juju, meu eterno gatinho de estimação!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, principalmente, à Zilda, minha mãe, sem a qual, eu não teria condições de elaborar essa dissertação e nem estar presente neste mundo. Os meus mais sinceros agradecimentos à você! Nunca vou me esquecer disso.

À minha irmã, Carol, e meu pai, Silvio, por sempre estarem presentes mesmo distantes; pela ajuda e também pelos conselhos acadêmicos.

À minha amiga, Carol. Quando eu mais precisava de um ombro amigo, era sempre você que estava lá.

Sempre serei eternamente grata ao meu orientador, Heros Lobo. Não escondo de ninguém a minha admiração por ele, que cresce mais a cada ano. Exemplo de profissional e de pessoa! Obrigada por sempre acreditar em mim, pela amizade, paciência, atenção e por me ajudar a concretizar mais essa empreitada!

Agradeço também ao Zysman, meu co-orientador, que foi a pessoa que me deu de presente a ideia de fazer essa pesquisa tão especial, alguns anos antes de iniciá-la. Se não fosse você, acho que não teria sido. Obrigada por me apresentar ao PETAR e às Unidades de Conservação! Obrigada também pela atenção, amizade e pela co-orientação neste trabalho!

Agradeço aos membros das bancas examinadoras de qualificação e defesa, Eliana Cardoso Leite, Maurício Marinho e Sidnei Raimundo, pela atenção e contribuições.

Agradeço aos colegas da turma do mestrado, que foram grandes companheiros e amigos neste momento da minha vida! Um agradecimento especial à Isadora Parada, Mariana Arena e Paula Reis, por serem tão solícitas, atenciosas e pelo carinho! Sucesso para todos nós!

Meus agradecimentos não poderiam deixar de incluir o pessoal da região mais linda do estado de São Paulo. Agradeço imensamente aos senhores Harald Adam e Abílio Ferreira, pelas ajudas no campo, com hospedagem e alimentação, em suas pousadas. Vocês não tem ideia do quanto me ajudaram! Obrigada, de coração!

Agradeço também ao Rodrigo Aguiar, chefe do PETAR, por cuidar com tanto carinho desse lugar que eu amo tanto, e pela atenção.

Ao Júlio, de Iporanga, que se tornou meu amigo! Obrigada por me salvar várias vezes, pela amizade e pelos momentos queridos que compartilhamos nas minhas horas de folga! Melhor pessoa de Iporanga.

Obrigada a todos os *stakeholders* que participaram deste trabalho. Todos vocês acrescentaram em muito!

Obrigada à Sandra, secretária do PPGSGA, sempre tão solícita.

E agradeço ao Matheus Gonçalves, pelas ajudas técnicas no meu notebook, que me ajudaram a dar prosseguimento à dissertação.

RESUMO

BORSANELLI, Francesca Antoniella. Impactos causados às populações do Bairro da Serra, Iporanga e Apiaí devido ao fechamento das cavernas turísticas do PETAR (2008) na visão dos *stakeholders*. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba, 2018.

Desde os anos de 1960, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR – recebe visitação em suas cavernas. Entretanto, a junção de fatores, como o ambiente delicado, a gestão fragilizada e a segurança vulnerável culminou em uma ação civil, que embargou a visitação nas cavernas turísticas do Parque, entre fevereiro e abril de 2008. Após estes 2 meses, a visitação foi retomada. Neste cenário, o presente trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o fechamento das cavernas turísticas do PETAR, baseada na análise do conteúdo das opiniões dos *stakeholders*. Teve como objetivo principal a identificação dos impactos positivos e negativos causados à população de entorno, trazidos pelo embargo. Também investiga sobre mudanças no fluxo turístico e no perfil do visitante, bem como sobre possíveis melhorias no uso público do Parque, pós-2008. Os resultados demonstram que os impactos positivos mais relevantes foram um maior ordenamento do uso público, mais segurança para o visitante e mais efetividade na conservação ambiental. Os impactos negativos mais abrangentes foram os prejuízos financeiros, os quais atingiram, principalmente, a comunidade do bairro da Serra; e também o surgimento de uma reserva de mercado, que monopoliza o desenvolvimento turístico local, concentrando os ganhos na mão de poucas pessoas. O fluxo turístico voltou a crescer consideravelmente desde 2015 e houve mudanças no perfil do visitante. Concluiu-se que existem duas correntes de opiniões sobre a organização do uso público no PETAR após 2008. Uma parte dos *stakeholders* defende que está mais organizado e, por outro lado, outros defendem que está menos organizado. Isso se relaciona mais com a época em que o passeio foi realizado, baixa temporada ou feriados prolongados. A população de entorno, aparentemente, superou a interdição das cavernas e voltou a acreditar no turismo. A melhor alternativa para a população de entorno, atualmente, é investir em novos atrativos fora do parque, afim de desafogar o turismo nos feriados prolongados, também desvinculando o turismo na região, sobretudo, ao Parque. Ademais, conclui-se que a implantação dos Planos de Manejo Espeleológico podem estar entre as medidas que evitaria ou mitigaria grande parte dos impactos negativos sentidos desde 2008.

Palavras-chave: Espeleoturismo; Impactos do Turismo; Planos de Manejo Espeleológico.

ABSTRACT

Since the 1960s, the Upper Ribeira State Tourist Park - PETAR - receives visitation in its caves. However, the combination of factors, such as the delicate environment, fragile management and vulnerable security culminated in a civil action, which embargoed the visitation in the tourist caves of the Park, between February and April 2008. After these 2 months, it was resumed. In this scenario, the present work presents the results of a research on the closure of the tourist caves of PETAR, based on the analysis of the content of the stakeholders' opinions. Its main objective was to identify the positive and negative impacts caused to surrounding communities brought by the closure. It also investigates changes in tourist flow and visitor profile, as well as possible improvements in the park's public use, after 2008. The results show that the most relevant positive impacts were greater public use planning, more safety for the visitor and more effectiveness in environmental conservation. The most comprehensive negative impacts were the financial losses, which affected, mainly, the community of the bairro da Serra; and also the emergence of a market reserve, which monopolizes local tourism development, concentrating the gains on the hand of few people. The tourist flow has grown considerably since 2015 and there have been changes in the visitor profile. It was concluded that there are two streams of views on the organization of public use in PETAR after 2008. Some of the stakeholders argued that is more organized and on the other hand, others argue that it is less organized. This relates more to the season when the tour was held, low season or extended holidays. The surrounding community apparently overcame the caves ban and came back to believing in tourism. The best alternative to the surrounding community is currently investing in new attractions outside the park, in order to vent the tourism in the long holidays also decoupling tourism in the region, especially the Park. In addition, it is concluded that the implementation of Speleological Management Plans may be among the measures that would avoid or mitigate much of the negative impacts felt since 2008.

Keywords: *Speleotourism; Impacts of Tourism; Speleological Management Plans.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de acesso ao PETAR.....	23
Figura 2 – Unidades de Conservação do Contínuo Ecológico de Paranapiacaba.....	25
Figura 3 – Mapa do PETAR, com os núcleos e bairros.....	32
Figura 4 – Cavernas de Santana (A), Morro Preto (B), Água Suja (C), Ouro Grosso (D), Temimina (E) e Casa de Pedra (F).....	34
Figura 5 – Impactos para o uso público, causados pelo fechamento de 2008 e sua reabertura com o TAC.....	43
Figura 6 – Opinião dos entrevistados a respeito de ter havido modificações no fluxo turístico do PETAR, face ao embargo.....	56
Figura 7 – Diagrama de visitação do PETAR, entre os anos de 2000 e 2017.....	60
Figura 8 – Impactos causados às populações de entorno, na visão dos entrevistados.....	63
Figura 9 – Mudanças no perfil do visitante do PETAR, face ao embargo.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias profissionais dos <i>stakeholders</i> entrevistados.....	37
Tabela 2 – Período de início do envolvimento dos entrevistados com o turismo no PETAR.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

CECAV - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas

COMTUR - Conselho Municipal de Turismo

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

EaD - Educação à Distância

GVBS – Grupo Voluntário de Busca e Salvamento

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IGG - Instituto Geográfico e Geológico

IF - Instituto Florestal

Mab - *Man and biosphere*

OMT - Organização Mundial do Turismo

PDT - Plano Diretor de Turismo

PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira

PMEs - Planos de Manejo Espeleológico

PROCON - Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SBE - Sociedade Brasileira de Espeleologia

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

UC - Unidade de Conservação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1. CAVERNAS E ESPELEOTURISMO: CONCEITOS GERAIS.....	16
2.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO.....	18
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA	22
3.1. LOCALIZAÇÃO.....	22
3.2. CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM.....	23
3.3. HISTÓRICO DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁREA.....	27
3.4. CARACTERIZAÇÃO DO USO PÚBLICO.....	31
3.5. BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS LOCALIDADES DE ENTORNO.....	35
4. MÉTODOS	36
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
5.1. APRESENTAÇÃO.....	41
5.2. TEMPO DE ENVOLVIMENTO DOS ENTREVISTADOS COM O TURISMO NO PETAR.....	41
5.3. IMPACTOS SOBRE O USO PÚBLICO.....	42
5.4. POSSÍVEIS MODIFICAÇÕES NO FLUXO TURÍSTICO DO PETAR.....	55
5.5. IMPACTOS CAUSADOS ÀS POPULAÇÕES DE ENTORNO.....	62
5.6. POSSÍVEIS MODIFICAÇÕES NO PERFIL DO VISITANTE.....	80
6. CONCLUSÕES	87
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	96

1. INTRODUÇÃO

Os benefícios na criação de Unidades de Conservação (UC) são muitos, indo além da conservação ambiental, também proporcionando geração de renda e emprego para a região onde estas se encontram, assim como para as populações residentes (PESSOA, RABINOVICI, 2010).

No Brasil, há muitas regiões que concentram parques e comunidades no mesmo espaço, como é o caso do Vale do Ribeira, no sudoeste paulista. Esta região apresenta os mais baixos indicadores sociais e demográficos do estado de São Paulo, contrapondo seu rico patrimônio cultural e ambiental (SANTOS, 2008), já que o Vale do Ribeira também conta com a parcela mais preservada dos remanescentes da Mata Atlântica no Brasil, considerando os 7% de sua cobertura original (SOS MATA ATLÂNTICA, 2014).

Dentre as diversas UCs existentes no Vale do Ribeira, destaca-se o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), objeto de estudo deste trabalho, que conta com um vasto patrimônio espeleológico. O Parque foi criado em 1958, através do Decreto Estadual 32.283/58, por meio da Lei 5973 de 1960 (MARINHO, 2002).

O PETAR compreende terras dos municípios de Apiaí e Iporanga, aos quais pertencem respectivamente 24% e 76% da área total do Parque, que é de 35.884,28 ha. No entorno do PETAR existem diversas comunidades, com destaque na presente pesquisa para a que vive no bairro da Serra, que é um distrito de Iporanga e se encontra a 13 km da sede do município e a 26 km de Apiaí (MARINHO, 2002).

Tanto Iporanga quanto o bairro da Serra têm sua atividade econômica baseada principalmente no fluxo de turistas que visita o PETAR, o que vem sendo ampliado desde os anos de 1970. A dependência econômica do bairro da Serra em relação ao turismo se deu, dentre outros fatores, por conta das restrições ambientais advindas a partir de 1958, com a criação da UC, uma vez que as atividades econômicas anteriormente desenvolvidas utilizavam os recursos naturais de forma predatória (HOGAN *et al*, 1999), o que resultou na limitação das opções de trabalho das famílias dessa região. Esta passou a ser uma das poucas atividades econômicas passíveis de realização na região e, por consequência, as famílias do bairro da Serra foram sendo inseridas na cadeia de produção do turismo (FOGAÇA, 2008). Com o passar do tempo a atividade turística foi se fortalecendo e esse surgimento dos primeiros *stakeholders* do turismo na região.

A importância dos *stakeholders* para o destino turístico fica evidente quando observamos a sua tradução, que em português significa “interessados” e, no contexto do turismo, refere-se aos grupos de pessoas interessadas na atividade. Os *stakeholders* têm influência no desenvolvimento do turismo local, participando das decisões do destino. Podem ser afetados por políticas de gestão, bem como ser moradores da região e também de outras localidades, e vivem direta ou indiretamente do turismo. No universo do turismo em áreas protegidas, mais especificamente quatro grupos são particularmente importantes e mais influentes: a sociedade em geral, incluindo comunidades locais; os gestores e funcionários das UCs; os operadores turísticos e os visitantes e usuários (IUCN, 2002; SAVAGE *et al*, 1991).

Ao longo das décadas, o turismo no PETAR se desenvolveu com pouca intervenção governamental e de forma espontânea (SCALEANTE, 2003; LOBO, 2008). Em feriados prolongados, o fluxo de visitantes extrapolava a capacidade de carga turística operacional dentro das cavernas. A ausência de regras básicas de visitação e de um padrão mínimo de segurança implicava em riscos à integridade dos visitantes, o que resultou em acidentes e algumas mortes, além de uma série de impactos negativos ao ambiente cavernícola (PIVA, 2003).

Esse panorama, carregado de problemas no gerenciamento da UC, contribuiu para a ocorrência de um episódio marcante na história do PETAR. No dia 20 de fevereiro de 2008, houve a interdição da visitação das cavernas turísticas do Parque. Esse embargo ocorreu devido a uma ação civil pública que foi conduzida pelo Ministério Público Federal, o qual se fundamentou principalmente na inexistência de um Plano de Manejo do Parque¹ e dos Planos de Manejo Espeleológico das cavernas frequentadas pelos visitantes (BORSANELLI, 2014).

Após a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre o IBAMA, CECAV/ICMBio e a Fundação Florestal (órgão responsável pela gestão do Parque), a visitação foi retomada em 19 de abril do mesmo ano. Esse documento estipulava que a partir de então, em até 24 meses, fossem elaborados e aprovados os Planos de Manejo Espeleológico de cada uma das 12 cavidades subterrâneas reabertas à visitação – ante 30 que eram anteriormente visitadas –, os quais substituiriam o documento provisório (BORSANELLI; LOBO, 2015).

Considerando esse panorama, o presente trabalho se baseia na continuação de uma pesquisa, que foi realizada entre fevereiro de 2013 e junho de 2014. Na primeira fase, a

¹ O Plano de Manejo do PETAR foi aprovado recentemente, em maio de 2018.

pesquisa focou as percepções dos visitantes sobre a evolução e trajetória do espeleoturismo no PETAR, face ao embargo. A segunda fase, que se trata desta dissertação, tratou de identificar os impactos positivos e negativos causados à população local na visão dos *stakeholders* entrevistados, a partir de 2008.

Considerando que as determinações provisórias vigoram há 10 anos, julgou-se como importante a realização de uma pesquisa mais detalhada sobre a situação pós-2008 do PETAR, já que existe uma grande dependência econômica, principalmente do bairro da Serra e de Iporanga, em relação ao espeleoturismo. Também é importante a continuidade, devido ao fato de que nas pesquisas anteriores foram identificados alguns impactos relevantes pós-2008, como uma diminuição do fluxo de visitantes, a mudança no perfil do visitante e uma grande insatisfação do visitante que vai ao PETAR em feriados prolongados. Estes impactos precisam ser investigados a fim de proporcionar um conhecimento mais detalhado acerca de intervenções realizadas em atrativos e suas consequências para a sociedade local.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar a visão dos *stakeholders* sobre os impactos causados às populações de entorno, decorrentes do fechamento das cavernas turísticas do PETAR, em 2008.

A partir do objetivo geral foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos para auxiliar na condução da pesquisa:

- Identificar os impactos negativos e positivos causados à comunidade residente no bairro da Serra, assim como para a população de Iporanga e Apiaí;
- Analisar o fluxo de visitantes pós-2008 na visão dos entrevistados;
- Identificar se houve melhorias na gestão do uso público do PETAR após o fechamento;
- Verificar a percepção dos *stakeholders* sobre possíveis mudanças no perfil do visitante, após 2008.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. CAVERNAS E ESPELEOTURISMO: CONCEITOS GERAIS

Para Lino (2009), a história da humanidade tem forte ligação com as cavernas. Figueiredo (2010) concorda e explica que as cavidades subterrâneas foram utilizadas pelo homem pré-histórico por diversos fins, tais como: abrigo, reprodução, questões espirituais, questões medicinais, manifestações culturais, extração mineral, dentre outros.

Na atualidade, as cavernas continuam sendo utilizadas pelo ser humano, entretanto com motivações diferentes e com um viés mais conservacionista, que é defendido por Marra (2001), sobretudo pelas seguintes características:

- A existência de sítios fossilíferos e arqueológicos em seu interior, que proporcionam o registro, a identificação e catalogação de animais e vegetais fósseis, assim como o estudo de povos do passado;
- Funcionam como abrigo de espécies animais endêmicas e ameaçadas de extinção, favorecendo a manutenção de sua existência;
- Guardam importantes informações geológicas sobre a origem, a formação e as sucessivas transformações da litologia presente e do paleoclima anterior da região;
- A presença de minerais raros ou formações geológicas excepcionais;
- Opção de estudo científico, com variadas vertentes;
- Opção de lazer e recreação;
- Possibilitam o exercício de fins econômicos.

Os estudos científicos e a atividade turística se relacionam de forma complementar, visto que o conceito de conservação vem adquirindo prioridade sobre a segunda, cabendo aos estudos espeleológicos as investigações sobre os aspectos bióticos e abióticos que têm, muitas vezes, o poder de influenciar seus rumos (LOBO, 2008).

A visitação em cavernas é também denominada de espeleoturismo e pode ser classificada como um segmento de ecoturismo, havendo uma fronteira conceitual demasiada

tênue entre estes segmentos (LOBO *et al*, 2008). A principal diferenciação entre o eco e o espeleoturismo é o fato da atividade turística acontecer, particularmente, em ambientes cavernícolas e não no meio natural como um todo (MARRA, 2001; FIGUEIREDO, 2008).

Segundo Lobo *et al* (2008), a diferenciação entre os termos eco e espeleoturismo também se faz necessária devido ao fato da segmentação da atividade facilitar o delineamento de um formato diferenciado, do planejamento focado em suas especificidades e uma venda mais direcionada.

Considerando todo o conjunto de ambientes utilizados na atividade ecoturística, as cavernas se destacam por possuírem uma paisagem fora do comum, interessante e peculiar a ser visitada. O ambiente, marcado pelo confinamento e pela escuridão, a existência de uma fauna adaptada, o contexto paisagístico diverso, acabam por gerar ao mesmo tempo repulsa e atração naqueles que o visitam (FIGUEIREDO, 1998; TRAVASSOS *et al*, 2007).

Os depósitos químicos secundários tipicamente encontrados em cavernas, conhecidos tecnicamente como espeleotemas, são dotados de características que atraem a atenção humana, com cores e formas variadas a depender de seus processos de formação, de sua localização na cavidade e dos minerais envolvidos em sua composição (HILL; FORTI, 1995). Tais formações de caverna ajudam a constituir o patrimônio espeleológico, enriquecem a atratividade do passeio e, quando possível, as cavidades devem ser abertas para a visita de qualquer indivíduo que tenha interesse pelo assunto (MARRA, 2001).

Entretanto, não são todas as cavernas que são dotadas de potencial turístico. Este se evidencia quando há um alto valor cultural, religioso, histórico ou paisagístico; vocação para a aventura, beleza cênica; uma rica ornamentação, com variedade de espeleotemas; e, muitas vezes, a possibilidade de implantação de elementos facilitadores de acesso, quando necessário (MARRA, 2001; TRAVASSOS, 2007).

A atividade turística em cavernas também é capaz de conter diversos enfoques e motivações diferentes, muitas vezes, havendo mais de um na mesma cavidade, tais como: a) religioso; b) místico; c) contemplativo e de lazer; d) educacional e; e) turismo de aventura (LOBO, BOGGIANI, 2013).

O fato de contarem com um ambiente delicado face às suas características geológicas, morfológicas, climáticas e bióticas, faz com que a visita regular e sem controle possa implicar em diversos impactos negativos ao meio cavernícola, tais como: depredação de

espeleotemas, vandalismo, alterações microclimáticas, compactação do solo, supressão da fauna, contaminação ambiental, lixo, dentre outros. Desse modo, o espeleoturismo requer uma atenção maior em relação à gestão do turismo (SCALEANTE, 2005; LOBO; 2009). Agregado a isso, Neiman (2007) acrescenta que é importante associar o espeleoturismo com práticas de conscientização e educação ambiental, que também ampliam e dinamizam as atividades com os visitantes.

Marra (2001) acredita que o espeleoturismo, quando praticado sem um planejamento prévio e sem os estudos necessários aumenta os riscos intrínsecos das atividades realizadas em meio natural, comprometendo a segurança do visitante e ocasionando impactos à caverna, prejudicando assim o ecossistema e, muitas vezes, a experiência dos envolvidos.

Sobre os cuidados extras que são necessários em relação às cavernas abertas à visitação, essas também devem ser dotadas, individualmente, de um Plano de Manejo Espeleológico (PME). Este documento se utiliza de estudos científicos multidisciplinares, os quais identificam as fragilidades da caverna e definem as formas, normas, intervenções e os limites de uso permitidos e indicados para a sua visitação (MARRA, 2001).

2.2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TURISMO

Uma Unidade de Conservação pode ser definida como um espaço do território que conta com recursos naturais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituída pelo Poder Público, com objetivos de conservação, tendo seus limites definidos sob um regime especial de administração (BRASIL, 2000). Além dos aspectos normalmente considerados importantes ecologicamente, as raridades naturais, a fauna e a flora, quando em extinção e a existência de monumentos geológicos, são razões que levam certas regiões naturais a serem transformadas em UCs (LABEGALINI, 1996; BRASIL, 2000).

O surgimento das UCs foi motivado pela necessidade de proteção das áreas naturais, considerando as possíveis degradações e alterações sofridas e suas implicações ao longo do tempo, que ocorriam por conta do progresso econômico (ARAÚJO, 2007).

Os Estados Unidos foram os pioneiros na criação de UCs no formato dos parques nacionais, com destaque para a criação do Parque Nacional de Yellowstone, no final do século XIX, que influenciou a criação de outros parques ao redor do mundo, a partir de então. No

Brasil, os primeiros parques nacionais criados foram os de Itatiaia (RJ), em 1937, e os do Iguaçu (PR) e da Serra dos Órgãos (RJ), em 1939, havendo outras áreas naturais protegidas anteriores a este período no país.

Entretanto, apenas a criação das UCs não garantia a proteção efetiva dos recursos naturais, sendo necessário desenvolver alternativas para o manejo e gestão dessas áreas (ARAÚJO, 2007). Assim, algumas décadas após a criação da primeira UC do Brasil, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em julho de 2000, determinando os critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação do Brasil (COSTA, 2002).

O SNUC apresenta as orientações sobre as formas de uso de cada categoria de unidade e organiza as UCs em dois grupos: a) Proteção Integral, que visa a preservação – Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre – e; b) Uso Sustentável, que visa o uso e a conservação da natureza – Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Florestal Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

O SNUC também determina que todas as UCs devem dispor de um Plano de Manejo, documento que contém informações técnicas e outras disposições sobre a unidade em específico, tais como seu zoneamento, zona de amortecimento e corredores ecológicos, por exemplo. Este deveria ser elaborado em um prazo de até 5 anos após a criação da UC (BRASIL, 2000; NEIMAN; PATRICIO, 2010).

Ademais, o SNUC dita as diretrizes para a utilização pública das UCs nas quais a visitação é permitida, estando sujeitas às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e pelo órgão responsável (BRASIL, 2000). Neste contexto, os Parques são a categoria com maior direcionamento à visitação, uma vez que uma de suas principais premissas é o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e de ecoturismo (COSTA, 2002).

O Brasil destaca-se mundialmente pelo seu potencial turístico, com uma grande diversidade natural e cultural, com biomas e ecossistemas que em muito se diferenciam ao longo do território, de modo que visitar qualquer região do país permite contemplar paisagens únicas, com características e elementos peculiares e diferentes entre si. Cada bioma apresenta

um clima, uma vegetação, fauna e flora específicas e próprias, oferecendo a possibilidade de vivências distintas (VERNALHA; NEIMAN, 2010).

As áreas protegidas e o ecoturismo possuem uma forte ligação. O ecoturismo em UCs apresenta-se como um produto diferenciado, ao passo que propõe uma atividade de mínimo impacto, resguardando os elementos frágeis e delicados da paisagem, também proporcionando um maior envolvimento do visitante com a experiência (GEERDINK; NEIMAN, 2010) e a oportunidade de inclusão econômica das comunidades locais e do entorno (MENDONÇA; NEIMAN, 2005).

De acordo com Brasil (2017), no ano de 2016 as UCs brasileiras receberam 8,3 milhões de visitantes, sendo as mais visitadas: a) Parque Nacional da Tijuca (RJ), com 2,7 milhões de visitantes; b) Parque Nacional do Iguaçu (PR), com 1,56 milhão; c) Parque Nacional de Jericoacoara (CE), com 780 mil; d) Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE), com 389 mil; e) Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (RJ), com 382 mil visitantes.

Neste contexto econômico, as unidades de conservação estadunidenses alcançam cerca de 400 milhões de visitantes ao ano. Já no Brasil, a média de 8,3 milhões é um número pequeno, se comparada a sua diversidade de paisagens (RIVA; WEISS, 2012; BRASIL, 2017).

Em relação à população que vive no entorno das UCs, a maior parte habita a zona rural ao seu redor, também havendo populações que habitam o seu interior devido ao recorrente fato de que estes grupos já ocupavam tais regiões, anteriormente à criação das UCs, como populações indígenas, tradicionais e comunidades constituídas por famílias rurais. Com o passar do tempo após a criação das UCs, na maioria dos casos, ocorre uma redução do número de moradores (FUNBIO, 2002).

A implementação de iniciativas para a conservação dos recursos naturais sem considerar o envolvimento real das comunidades é um dos pontos frágeis de muitos programas. Assim, muitas comunidades não percebem a possibilidade de obter um retorno positivo e direto em suas vidas através do envolvimento com as UCs, principalmente no âmbito econômico, assim como também não apresentam interesse na conservação dos ambientes (DRUMOND, 2002).

Mesmo que o processo participativo de criação e gestão de UCs no Brasil não seja tão difundido, os debates sobre a importância da participação da sociedade de entorno na conceituação, criação e implantação dessas áreas têm aumentado consideravelmente nos últimos anos (CARREGOSA *et al.*, 2015).

Neto (1999) defende que através do planejamento é possível ter uma visual global das alternativas, evitando-se o desperdício de recursos naturais, de capital e de trabalho. Considerando as muitas possibilidades ainda não exploradas pela indústria do turismo, a OMT (2003) acredita que a melhor maneira para se alcançar um turismo responsável é através do planejamento das atividades. Quando realizadas de forma espontânea, estas podem prejudicar exatamente os recursos sobre os quais se fundamenta (FERNANDES, 2011), causando impactos ao meio ambiente e aumentando os riscos intrínsecos das atividades realizadas em ambientes naturais (WALLACE, 2002; TERBORGH, SCHAİK, 2002).

Não somente em áreas protegidas, como em todas as áreas onde há uso turístico, é necessário haver o planejamento da visitação com enfoque na sustentabilidade (COSTA, 2002). Segundo Takahashi (2004), a visitação precisa ser planejada no sentido de atender à demanda, com o manejo da visitação, monitoramento e minimização de impactos negativos. Uma medida é estabelecer as áreas nas quais a atividade poderá ocorrer, definindo e delimitando as zonas específicas, além de criar normas para essa utilização (COSTA, 2002), considerando as particularidades de cada UC (TERBORGH *et al.*, 2002).

Ademais, a maioria das UCs sofrem dificuldades na elaboração e implantação dos programas de uso público (SILES, 2003), contando com diversos problemas, tais como a falta de ordenação e controle turístico, escassez de recursos humanos e déficit em estudos variados, como o da capacidade de carga turística, por exemplo, que define a quantidade ideal e menos agressora ao meio ambiente nos circuitos turísticos, como trilhas, cachoeiras, cavernas e outros atrativos (GIRALDELLA, NEIMAN, 2010).

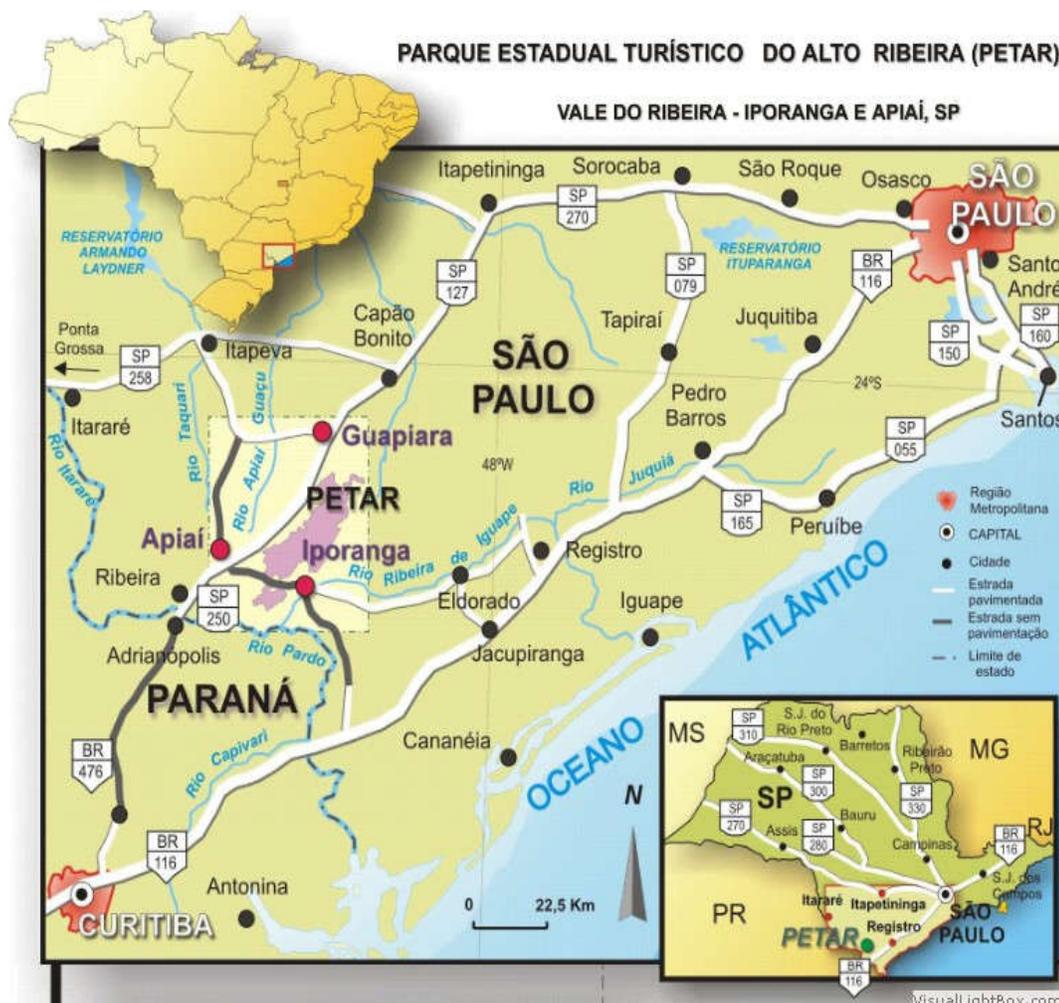
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PESQUISA

3.1 LOCALIZAÇÃO

O PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira localiza-se na porção sudoeste do estado de São Paulo, na transição entre a Baixada do Ribeira e o Planalto Atlântico, mais especificamente no Vale do Ribeira. Compreende terras dos municípios de Apiaí e Iporanga, aos quais pertencem respectivamente 24% e 76% da área total do Parque, que é de 35.884,28 ha (MARINHO, 2002).

Situa-se a 330 km de São Paulo e 196 km de Curitiba, sendo mais visitado pelos paulistas, embora localize-se mais próximo da divisa com o estado do Paraná. É acessado mais tradicionalmente a partir de Jacupiranga. Pode ser alcançado pelas rodovias Régis Bittencourt (BR-116), Castelo Branco (SP-280) e Raposo Tavares (SP-270). Chegando na região do Parque, faz-se o trajeto não pavimentado entre Iporanga e Apiaí, através da SP-165; que leva aos núcleos Santana e Ouro Grosso, próximos ao bairro da Serra. O mapa da Figura 1 demonstra sua localização.

FIGURA 1 – Mapa de acesso ao PETAR



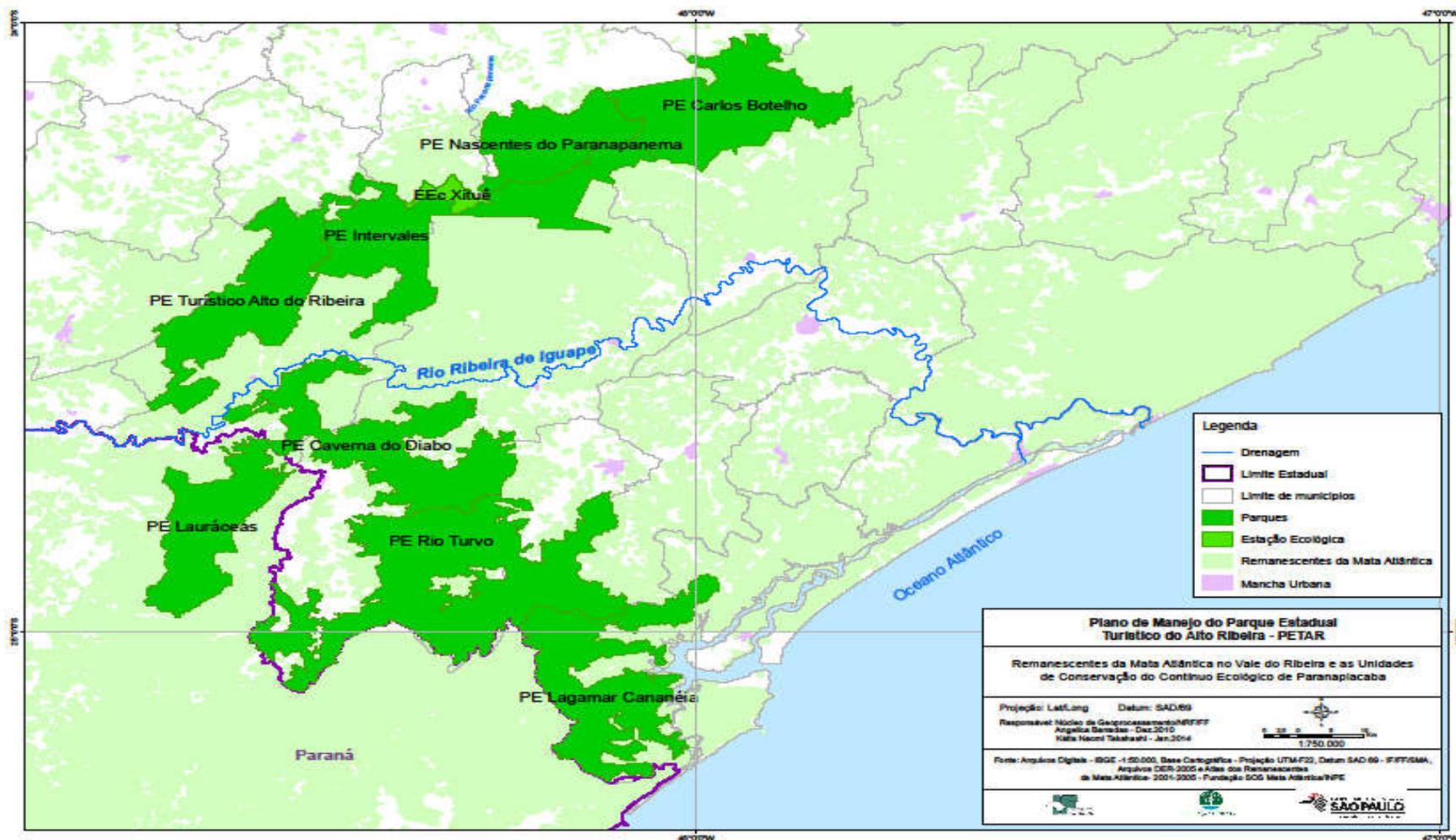
Fonte: WWF-Brasil e Ing-Ong, 2002.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM

A Floresta Ombrófila Densa é uma das fisionomias do bioma Mata Atlântica, predominando na região, sendo esta uma das mais importantes florestas tropicais do mundo, reconhecida pela UNESCO, em 1991, como Reserva da Biosfera e como Patrimônio da Humanidade, em 1999 (COSTA, 1997). Atualmente, a estimativa é que haja 7% de sua cobertura original, concentrando no estado de São Paulo a parcela mais preservada dos remanescentes, sobretudo no Vale do Ribeira, onde está localizado o PETAR (SOS MATA ATLÂNTICA, 2014).

Esse remanescente é formado junto com outros parques paulistas de destaque, como: Parques Estaduais Intervales e Carlos Botelho, a Estação Ecológica de Xitué, a Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar e outras áreas anexadas ao tombamento da Serra do Mar (Resolução 040/1985 do CONDEPHAAT/SC). Essas UCs juntamente com o PETAR também compõem o Contínuo Ecológico de Paranapiacaba (Figura 2), que é formado pelos maiores remanescentes desse bioma no estado de São Paulo, sendo vizinho ao Mosaico de UCs Jacupiranga (MARINHO, 2002).

FIGURA 2 – Unidades de Conservação do Contínuo Ecológico de Paranapiacaba.



FONTE: Instituto Ekos, 2010.

O PETAR também se encontra na condição de zona núcleo e área-piloto da RBMA – Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, a qual foi criada pela UNESCO, em 1991, através do programa MaB – *Man and Biosphere*. Esse programa contempla cerca de 360 áreas no mundo todo, as quais se destacam por seu valor ambiental e humano, formando assim uma rede internacional de Reservas da Biosfera (SÃO PAULO, 1999).

O Parque conta com uma rica biodiversidade, que é uma das principais características da Mata Atlântica, bioma que possui mais de 20 mil espécies de plantas, sendo encontradas espécies como jatobá, jequitibá, ipê, peroba e canela, além da abundância em orquídeas e bromélias e espécies frutíferas nativas, como o Cambuci, árvore rara de ser encontrada em meio urbano (SOS MATA ATLÂNTICA, 2014).

A Mata Atlântica concentra também grande diversidade faunística, com mais de 261 espécies de mamíferos, 1.000 espécies de aves e 350 de peixes (SÃO PAULO, 1998; SOS MATA ATLÂNTICA, 2014). No PETAR, foram registradas 319 espécies de avifauna, 23 de médios e grandes mamíferos, 91 de pequenos mamíferos, 65 de anfíbios e 32 de répteis (INSTITUTO EKOS, 2010). Nas cavernas são encontradas diversas espécies adaptadas à vida cavernícola e muitas espécies endêmicas, com destaque para o bagre-cego (*Pimelodella kronei*), atual espécie-bandeira do Parque (MARINHO, 2002).

O relevo do PETAR é montanhoso, predominando os relevos cársticos, formados em rochas metacálcárias, caracterizados pela drenagem subterrânea e feições peculiares, como as dolinas, sumidouros, paredões e cavernas. A altitude máxima que o Parque atinge é de 1.150 m e altitude mínima de 80 m. Entre os afluentes do rio Ribeira de Iguape, que é o maior e principal da região, estão os rios Iporanga, Betari e Taquaruvira. Já os rios Pescaria e Buenos são afluentes do rio Pilões, que por sua vez é afluente do Ribeira (MARINHO, 2002). As nascentes destes rios, excetuando o Taquaruvira, situam-se fora dos limites do Parque (INSTITUTO EKOS, 2010).

Há diversas cachoeiras e rios de água límpida no Parque e no seu entorno, os quais muitas vezes percorrem o interior de cavernas. O PETAR é uma das áreas de maior concentração de cavernas calcárias do Brasil, havendo mais de 400 cavidades catalogadas no Parque e arredores, registradas pela SBE – Sociedade Brasileira de Espeleologia (INSTITUTO EKOS, 2010). Conta com grande variedade espeleomorfológica e cavernas com sítios paleontológicos do período Quaternário (KARMANN; FERRARI, 2002).

3.3 HISTÓRICO DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁREA

Existem registros da presença humana no Vale do Ribeira desde 11.000 anos atrás, com sítios arqueológicos encontrados no município de Cajati, os quais também são os registros mais antigos da presença humana no estado de São Paulo, representado pelo “Homem da Capelinha”, vinculado a grupos de caçadores-coletores e aos sambaquis fluviais (DEBLASIS, 1994).

Na região que hoje é o PETAR também foram encontrados sítios arqueológicos associados aos mesmos grupos nômades e caçadores-coletores de Cajati, com registro mais recente de cerca de 6.000 anos atrás. Tais grupos ocupavam locais onde hoje se encontram os bairros da Serra e Betari (DEBLASIS, 1994).

Posteriormente, o Vale do Ribeira foi habitado por povos indígenas, que em meados do século XVI tiveram conflitos com os europeus, os quais foram atraídos pela primeira descoberta de ouro do Brasil, ocorrida no Vale do Ribeira. Essa descoberta atraiu garimpeiros, o que iniciou o desenvolvimento econômico da região em meados do século XVI e XVII, com a instalação de duas mineradoras e, conseqüentemente, de aglomerações humanas que viriam a se tornar as cidades de Iporanga e Apiaí. Já o bairro da Serra se originou bastante ligado à agricultura de subsistência, que eram territórios de cunho familiar (FOGAÇA, 2008).

No século XVIII houve o fim do ciclo do ouro na região, devido à exaustão das fontes auríferas, levando a região ao esquecimento. Na metade do século XIX e início do século XX, com o início o ciclo do chumbo e prata, houve um pequeno destaque econômico na região, o qual não se manteve por muito tempo. Durante o século XX, o Vale do Ribeira teve uma pequena participação no ciclo do café no papel de reserva; desse modo, sua cobertura vegetal foi um pouco dizimada (FOGAÇA, 2008).

A beleza das cavernas do Vale do Ribeira e a necessidade de protegê-las já eram mencionadas desde a 2ª metade do século XIX por Richard Krone e por outros naturalistas e viajantes estrangeiros. Entre 1895 e 1906, Krone documentou sítios arqueológicos, paleontológicos e etnográficos, como também foi pioneiro em catalogar as cavidades da região, revelando a existência de 41, sendo estas as primeiras a serem descritas no estado de São Paulo (CASTRO; ESPINHA, 2008; MARINHO, 2002).

A criação do Parque ocorreu em 1958, a partir da articulação de órgãos públicos, como o IGG – Instituto Geográfico e Geológico –, principalmente; e Serviço Florestal e também por

conta da mobilização da opinião pública em uma série de reportagens do jornal “A Gazeta” (MARINHO, 2002).

A criação do PETAR trouxe diversas restrições ambientais à comunidade local, como a limitação de práticas de agricultura, caça e proibição da abertura de novas roças, o que motivou a desestruturação e isolamento das comunidades rurais. Tais restrições ambientais deveriam ser acompanhadas por uma assistência técnica e por uma melhoria dos serviços básicos, mas não foi o que aconteceu, uma vez que este processo contribuiu para um êxodo rural, principalmente das famílias residentes nos limites do UC, com algumas comunidades extintas, como o Areado Grande (MARINHO, 2002).

A criação do PETAR também teve íntima ligação com o surgimento de grupos espeleológicos no estado de São Paulo, culminando na criação da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), em 1969 (LOBO, 2008).

O principal desafio do PETAR, a partir de 1985, foi criar estratégias para sua implantação mais efetiva, uma vez que embora o Parque tenha sido criado no final da década de 1950, foi somente a partir da metade da década de 1980 que aconteceu sua demarcação e implantação. Em 1988, o Parque teve seu território expandido com o anexo de mais áreas (SILVEIRA, 2001; FOGAÇA, 2008).

A partir da implantação do Parque, as atividades econômicas predatórias que ainda eram desenvolvidas na região foram proibidas de vez, sendo que o bairro da Serra também havia sido anexado aos limites territoriais do Parque. Em substituição às antigas atividades, o turismo se mostrou como a opção mais adequada e viável à nova realidade econômica (MARRA, 2001). Desse modo, o turismo passou a ser uma das únicas opções passíveis de geração de renda para a comunidade local, o que canalizou a mão-de-obra para os diversos empreendimentos que surgiram (FOGAÇA, 2008)

A Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) e o Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (IF/SMA) tentaram ao longo do tempo mudar a realidade do turismo no PETAR e outros problemas de gestão, com propostas de intervenção e manejo das cavernas e sítios arqueológicos, entretanto poucas medidas foram de fato implantadas. Uma das que tiveram sucesso foi a implantação do núcleo Santana, entre 1983 e 1987, direcionada ao controle do fluxo turístico da caverna homônima – e mais visitada – e outras próximas. Foi a partir desta benfeitoria que um fluxo mais regular de visitantes passou a frequentar este núcleo (SILVEIRA, 2001; MARINHO, 2002; LOBO, 2011).

Ao passo que o turismo foi aumentando, a estrutura das casas do bairro da Serra e de Iporanga foi sendo modificada, marcada pelo surgimento de *campings* e pousadas, e subsidiando o início de um pequeno comércio no bairro da Serra. Atraídas pelo potencial turístico e pelas oportunidades, pessoas de fora passaram a compor o *trade* turístico local² (FOGAÇA, 2008).

Embora o distrito sede de Iporanga competisse pelo fluxo de visitantes do Parque com o bairro da Serra, este segundo passou a ser o principal reduto turístico do PETAR, contando com a maior concentração de serviços turísticos e leitos da região, uma vez que o bairro da Serra fica mais próximo ao Parque do que Iporanga, sobretudo dos Núcleos Santana e Ouro Grosso, que são os mais visitados (FOGAÇA, 2008).

Em 1992, a partir da criação das Portarias IF 1 e 2, as áreas do Parque e entorno onde a visitação seria permitida foram delimitadas, além de instituir a cobrança de ingressos e serviços (MARINHO, 2002).

Em 1995, foi realizado o primeiro curso de formação de monitores, abrangendo a participação da população local. A fim de incentivar a comunidade a ter mais instrução e de formar melhores profissionais, a partir do quarto curso a escolaridade passou a ser pré-requisito para fazer o curso. Os cursos passaram a acontecer com um intervalo médio de 3 anos, a depender da demanda (CASTRO; ESPINHA, 2008).

O processo administrativo para retirada do bairro da Serra dos limites territoriais do Parque foi iniciado em 1995. Neste período também ocorreu a implantação das guaritas nos núcleos Casa de Pedra e Caboclos, com o objetivo de ordenar a visitação e fiscalização (MARINHO, 2002).

Em 1998, foi inaugurado o núcleo Ouro Grosso, localizado próximo ao bairro da Serra e do núcleo Santana. No início dos anos 2000 também foi construído o posto de controle turístico do núcleo Santana (MARINHO, 2002). Em 2005, o bairro da Serra foi retirado dos limites da UC, através da Lei Estadual nº 12.042 (FOGAÇA, 2008).

Até 2008, cerca de 30 cavidades recebiam uma visitação regular, dentro e ao redor do Parque, além de outros atrativos. A maioria destas cavidades não contava com um controle efetivo em sua entrada, sendo que somente as mais visitadas que continham algum controle

² *Trade* turístico é um termo de origem inglesa, o qual teve seu uso consagrado no turismo brasileiro, sendo traduzido nesse contexto como “negócios”. Representa o conjunto de prestadores de serviços turísticos, como hoteleiros, agentes, operadores e empresários do ramo, no geral.

sobre quais eram os trechos visitáveis, uma quantidade estabelecida de pessoas por grupo e um intervalo de tempo entre estes (MARINHO, 2002).

O grande fluxo turístico em feriados prolongados submetiam as cavidades a condições que extrapolavam os padrões admissíveis de capacidade de carga, sobretudo na caverna de Santana, o maior chamariz do fluxo turístico do Parque (LOBO, 2005). Segundo Lobo (2008), considerando os dados fornecidos pela administração do Parque, o núcleo Santana recebeu 1.086 visitantes, em 20 de Abril de 2003.

Outro ponto que necessitava de atenção era a sua frágil segurança, sendo que diversos trabalhos do final do século passado e início do presente (LOBO, 2005) já se referiam à necessidade de criar um sistema de gestão da visitação no PETAR. Uma prática comum e arriscada era a visitação em cavernas sem o acompanhamento de um monitor, no período noturno, muitas vezes pernoitando (MARINHO, 2002).

Esse conjunto de deficiências subsidiou a ocorrência de visitantes perdidos, alguns acidentes e até mesmo mortes, como em 1994, 2003 e 2007. Em alguns casos, estas fatalidades implicaram em um fechamento temporário do Parque (LOBO, 2005).

Essa realidade do uso público, combinada com uma mistura de ambiente delicado, gestão fragilizada e segurança vulnerável, culminou com uma ação civil pública, que em fevereiro de 2008 fechou as cavernas do PETAR para a visitação, sob a justificativa maior da falta de instrumentos de manejo legais aprovados e implantados nas cavernas (BORSANELLI; LOBO, 2013; LOBO; BOGGIANI, 2013).

Em abril de 2008, dois meses após o fechamento, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o IBAMA, o CECAV/ICMBio e a Fundação Florestal – órgão responsável pela gestão atual do PETAR. No TAC, foi definido que 12 cavidades seriam reabertas ao turismo e que a visitação destas seguiria normas provisórias, as quais vigorariam por até 24 meses. Posteriormente, as definições do TAC seriam substituídas pelos Planos de Manejo Espeleológico (BORSANELLI; LOBO, 2013). Todavia, essa substituição não ocorreu.

As 12 cavernas reabertas pelo TAC foram: Santana, Água Suja, Ouro Grosso, Morro Preto, Couto, Cafezal, Alambari de Baixo, Teminina II, Chapéu, Chapéu Mirim I e II; e Aranhas. As normas gerais e específicas para o uso de cada caverna, como também estabelecido pelo TAC, referem-se a um limite diário de visitantes, a obrigatoriedade do acompanhamento

de monitor capacitado e credenciado ao Parque em todos os percursos, uma lanterna para cada visitante, proibição do uso de carbureteiras, vestimentas específicas, obrigatoriedade no uso do capacete com fita jugular, o preenchimento de uma ficha de controle de visita com os dados dos visitantes, proibição no consumo de lanches dentro das cavernas, dentre outras.

Contudo, Lobo (2009) e (2017) defende que o TAC impôs restrições com pouco embasamento, não sendo consideradas as questões mínimas ambientais e óbvias de cada cavidade. Desse modo, cavernas como a Santana, Morro Preto e Teminina II poderiam receber um fluxo maior de visitantes do que o determinado. Essas definições indevidas instalaram o seguinte quadro traumático para a visitação, sobretudo em feriados prolongados: capacidade de suporte de visitação menor que a real, falta de opções de atrativos, filas nos núcleos mais visitados, horas de espera para visitar uma caverna e casos de turistas que não conseguiram visitar as cavernas desejadas.

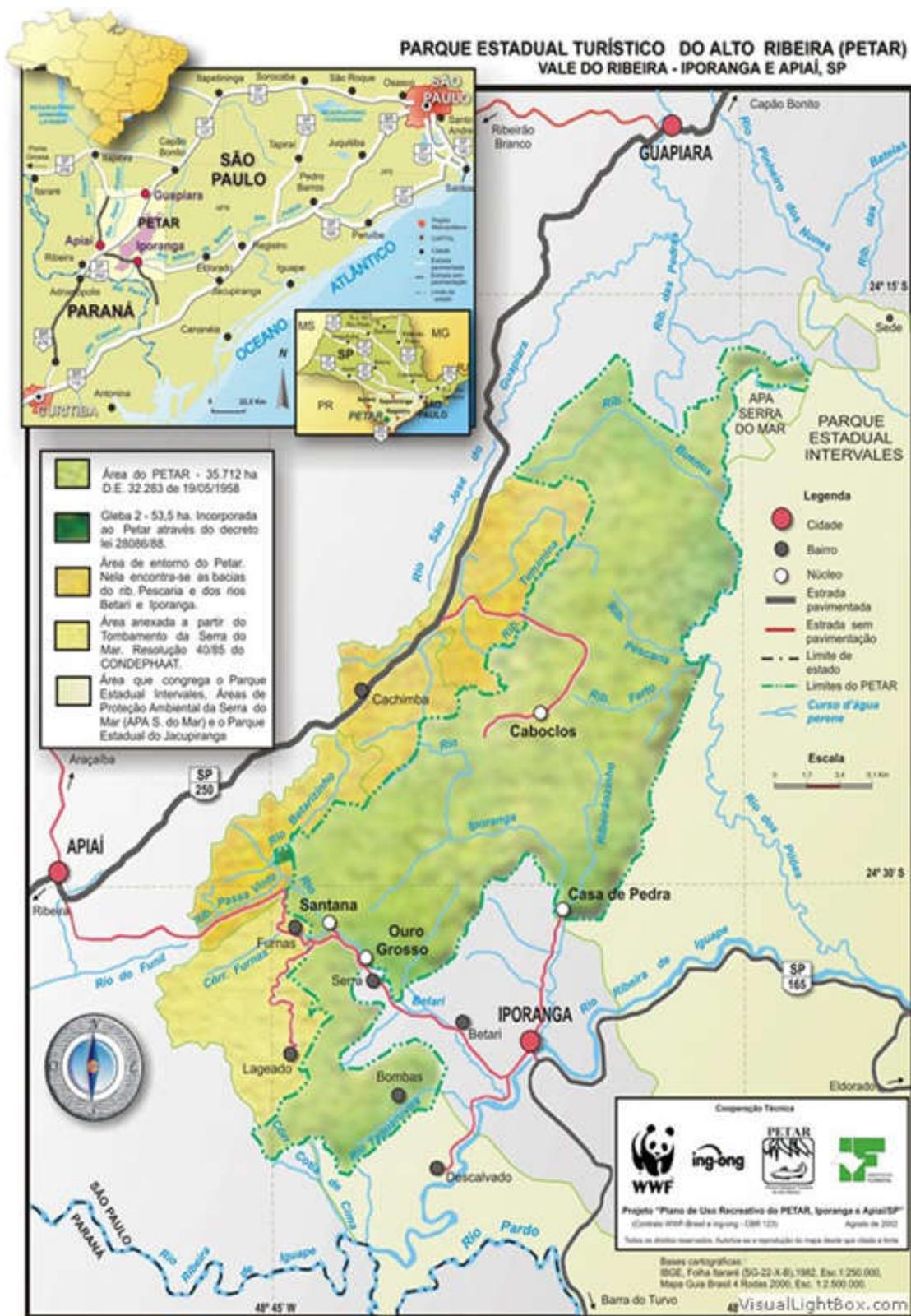
Essas problemáticas ocorrem devido ao fato de que embora os Planos de Manejo Espeleológico tenham sido aprovados no ano de 2013, estes ainda não foram implantados, o que implica na continuação das determinações do TAC (BORSANELLI; LOBO, 2015).

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO USO PÚBLICO

Embora haja outros atrativos turísticos abertos à visitação, como trilhas de curta e média duração, cachoeiras, rios, sítios arqueológicos e sambaquis, os principais atrativos turísticos do PETAR são as cavernas.

O Parque conta atualmente com 12 cavernas abertas à visitação, que são distribuídas em 4 núcleos, os quais são voltados ao controle e ordenação da visitação e ao apoio na fiscalização, sendo eles: Caboclos, na região central; Santana, no Vale do Betari; Ouro Grosso, também no Vale do Betari e próximo ao bairro da Serra e; Casa de Pedra, no Bairro Camargos; como pode ser observado na Figura 3.

FIGURA 3 – Mapa do PETAR, com os núcleos e bairros.



FONTE: WWF-Brasil e Ing-Ong, 2002.

De acordo com informações obtidas através dos trabalhos publicados por Marra (2001) e Instituto Ekos (2010) sobre a caracterização dos núcleos e cavernas:

- Núcleo Santana – Localizado a 3 km do bairro da Serra, este é o núcleo que conta com o agrupamento de cavernas mais visitado do Parque, sendo composto pelas cavernas Santana (Figura 4 – A), Morro Preto (Figura 4 – B), Couto, Água Suja (Figura 4 – C) e Cafezal. Diante de suas extraordinárias formações de espeleotemas, a caverna de Santana é historicamente a mais procurada pelos visitantes. Também conta com outros atrativos, como as cachoeiras das Andorinhas e do Betarizinho e a piscina natural do Betari. Conta com centro de visitantes.

- Núcleo Ouro Grosso – Também situado próximo ao bairro da Serra, tem como atrativo principal a caverna homônima e a Alambari de Baixo. A caverna Ouro Grosso (Figura 4 – D) possui uma pequena entrada, inúmeros estreitamentos e algumas piscinas, sendo bastante esportiva. Conta com um Centro de Educação Ambiental, que dispõe de alojamento para estudantes, cozinha e sanitários.

- Núcleo Caboclos – Localizado no centro do Parque, o acesso é feito a partir de uma estrada que possui trechos em precário estado de conservação, impossibilitando o trânsito seguro de ônibus de turismo. Possibilita a visita à diversas cavernas, além da visita a cachoeira do Maximiniano e as trilhas, como a do Mirante e a dos Sete Reis, dentre outras. As cavernas turísticas localizadas neste núcleo são: Chapéu, Chapéu Mirim I, Chapéu Mirim II, Aranhas, Pescaria, Desmoronada, Temimina I e II (Figura 4 – E). Dispõe de *camping*, sanitários e lavanderia.

- Núcleo Casa de Pedra – Este núcleo apresenta um grau de dificuldade maior do que os anteriores. Distanto cerca de 10 km da cidade de Iporanga por estrada de terra. A caverna Casa de Pedra (Figura 4 – F) é sua maior atração, contando provavelmente com o maior pórtico de caverna do mundo. Entretanto, desde 2003 somente é permitido fazer o passeio até seu pórtico. De todos os núcleos do Parque, esse é o que possui menos infraestrutura de apoio e pouca visitação.

FIGURA 4 – Cavernas Santana (A), Morro Preto (B), Água Suja (C), Ouro Grosso (D), Temimina (E) e Casa de Pedra (F).



FONTE: (A) Guia da Semana. Disponível em: <<https://www.guiadasemana.com.br/turismo/galeria/petar-reune-cavernas-trilhas-e-cachoeiras-em-spejea-as-melhores-atracoes>>. Acesso em: 3 set. 2017. (B) Wikimedia Commons. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Caverna-Morro-Preto-Parque_Estadual_Alto_Ribeira-Iporanga-Brasil.JPG. Acesso em: 15 set. 2017. (C) TripAdvisor. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g2572216-d10411352-i195172679-Rota_das_Cavernas-Iporanga_State_of_Sao_Paulo.html#195172679>. Acesso em: 1 set. 2017. (D) Turismólogo World. Disponível: <<http://turismologoworld.blogspot.com.br/2015/10/visita-tecnica-ao-parque-estadual.html>>. Acesso em: 1 set. 2017. (E) Disponível em: A Bússola Quebrada. <<https://abussolaquebrada.files.wordpress.com/2016/09/estalactite-travertino-caverna-teminina-a-bussola-quebrada.jpg?w=620>>. Acesso em: 26 set. 2017. (F) Pousada da Diva. Disponível em: <<http://www.pousadadiva.com.br/petar-parque-estadual-turistico-do-alto-ribeira/>>. Acesso em: 1 set. 2017.

De acordo com o Instituto Ekos (2010), o perfil atual de visitantes é categorizado em dois principais grupos: os turistas de lazer, que visitam o Parque em finais de semana, feriados prolongados e férias; e os grupos escolares, cujas visitas são desenvolvidas com fins educacionais, estudo do meio e aulas de campo, ao longo do ano. Em 2017, o público que visitou estes atrativos foi de 42.424 visitantes (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2018).

3.5 BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS LOCALIDADES DO ENTORNO

Sobre os principais assentamentos humanos que se encontram no entorno do Parque, o município de Apiaí possui cerca de 25.077 habitantes (IBGE, 2016) e suas principais atividades econômicas são a mineração e o comércio. O segmento de turismo predominante na cidade é o turismo de negócios (MARINHO, 2002), que se refere ao fluxo de pessoas que visita a cidade a trabalho e negócios, em função das empresas do ramo industrial e minerário da cidade. Assim, esta recebe mais visitantes deste padrão do que a lazer.

Iporanga conta com 4.316 habitantes (IBGE, 2016) e tem sua economia baseada, sobretudo, no turismo de lazer e no espeleoturismo. Iporanga compete pelo fluxo de visitantes do PETAR com o bairro da Serra, que é um distrito rural seu. O bairro da Serra contava com cerca de 600 habitantes, em 2009, segundo a Secretaria de Saúde do município (FOGAÇA, 2008).

O bairro da Serra conta com a maior concentração de serviços na área e leitos da região, com diversas pousadas e alguns estabelecimentos do setor de alimentos e bebidas (FOGAÇA, 2008). Rossi (1996) e Marinho (2002) demonstraram que a maioria dos visitantes do PETAR se hospeda no bairro (FOGAÇA, 2008). Entretanto, por haver poucos estabelecimentos comerciais ali, muitas vezes é necessário que o visitante desloque-se até Iporanga ou Apiaí para utilizar determinados serviços (INSTITUTO EKOS, 2010).

4. MÉTODOS

A primeira fase da pesquisa foi bibliográfica, a qual teve início ainda na graduação da autora. Neste processo, foram identificados os trabalhos que eram importantes para a construção das discussões dos resultados, como Marra (2001), Marinho (2002), Fogaça (2008), Borsanelli (2014) e Borsanelli e Lobo (2015). Posteriormente, foram realizados os fichamentos desses trabalhos, reunindo o que era pertinente a ser utilizado para o enriquecimento de tais discussões e para a fundamentação teórica.

O método utilizado para se chegar nos resultados deste trabalho foi a aplicação de questionários. O questionário utilizado na coleta de dados da segunda fase da pesquisa – cujos resultados foram publicados em Borsanelli e Lobo (2015) – foi utilizado como base para a criação do questionário atual, servindo como pré-teste. Das modificações realizadas, destaca-se a alteração na abordagem, que na pesquisa atual é feita na forma de entrevista, com menos perguntas e sem a opção de respostas estruturadas.

Antes do início da aplicação do questionário, todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), no qual foi declarado que seus depoimentos poderiam ser gravados com um equipamento de áudio portátil e que trechos de suas falas poderiam ser transcritas aqui, que sua identidade não seria revelada e todas as demais informações sobre o tema da pesquisa.

O questionário foi aplicado para os *stakeholders*; que são pessoas envolvidas com a trajetória e a cadeia produtiva do turismo no PETAR, como os empreendedores que investem na região, sendo locais ou de outras localidades, como é o caso de parcela considerável dos proprietários de meios de hospedagem de Iporanga, Apiaí e bairro da Serra; e os agentes do processo decisório de gestão com base participativa.

As entrevistas também foram realizadas e gravadas nas cidades de São Paulo e Campinas (SP), com alguns entrevistados que residem nas mesmas. A grande maioria dos entrevistados desta pesquisa são os mesmos do trabalho de Borsanelli e Lobo (2015). Todos os entrevistados são maiores de 18 anos. A categorização profissional dos entrevistados é apresentada na Tabela 1.

TABELA 1 – Categorias profissionais dos *stakeholders* entrevistados.

Categorias de <i>stakeholders</i> entrevistados	Quantidade	%
<i>Trade</i> Turístico de Iporanga	4	16,66
<i>Trade</i> Turístico do bairro da Serra	4	16,66
<i>Trade</i> Turístico de Apiaí	4	16,66
Agências Pedagógicas	4	16,66
Equipe e Órgão Gestor do PETAR	4	16,66
Outros Órgãos e Instituições	4	16,66
TOTAL	24	100

Para cada uma das 6 categorias de *stakeholder* mencionadas na Tabela 1, foram selecionadas as 4 entrevistas mais relevantes de cada categoria, totalizando 24 entrevistas, as quais foram escolhidas, considerando um universo de 50 entrevistas. Fora estas 24 selecionadas, algumas das demais ajudam a compor os trechos transcritos das falas, quando pertinente.

Os entrevistados que compõem as categorias *trade* turístico de Iporanga, do bairro da Serra e de Apiaí compreendem os empresários dos ramos da hotelaria, agenciamento receptivo e alimentos & bebidas, dessas localidades. É importante mencionar também que desse universo de 12 entrevistados, 8 também são monitores. Assim, acabam coincidentemente representando a monitoria do Parque.

A participação das agências pedagógicas também foi considerada, pois estas enviam grupos estudantis para o PETAR regularmente há décadas, sendo o turismo pedagógico um dos principais segmentos da região. Todas são externas, de outras localidades.

Os órgãos e instituições são tanto locais, quanto externos, todos relacionados com o PETAR, direta ou indiretamente. A importância da participação dos mesmos na pesquisa se dá pelo fato destes exercerem influência no desenvolvimento social e econômico na região, sobretudo ligado à atividade turística. Assim como todos os outros *stakeholders* descritos na Tabela 1 (*trades* turísticos de Iporanga, Apiaí e bairro da Serra, agências pedagógicas e equipe técnica e órgão gestor do Parque), os órgãos e instituições que participaram da pesquisa também não são identificados. O nome dado a esta categoria pode ser interpretado com imprecisão, devido ao fato de que agências pedagógicas também podem ser entendidas como instituições, por exemplo. Entretanto, é importante esclarecer que essa categoria inclui outros órgãos e instituições, que são especificamente ligados direta ou indiretamente ao governo. Assim, não inclui as agências pedagógicas e nem o órgão gestor do PETAR, – embora este seja ligado ao governo – os quais fazem parte de outra classificação, como pode ser observado na Tabela 1.

Para preservar o anonimato dos depoimentos, os nomes dos entrevistados não são revelados, sendo nomeados por códigos alfa-numéricos. As 6 categorias de entrevistados foram divididas em letras e numerações sequenciais. Os membros da categoria *Trade Turístico* do bairro da Serra foram identificados pelas letras T.T.S. e são numerados aleatoriamente de 1 a 4 (exemplo: T.T.S.1., T.T.S.2., T.T.S.3...). Os entrevistados da categoria similar (*trade* turístico) de Iporanga e Apiaí seguem no mesmo padrão (exemplo: T.T.I.1., T.T.I.2., T.T.A.1., T.T.A.2...). Adiante, essa padronização também engloba as demais categorias de entrevistados, tais como: Agências Pedagógicas (A.P.1., A.P.2., A.P.3...); Equipe e Órgão Gestor do PETAR (E.O.P.1., E.O.P.2., E.O.P.3...) e Outros Órgãos e Instituições (O.O.I.1., O.O.I.2., O.O.I.3...), por exemplo. Ademais, quando algum dos seis grupos de *stakeholders* é mencionado, este aparece com a sua sigla antes da sua denominação, sendo que esta última aparece dentro de parênteses, como por exemplo: grupo E.O.P. (Equipe e Órgão Gestor do PETAR) e grupo T.T.S. (*Trade Turístico* do bairro da Serra).

Nas entrevistas realizadas foram feitas perguntas pré-estabelecidas, retiradas de um roteiro-padrão, e também outras, que foram surgindo durante a conversa, sendo que as respostas para estas perguntas não-oficiais, muitas vezes, ajudam a compor o hall de trechos transcritos. O roteiro-padrão das entrevistas é apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1 – Perguntas padrão realizadas durante as entrevistas.

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Desde quando você está envolvido com o turismo na região? 2. O que o embargo das cavernas trouxe de positivo e negativo para o uso público? 3. O que o embargo das cavernas trouxe de positivo e negativo para as populações de entorno? 4. O perfil do visitante que vem ao PETAR hoje é o mesmo de antes do fechamento? Se não, o que mudou? 5. Você percebeu alguma modificação no fluxo de visitantes, desde o embargo? |
|--|

Os questionamentos foram feitos de forma aberta, sem opções de respostas pré-definidas, a fim de checar quais informações poderiam surgir espontaneamente com tais indagações.

A aplicação dos questionários para os *stakeholders* se deu de forma proporcional nas localidades do bairro da Serra, Iporanga e Apiaí, ocorrendo entre 24 de fevereiro a 10 de março de 2017, compreendendo o período do feriado de carnaval e demais dias de baixa temporada, coletando no total 50 entrevistas, que renderam 32 horas de áudio, em 14 dias de pesquisa.

Como as perguntas do questionário são abertas, posteriormente houve a transcrição dos áudios no ambiente Word do Windows. As entrevistas foram transcritas utilizando fielmente as palavras ditas pelos *stakeholders*, preservando até mesmo os erros ortográficos e de concordância verbal das falas. Como é uma transcrição de linguagem falada, esta é espontânea e informal. A frequente pausa na fala foi representada através do uso de três pontos (...) entre as palavras.

A partir da transcrição das entrevistas foi realizada a análise de conteúdo. A análise de conteúdo vai além de uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. É, portanto uma metodologia de pesquisa, através da qual é possível interpretar sistematicamente as mensagens, a fim de obter uma compreensão maior de seus significados, atingindo uma compreensão de seus significados num nível que vai além da leitura comum (MORAES, 1999).

A análise de conteúdo tem diversificadas fontes, que servem de matéria-prima, sendo oriundas de qualquer material referente à comunicação verbal ou não-verbal, tais como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos etc. Contudo, os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo (MORAES, 1999).

A análise de conteúdo tem duas vertentes, uma qualitativa e outra quantitativa. Na abordagem quantitativa, é feita a verificação de hipóteses que são definidas antes da aplicação do questionário. A vertente qualitativa trata de captar o simbolismo por trás do que foi dito, sendo que esta construção pode ocorrer ao longo do processo, assim como a definição das hipóteses poderá ir se delineando à medida que a investigação avança (OLABUENA; ISPIZÚA, 1989). Krippendorff (1990) acrescenta que ao categorizar as frases e palavras, é possível verificar associações e denotações, que subsidiam interpretações psicológicas, sociológicas e políticas.

A análise de conteúdo é constituída das seguintes etapas: preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição; interpretação.

Desse modo, foi realizada a categorização das respostas dos entrevistados, classificando-as pela semelhança ou analogia. As categorias foram definidas após a transcrição dos áudios e análise do conteúdo, o que caracteriza uma abordagem indutiva-constitutiva, que é a que constrói as categorias após a obtenção dos dados (LASWELL, 1978; OLABUENA, ISPIZUÁ, 1989).

A tabulação das respostas dos questionários foi feita com o apoio do aplicativo Excel em ambiente Windows, ajudando também na elaboração dos gráficos inclusos neste trabalho.

Algumas reflexões sobre a dinâmica do turismo no PETAR e suas implicações foram agregadas aos resultados, levando em consideração as observações feitas pela autora, diante de sua experiência no Parque desde 2009, a fim de compor o embasamento sobre tais.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Apresentação

Os resultados aqui apresentados foram organizados de forma a responder aos objetivos da pesquisa, ao invés de seguir o ordenamento das questões realizadas nas entrevistas. Os resultados baseiam-se nos questionamentos feitos aos *stakeholders* durante as entrevistas, os quais seguem apresentados em gráficos. Muitas vezes, estes são acompanhados de outros dados, permitindo uma discussão de seu teor e das observações realizadas pelos entrevistados, assim como por trechos das falas dos entrevistados, que são inseridos sempre que for importante para corroborar a discussão.

5.2. Tempo de envolvimento dos entrevistados com o turismo no PETAR

Iniciando a apresentação dos resultados, a Tabela 2 apresenta dados sobre o tempo de envolvimento dos entrevistados com o turismo na região do PETAR.

TABELA 2 – Período de início do envolvimento dos entrevistados com o turismo no PETAR.

Anos	Número	%
1970 – 1975		
1976 – 1980	1	4%
1981 – 1985		
1986 – 1990	4	17%
1991 – 1995	4	17%
1996 – 2000	6	25%
2001 – 2005	4	17%
2006 – 2008	3	12%
2009 – 2013	2	8%
2014 – 2017		
TOTAL	24	100%

A pergunta sobre o tempo de envolvimento com o turismo no PETAR teve o propósito de permitir um balizamento quanto ao nível de aprofundamento do entrevistado em relação ao

problema investigado, também sendo importante para identificar o percentual de entrevistados que se envolveu com a atividade turística após o fechamento.

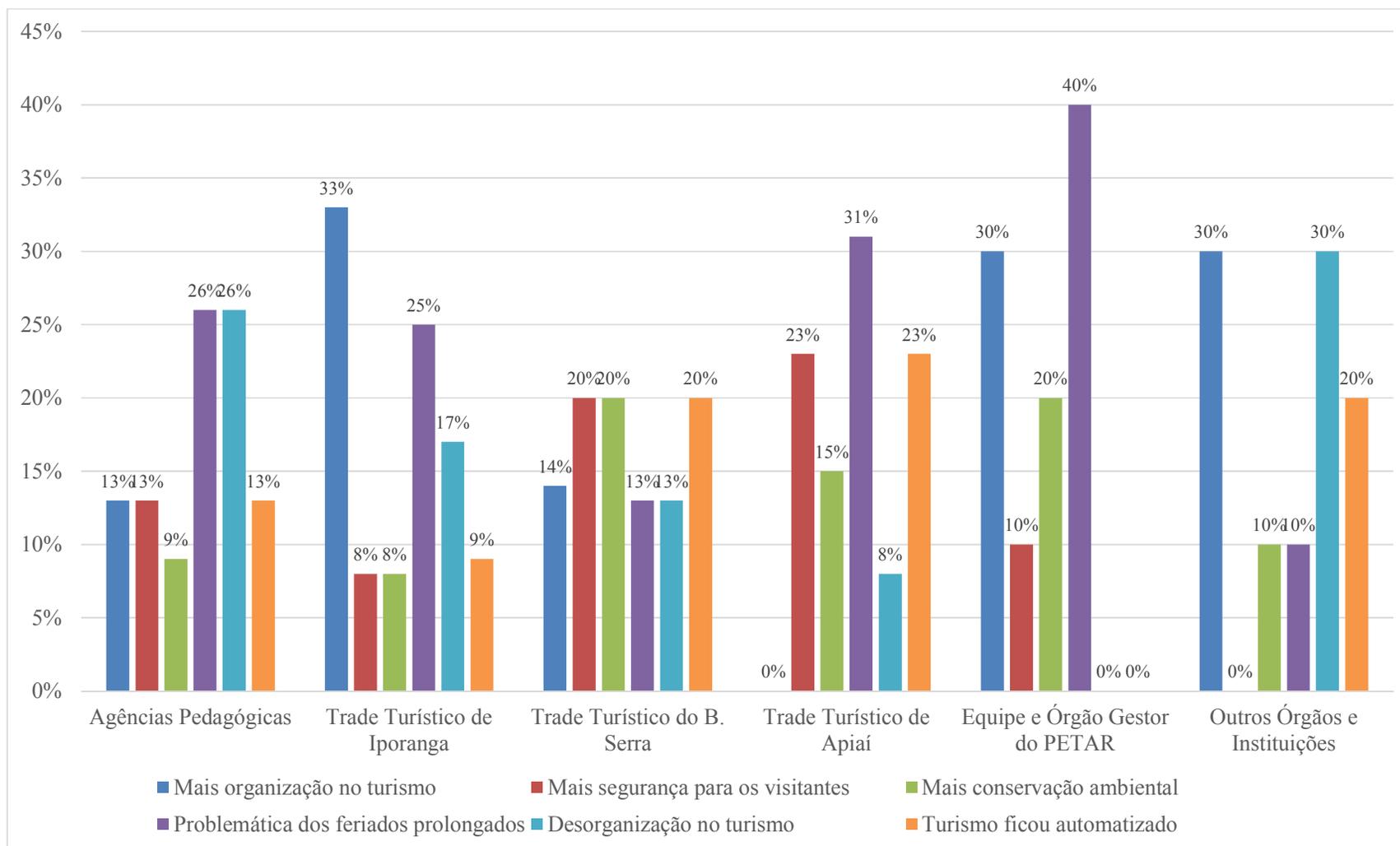
Como demonstrado na Tabela 2, a maior parte dos resultados tem percentuais bastante parecidos, criando um equilíbrio entre as categorias. Entretanto, quando agrupados é possível perceber que 63% dos entrevistados se envolveram com o turismo entre 1970 e 2000, o que estampa um grande envolvimento com a atividade. Este dado foi entendido como positivo, já que esta longa vivência pode proporcionar maior compreensão sobre a trajetória que culmina no cenário atual. Ademais, somente 2 respondentes (8%), de um total de 24 selecionados, se envolveram com o turismo no PETAR após o embargo de suas cavernas turísticas.

5.3. Impactos sobre o uso público

Os resultados e a discussão a seguir se referem aos impactos que atingiram o uso público do PETAR, advindos do fechamento das cavernas em 2008 e sua reabertura, através do TAC. Este questionamento teve o intuito de verificar possíveis pontos positivos e negativos relacionados à gestão do uso público do Parque, após 2008, uma vez que estas podem influenciar os rumos do turismo na região, consequentemente afetando o crescimento econômico da região do entorno e as populações que dependem do turismo a longo prazo.

Os impactos que atingiram o uso público do Parque são apresentados antes dos impactos causados às populações de entorno, embora este segundo seja o principal foco da pesquisa, pois os impactos que atingiram o uso público do PETAR tiveram influência direta e indireta sobre os impactos causados às comunidades de entorno do Parque. Ademais, os impactos aqui mencionados podem ser classificados como positivos e negativos, os quais são apresentados no mesmo gráfico (Figura 5), com suas discussões correlacionadas.

FIGURA 5 – Impactos para o uso público, causados pelo fechamento de 2008 e sua reabertura com o TAC.



Considerando os apontamentos feitos pelos *stakeholders* entrevistados, na Figura 5, foram entendidos como positivos os seguintes impactos citados:

- A) Mais segurança para os visitantes;
- B) Mais conservação ambiental, e;
- C) Mais organização no turismo.

Como observado na Figura 5, todos os grupos de *stakeholders* – exceto o grupo O.O.I. (Outros Órgãos e Instituições) –, perceberam uma maior segurança para os visitantes, após 2008 (A). É importante ponderar que os grupos de *stakeholders* que tiveram tal percepção (T.T.I.; T.T.S.; T.T.A.; A.P.; e E.O.P.) têm um contato maior, mais direto e personalizado com os visitantes, tendo assim um maior conhecimento prático a respeito de possíveis acidentes, de maior e menor proporção que ocorrem com os visitantes, além de sua frequência. Desse modo, é provável que tais grupos possam ter um conhecimento mais concreto sobre a segurança que permeia o passeio dos visitantes. Outro ponto que corrobora que o grupo O.O.I. (Outros Órgãos e Instituições) não tem o mesmo conhecimento acerca dos acidentes é que alguns dos *stakeholders* que integram este grupo não residem na região do PETAR, mas sim em localidades mais distantes. Todavia, a questão da segurança no PETAR não se refere apenas a quantidade de acidentes observados, sendo uma questão mais complexa.

Sobre B) – mais conservação ambiental –, todos os grupos de *stakeholders* foram unânimes em apontar que perceberam uma maior conservação ambiental no Parque, desde 2008, a qual se refere principalmente às condições atuais de conservação das cavernas utilizadas turisticamente no Parque.

Existe uma grande ligação entre A), B) e C), sendo possível compreendê-los melhor quando analisamos o contexto anterior ao embargo e ao observarmos o que foi modificado após a reabertura das cavernas turísticas do Parque, de 2008 até hoje. Assim, considerando o levantamento realizado por Borsanelli (2014) e também os trabalhos de Giatti e Rocha (2001), Marinho (2002), Piva (2003) e Lobo (2005), Lobo (2009) e Lobo (2017), a realidade do uso público no PETAR, no início dos anos 2000 até 2008 – antes do embargo –, era estruturada pelas seguintes condições:

- Visitação regular em cerca de 30 cavidades (dentro e no entorno do Parque);
- Precariedade na fiscalização e no controle efetivo da entrada da maioria das cavernas;

- Somente as cavernas mais visitadas eram contempladas com alguma ordenação turística, como o estabelecimento dos trechos visitados, a quantidade de pessoas por grupo e o intervalo de tempo entre cada;
- O estabelecimento de um fluxo turístico massivo, que abrangia um grande contingente de pessoas em feriados prolongados, como aconteceu em abril de 2003, quando a Caverna de Santana recebeu mais de 1.000 pessoas em um único dia;
- A existência de momentos de tumultos e desordem no interior das cavernas, em períodos de alta temporada, com o acúmulo de grupos de visitantes em determinados pontos de interpretação;
- A ocorrência de impactos ambientais nas cavernas, com destaque para a Caverna de Santana, que recebia o maior fluxo de visitantes;
- Resíduos sólidos eram encontrados em trilhas e cavernas, havendo também a retirada de espeleotemas;
- A poluição do Rio Betari por esgotos domésticos, devido à precariedade no saneamento básico do bairro da Serra e pelo desordenado fluxo de visitantes.

Todavia, com a reabertura das cavernas através do TAC, desde 2008 estas condições foram modificadas, permitindo o uso turístico de apenas 12 cavernas – ante 30 –, até que se desse a aprovação e implantação dos Planos de Manejo Espeleológico, que reabriria outras 7 cavidades para o turismo, o que ainda não aconteceu.

Estas 12 cavernas abertas nos dias atuais, contam com um ordenamento relacionado à delimitação dos trechos que o visitante pode percorrer dentro das mesmas, assim como a quantidade de pessoas, que foi determinada por grupo e seu limite diário, assim como o intervalo de tempo entre cada e a obrigatoriedade no acompanhamento de um monitor em todos os passeios. Estas regras advindas com o pós-2008, tiveram um grande efeito e influência direta sobre uma maior segurança para o visitante e uma maior conservação das cavernas do Parque, sobretudo as turísticas, sendo que a determinação da obrigatoriedade do acompanhamento do monitor nos passeios é um dos principais pontos que contribuem para tais mudanças positivas citadas em A) e B), uma vez que este profissional orienta os visitantes sobre a conduta correta dentro das cavidades, exercendo um papel de fiscal sobre a mesma e também de guardião do ambiente.

A presença obrigatória do monitor nos passeios também provê a diminuição dos riscos intrínsecos a um passeio no meio natural, que são naturalmente intensificados quando este ocorre no ambiente cavernícola, pois o monitor que o acompanha tem aulas de primeiros socorros durante o seu curso de formação, sendo que muitos destes também integram o grupo voluntário de busca e salvamento da UC (GVBS). Sobre os benefícios da obrigatoriedade do monitor para uma maior segurança dos visitantes e para uma maior conservação das cavernas, seguem os seguintes depoimentos retratando o passado e o presente:

“Antes eu chegava a ir pra caverna com quarenta pessoas, só eu de guia. Loucura, né? Se a gente olhar hoje pensando na segurança, é loucura. Não tem um lado positivo nisso né. Não existe segurança, preservação, conservação, controle do grupo...” (T.T.S.1. – informação verbal).

“Cansei de guiar grupo de quarenta pessoas sozinho” (T.T.S.2. – informação verbal).

“Ao longo desses nove anos está se provando que foi mais positivo... Antigamente, você entrava no Parque com um monitor, se você quisesse... Pra segurança do visitante foi muito mais positivo ... pras cavernas, foi muito mais positivo.. (...) Lugares mais conservados, com menor degradação. Hoje a gente não registra depredação nas cavernas no PETAR. Antes as pessoas levavam estalactites de lembrancinha pra casa, hoje isso não acontece por conta da presença do guia. É muito raro encontrar lixo nas cavernas, antes encontrava” (E.O.P.3. – informação verbal).

De acordo com Borsanelli (2014), para 49% dos visitantes entrevistados em seu trabalho, o nível de conservação da natureza é maior hoje em dia, considerando ter havido uma amenização da degradação ambiental no patrimônio espeleológico, dada a partir de 2008, ao passo que houve um maior controle sobre as ações antrópicas no meio. Seguindo, 35% dos entrevistados defendeu haver uma indiferença no nível de conservação e os 16% restante defendeu que a natureza era mais conservada até 2008. Essa maior conservação pode ser compreendida através da opinião do *stakeholder* T.T.S.1.

“Mas em relação à conservação, ajudou bastante né. Do lado de onde o turista passa, às vezes tem salões que estão bem ou totalmente conservados, que tem os animais vivendo, sem o impacto das pessoas pisoteando” (T.T.S.1. – informação verbal).

Alguns anos antes do fechamento, o acompanhamento do monitor nos passeios não era obrigatório, o que desencadeava situações como as comentadas pelos *stakeholders* T.T.A.3. e T.T.S.4.

“Antigamente, as pessoas iam a esmo. Um fato que aconteceu: um casal entrou na caverna e acabou a luz da lanterna lá dentro da caverna ... e foram descobrir no outro dia, através de uma barraca que foi achada no Parque, lá no *camping*, no núcleo Santana. “Mas como que o turista foi embora e deixou a barraca? Ou tão perdido ou tão machucado”. Aí saíram os funcionário tudo louco,

entrando nas cavernas, gritando, apitando, até que foi identificado que eles estavam lá no fundo da caverna, sem luz, porque entraram e acabou a luz da lanterna e eles ficaram lá esperando socorro. E imagina a insegurança de não saber quando que alguém ia lá busca, ficaram lá até o outro dia” (T.T.A.3. – informação verbal).

“O risco de acidente antigamente era muito maior. Antes do fechamento tivemos mortes, né, e agora nenhuma. Se você pegar todas as ocorrências que tiveram, no máximo umas torções de pé, que são coisas que podem acontecer em qualquer lugar” (T.T.S.4. – informação verbal).

Todavia a questão da segurança tenha melhorado, esta ainda apresenta deficiências e falhas, necessitando de mais estrutura e recursos, como pode ser conferido no seguinte trecho de depoimento.

“Tem ambulância aqui, mas só funciona de segunda a sexta, então pra usar, por exemplo, sábado agora no Carnaval, teve uma ocorrência. Peguei a pessoa, levei no posto de saúde, tava fechado, daí eu fui na casa do motorista e aí ele levou pro hospital em Iporanga ... então, você tem que conhecer o motorista da ambulância pra ir na casa chamar ele” (E.O.P.3. – informação verbal).

Quanto a haver uma maior organização/ordenamento no turismo desde 2008 (C), como podemos observar na Figura 5, a maior parte das menções feitas se deu pelos grupos T.T.I. – *Trade* Turístico de Iporanga (33%), E.O.P. – Equipe e Órgão Gestor do PETAR (30%) e O.O.I. – Outros Órgãos e Instituições (30%), o que demonstra um equilíbrio na opinião dos grupos, os quais têm tanto uma interface mais comercial como institucional com o visitante e o uso público do PETAR. Todavia, o grupo T.T.A. (*Trade* Turístico de Apiaí) não apontou ter percebido uma maior organização/ordenamento no uso público do PETAR pós-2008, sendo que este grupo representa o *trade* turístico de Apiaí, que das três localidades, embora seja a que tem o menor envolvimento turístico com o PETAR, não pode ter sua opinião desconsiderada.

As regras que vieram com a reabertura das cavernas não beneficiam apenas a questão da segurança do visitante e da conservação ambiental das cavernas, estando também ligadas a esse avanço comentado no item C), uma vez que o passeio passou a ter hora pra começar e para terminar e a quantidade de pessoas por grupo passou a ser mais confortável, diminuindo a poluição visual para os visitantes ao longo do passeio, por exemplo.

Borsanelli (2014) comenta que para 85% dos visitantes entrevistados em seu trabalho, a visitação no PETAR passou a ser mais organizada a partir de 2008, o que se deve, segundo eles, às regras implantadas. Neste trabalho, os entrevistados também fizeram a seguinte avaliação da organização dos passeios nas cavernas, com os seguintes parâmetros: boa (48%), regular (20%), muito boa (18%), ruim (9%) e muito ruim (5%), o que demonstra uma avaliação positiva por parte dos visitantes a respeito dos passeios.

Sobre esta maior organização/ordenamento observada com a reabertura das cavernas após 2008 (C), o *stakeholder* E.O.P.3. faz o seguinte comentário durante sua entrevista:

“O ordenamento do Parque que veio com o fechamento, foi de 200% de positivo” (E.O.P.3. – informação verbal).

No mais, estes três apontamentos (A, B e C) também foram considerados na visão dos visitantes e *stakeholders* entrevistados nos trabalhos de Borsanelli (2014) e Borsanelli e Lobo (2015), como os pontos mais positivos advindos com o fechamento.

Os demais apontamentos feitos pelos entrevistados, também presentes na Figura 5, são referentes aos impactos negativos sobre o uso público do PETAR pós-2008, sendo os seguintes:

- D) Desorganização no turismo;
- E) A problemática dos feriados prolongados e;
- F) A automatização do turismo.

Podemos observar que quando questionados sobre quais foram os impactos que estes perceberam sobre o uso público do Parque, os entrevistados fizeram apontamentos que se opõem, pois uma parcela dos mesmos mencionou ter observado uma maior organização no turismo (C) desde então e, em contrapartida, uma outra parcela mencionou ter havido uma maior desorganização no turismo (D), sendo que o primeiro é considerado um impacto positivo e o segundo um impacto negativo. Apenas o grupo E.O.P. (Equipe e Órgão Gestor do PETAR) não fez nenhuma menção em relação a ter percebido uma maior desorganização no turismo, todavia fez uma considerável menção (40% dos entrevistados) a respeito de ter notado uma problemática em relação aos feriados prolongados (E). Acontece que D) e E) têm bastante ligação, uma vez que essa desorganização no turismo pode estar ligada ao panorama dos feriados prolongados na UC, a qual foi notada por todos os grupos de respondentes.

Isto se deve ao fato dos turistas que visitam o Parque em feriados prolongados passarem pela seguinte situação desde a reabertura das cavernas: horas de espera para entrar nas cavernas, filas de carros quilométricas, incerteza de quais cavernas vão conseguir visitar no dia etc; transtornos que já foram presenciados pela autora em diversas visitas ao Parque.

As determinações provisórias instauradas em 2008 modificaram toda a dinâmica da visitação, com novas regras, que quando se esbarram em um grande contingente de pessoas, como é caso dos feriados prolongados, não funcionam, faltando vaga para todos os visitantes e ainda influenciando negativamente a experiência do visitante. Esse quadro atribui-se,

sobretudo, ao seguinte fator: o estabelecimento de uma capacidade de carga abaixo da demanda real.

Ademais, segundo Allegrini (1999), Marinho (2002) e Instituto Ekos (2010), outros fatores, que não têm relação com as determinações de 2008, mas que interferem e pioram a problemática dos feriados, são os seguintes:

a) a concentração da visitação nas cavernas dos Núcleos Santana e Ouro Grosso; e em contrapartida, uma baixa visitação nas cavernas do núcleo Caboclos e Casa de Pedra;

b) a ausência de um sistema de agendamento prévio dos passeios;

c) a ausência de um sistema de compra antecipada de ingresso;

d) o déficit de monitores e funcionários no Parque;

e) o horário da visitação da caverna Santana – a mais visitada – se iniciar às 09:00, mais tarde do que as demais;

f) as cavernas do PETAR serem os principais atrativos turísticos da região, sendo os principais responsáveis pela atração do fluxo turístico que visita a mesma (como segue no próximo trecho de depoimento do *stakeholder* T.T.S.2.);

“Trilha, mata atlântica, cachoeira ... você vê muito pertinho de São Paulo. O que traz o turista pra cá são as cavernas, cavernas só tem aqui nessa região” (T.T.S.2. – informação verbal).

Todo este conjunto de fatores implica em muitas reclamações por parte dos visitantes, relatadas pelos *stakeholders* entrevistados e também observadas *in loco*. Os trechos dos próximos depoimentos seguem para ilustrar este panorama.

“O fechamento vem com essa imagem de organização, de que vai ser reaberto pra melhor. A coisa ruim é que isso não veio. Então, a gente ficou com as regras de visitação, mas sem ter o retorno ... Nós não estamos usufruindo o que foi feito, do plano de manejo, nós estamos ainda na parte negativa, que é atender as regras e as normas, que o estado não consegue organizar de tal forma que o turista seja atendido adequadamente. (...) Eu chego lá no Parque, nove horas, sem saber pra onde eu vou, que horas que eu vou e se eu vou. Eu não posso te falar que isso é um ganho, porque a incerteza é um perda” (T.T.I.1. – informação verbal).

“A pessoa vem de longe, chega aqui, a portaria abre oito horas. Às vezes, sete da manhã já tem gente lá na portaria e a pessoa consegue entrar na caverna só meio dia” (T.T.S.4. – informação verbal).

“Hoje se você for no Parque, você vai ver, onze horas da manhã e o Parque acabou de passar um rádio pra mim, me dizendo que a caverna de Santana já

esgotou a capacidade de carga dela do dia e é onze horas da manhã ainda, né ... pra você ver como as coisas são” (T.T.S.2. – informação verbal).

“Quem vem num feriado como hoje, vai embora bravo. Quem não consegue ser atendido, vai embora bravo, porque não tem pra onde ir...” (T.T.S.3. – informação verbal).

“Eu nunca mais levo cliente lá em feriado ... porque eu não quero mais passar nervoso ... porque o cliente não vai entrar na justiça contra o Estado, ele vai entrar contra a minha agência, que foi o que ele contratou... Eu já tive problema com cliente lá umas três ou quatro vezes ... e eu fiquei horas negociando pra não entrar no PROCON contra a minha agência ... e eu disse “se você colocar a minha agência na justiça, eu vou ter que envolver o Estado e você sabe quando que isso vai ser resolvido? Nunca” ... então, ele acabou concordando. Eu não quero falar de novo pro meu turista “você vai levantar sete horas da manhã ... você vai tomar o café da manhã correndo e a gente corre lá pro Parque”. Porque que nós temos que ficar tão angustiados de fazer com que o cliente levante sete da manhã, se ele vai entrar na caverna onze da manhã? Isso é um desgaste, que não deixa nenhum visitante sair dali satisfeito” (A.P.3. – informação verbal).

“O fluxo de turismo em feriados é muito grande e as pessoas ficam frustradas né, porque vem pra cá com a ideia de entrar em três cavernas em um dia e conseguem visitar mais ou menos duas num dia” (A.P.2. – informação verbal).

“O cara já fica em São Paulo com fila pra tudo, fila pra comer, fila pra banco. Você acha que aqui ele quer fila?” (T.T.A.2. – informação verbal).

Sobre fatores que não têm relação com as determinações de 2008, mas que interferem e pioram a organização dos feriados, as deficiências em relação à comunicação atrasam e travam o uso público no Parque. A instalação de um sistema de agendamento dos passeios e de venda de ingressos na hora e pessoalmente poderia ter uma grande contribuição na resolução dos problemas vividos em feriados prolongados, como pode ser compreendido abaixo.

“Seria maravilhoso ter um sistema automatizado, agendamento online, ter uma prévia de como vai estar no dia seguinte” (T.T.S.1. – informação verbal).

“Em quase todos os lugares que a gente opera o turismo pedagógico, praticamente todos têm um sistema de reserva e, mesmo sendo unidade de conservação, na maioria é possível reservar antes. Podem ter várias escolas agendadas pro dia, é *punk*, já aconteceu isso com a gente” (A.P.1. – informação verbal).

“Essas vagas poderiam ser vendidas antecipadamente, mas a preocupação é das grandes empresas comprarem todos os vouchers. Mas tem que dar um jeito de garantir que todo mundo consiga, talvez uma associação ou cooperativa, que ficasse com uma porcentagem garantida” (T.T.A.3. – informação verbal).

Embora a administração do PETAR tenha consciência da necessidade de implantação de um sistema de agendamento e reserva de grupos, alguns entraves dificultam a implantação dos mesmos, como segue nos seguintes trechos de depoimento.

“Uma proposta que vai ser levada pra próxima reunião do conselho³ (conselho do Parque) é a venda antecipada de ingresso, tipo fazer uma fila diferenciada pra quem já tem ingresso, pro cara não ficar parado lá. Agendamento a gente não tem condição de fazer hoje” (E.O.P.3. – informação verbal).

“Agendamento online a gente vem conversando bastante sobre isso ... só que hoje nós temos dois problemas ... e um deles é a comunicação. Toda a nossa estrutura de comunicação e de internet, está em Apiaí ... e a nossa comunicação da base com os núcleos é muito precária... O telefone a gente não tem e o rádio funciona quando quer... Então, não tem como a gente fazer um agendamento, porque o núcleo não vai saber” (E.O.P.3. – informação verbal).

“Faz muito tempo já que a gente tá discutindo a compra de ingresso antecipado ... mas tem a questão da reserva de mercado, lá, né ... porque que a gente não consegue fazer online? Porque a gente tem problema com a comunicação lá que é precária ... telefone, rádios ... não tem internet ... porque a gente não conseguiu ainda convencer a instituição que isso vale a pena. Essa questão do PETAR a gente tinha que ter resolvido, mas a gente não consegue. (...) A nossa tendência é vender os ingressos com antecedência, mas eu não sei se isso vai dar certo, talvez só em feriados” (E.O.P.2. – informação verbal).

Sobre outros problemas que travam e prejudicam o desenvolvimento do uso público no PETAR, influenciando os problemas vividos nos feriados prolongados, sem ter relação com o embargo, são as deficiências em seu quadro de funcionários. A falta de funcionários em uma quantidade ideal, por exemplo, implica no fato da caverna de Santana abrir às 09:00 e não às 08:30, como deveria; além da visitação irregular em determinadas cavernas do Parque, uma vez que a fiscalização é defasada e problemas na gestão do Centro de Visitantes do núcleo Santana, por exemplo, além de outros problemas mais relacionados à conservação, como palmito e caça.

Segundo Piva (2003), a desativação do *camping* do núcleo Santana no início dos anos 2000 se deu devido à insuficiência de funcionários na UC, que gerava falta de segurança aos campistas e defasagem no controle de saída e entrada. Este é um indicativo de que a defasagem no quadro de recursos humanos do PETAR não é recente. Este também é um problema muito comum em diversas outras UCs paulistas, geridas pela Fundação Florestal e também outras geridas por outros órgãos a nível estadual e federal.

“A gestão atual pegou uma época muito desestruturada. Antigamente, existia o gestor do Parque, o coordenador de uso público, o coordenador de pesquisa, o coordenador do fundiário, a parte administrativa ... então, cada setor tinha um responsável e hoje não tem, e aí fica muito difícil pro gestor. Antes éramos em setenta funcionários, hoje estamos em trinta, por aí... O PETAR pode ser um parque modelo de novo, mas pra isso precisa de funcionário, né. Um gestor sozinho não resolve o problema do PETAR” (O.O.I.3. – informação verbal).

³ Próxima reunião do Conselho Consultivo do PETAR, que ocorreu em algum momento desconhecido, no ano de 2017, após a entrevista.

“São trinta e quatro funcionários. Então, esses funcionários fazem tudo no Parque. Eles ajudam na fiscalização, repressão a palmito e caça, supressão da vegetação, ajudam na manutenção de trilhas, na limpeza das estruturas, nas pequenas reformas, nos reparos, nas portarias na época dos feriados. Então, a gente vai dinamizando essa força de trabalho, de acordo com a demanda” (E.O.P.3. – informação verbal).

“Precisa contratar mais funcionários, que é uma obrigação, porque nós temos vários núcleos abandonados. Capinzal, Areado, Caboclos, Casa de pedra, não tem pessoal pra cuidar disso. A última contratação do Parque tem vinte e três anos já. Hoje os funcionários que tocam o Parque, tocam por vontade própria, porque muitas vezes não tem carro, não tem combustível, não fornecem alimentação pros funcionários. Cada um tem que se virar por conta, sendo que no passado os funcionários tinham todo o apoio. Hoje os núcleos Santana e Ouro Grosso funcionam melhor do que os outros, porque tem muito voluntário que vem nos ajudar” (E.O.P.1. – informação verbal).

“Por conta da falta de funcionário, a gente acaba trabalhando primeiro com a gestão das prioridades. Então, enquanto a água não vai batendo no pescoço, a gente vai fazendo outra coisa. E também por conta da falta de funcionário o objetivo não acaba sendo turismo. Então, a gente vai olhar a conservação primeiro e vai permitir o que é possível depois” (E.O.P.3. – informação verbal).

“Areias, Jeremias, Laje Branca, Paçoca (cavernas)... Nós sabemos que tem visitação irregular, principalmente em feriados, mas nós não temos funcionário pra ir” (E.O.P.3. – informação verbal).

Considerando este cenário – o dos feriados prolongados – e também os dados discutidos anteriormente, referentes a uma maior organização/ordenamento do uso público do Parque (C), que foi apontado pelos entrevistados como um dos impactos positivos sobre o uso público, trazidos pelo embargo, é importante refletir que há um paradoxo entre eles.

Esta questão do turismo no PETAR ter ficado mais organizado ou desorganizado após 2008 também foi discutida no trabalho de Borsanelli (2014), no qual a grande maioria dos entrevistados (85%) defendeu que a visitação no PETAR passou a ser mais organizada após o fechamento.

Essa questão pode ser analisada também ao considerar quando o passeio acontece, assim a percepção pode variar. Se o passeio ocorre na baixa temporada, é possível afirmar que há mais organização no uso público desde 2008, pois as regras estabelecidas pelo TAC funcionam bem assim. Nesse contexto – da baixa temporada –, o visitante tem a oportunidade de visitar as cavernas que ele deseja, na ordem que o mesmo almeja, com pouco tempo de espera, sem estresse e com uma experiência mais satisfatória. Já se o passeio ocorre em feriados prolongados ou em finais de semana com grande lotação, o turismo se mostra mais desorganizado.

Considerável parte dos entrevistados dos trabalhos de Borsanelli (2014) e Borsanelli e Lobo (2015) acreditam que uma das soluções para resolver a problemática dos feriados seria a abertura de mais cavernas à visitação no Parque, sendo 12 um número muito pequeno, segundo eles. Entretanto, o trabalho de Borsanelli (2014) demonstra que desse universo de 12 cavernas disponíveis ao uso público, apenas 5 (Santana, Morro Preto, Água Suja, Ouro Grosso e Couto) tem um fluxo regular de visitantes ao longo do ano e, até mesmo em feriados, as demais cavernas são pouco visitadas.

A concentração da visitação nestas cavernas dos núcleos Santana e Ouro Grosso se deve principalmente pelas facilidades de acesso em se conhecer essas 5 cavernas, que se encontram nos núcleos próximos aos meios de hospedagem utilizados pelos visitantes, somado ao fato da estrada que leva aos núcleos Caboclos e Casa de Pedra ser dotada de condições ruins, como pode ser compreendido pelos seguintes trechos dos depoimentos dos *stakeholders*.

“A única caverna no PETAR, das doze abertas, que tem seu limite de capacidade de carga muito próxima da saturação é a Santana. Todas as outras estão muito baixo” (E.O.P.3. – informação verbal).

“Em relação à quantidade de cavernas visitadas (doze), são as mesmas cavernas que a gente já visitava antes do fechamento, não mudou, e também não se visita muito mais do que isso” (T.T.S.1. – informação verbal).

“Se a gente começar a cobrar pra ter mais cavernas abertas, o pessoal vai falar “você não está dando conta de visitar nem as doze, então pra quê você quer mais cavernas abertas?”. Tem que entender o porquê que a gente não está visitando as doze. O acesso é ruim. O núcleo Caboclos tem um monte de cavernas, mas o núcleo Caboclos é longe, então a logística não bate. A visitação de lá é baixíssima, porque é difícil. Daqui (bairro da Serra) são duas horas de carro. Pra visitar lá, você tem que sair daqui seis horas da manhã e esse horário não tem nenhuma pousada servindo café da manhã ainda. Você tem todo um desconforto” (T.T.S.2. – informação verbal).

“Pra Caboclos, nesses vinte anos que a gente opera o turismo pedagógico, nós só levamos uma vez ... eu acho que foi só. Foi só essa vez, pela distância, pela locomoção e é melhor onde é mais confortável pra escola” (A.P.1. – informação verbal).

“Olha, a gente sempre teve problema com a estrada ... porque ônibus, né ... e estrada caindo ... ano passado mesmo (2016) ... caiu barreira ... foi um horror pra chegar na pousada. Então, ir em época de chuva piora a estrada” (A.P.1. – informação verbal).

Embora os entrevistados tenham criticado as condições da estrada, é importante mencionar que houve alguns investimentos em melhorias, sobretudo a partir de 2013, ano em que ocorreu uma grande reforma e, desde então as manutenções ocorrem uma vez ao ano. Todavia, é necessário mais investimento. Seguem opiniões.

“Os três trechos que estavam muito difíceis, eles foram arrumados no passado. Fizemos uma parceria entre a prefeitura, o Parque e a Camargo Córrea (empresa)” (O.O.I.2. – informação verbal).

“A ideia não é asfaltar... Acho que não precisa... A estrada tá boa, a gente conseguiu recuperar ela de dois anos pra cá. Você vai com qualquer carro lá... Acho que uma estrada bem feita, com um piso bem feito, já é suficiente. O que precisa é de um sistema de drenagem, porque a água corre por cima da estrada e isso vai erodindo...” (E.O.P.3. – informação verbal).

Essa questão da problemática dos feriados prolongados/desorganização no turismo, provavelmente será solucionada quando houver a implantação dos PMEs, uma vez que grande parte desse problema e dos demais apontamentos, assim como a grande maioria das insatisfações comentadas pelos visitantes, são condicionadas intrinsecamente pelo atraso na implantação destes, subsidiando a permanência das determinações do TAC.

Com a futura implantação dos PMEs há a previsão de implantação de medidas que podem ser entendidas como modificações positivas, como: a) mais 7 cavernas serão abertas à visitação, como a Casa de Pedra que é o cartão-postal do Parque, localizada no núcleo homônimo e pode ser responsável por atrair mais público; b) novos roteiros serão abertos dentro das cavernas já visitadas atualmente, como a Santana, que conta com trechos belíssimos; e, c) será revista a Capacidade de Carga nas cavernas com visitação atualmente. No geral, os itens a), b) e c) serão responsáveis pelo aumento da Capacidade de Carga diária nas cavernas do Parque, que precisa melhorar/aumentar, uma vez que este é o principal fator que trava a visitação nos feriados prolongados.

Por último, dos seis grupos de *stakeholders*, cinco mencionaram que o turismo ficou automatizado, o que se caracteriza como um impacto negativo sobre o uso público. Esse apontamento refere-se a percepção dos entrevistados sobre a implantação de um modelo de visitação mais consciente desde 2008, que acaba por ser também menos permissivo, com mais ressalvas em relação ao acesso a vários espaços anteriormente visitados e também pela diminuição na quantidade de atrativos turísticos disponíveis, o que dá a impressão de que o turismo está menos atrativo; mais automático, padronizado, estandardizado e restritivo, havendo a perda da liberdade. Sobre esse ponto de vista, podemos observar a opinião do *stakeholder* T.T.S.1.

“Ficou muito automatizado, turismo de museu, quase. Não dá pra fazer um blackout, porque tem um grupo vindo em seguida e você tem que sair. Eu não gosto disso não” (T.T.S.1. – informação verbal).

Entre os *stakeholders*, existe também a opinião de que para o público de visitantes que conheceu o Parque depois do embargo a atratividade do passeio é ótima, pois estes não conheceram o turismo do Parque antes disso.

Entretanto, com a futura aprovação e implantação dos PMEs, novos roteiros serão abertos nas cavernas que já são abertas à visitação. Assim, o turismo voltará a ocorrer em diversos desses trechos hoje proibidos, aumentando a atratividade.

Algumas opiniões pertinentes sobre a atratividade anterior e atual dos passeios nas cavernas e sobre essa percepção de que o turismo foi automatizado seguem nos seguintes trechos de depoimentos.

“Pra quem vai hoje pela primeira vez, a atratividade é ótima. Pra quem já foi antes, é média” (O.O.I.3. – informação verbal).

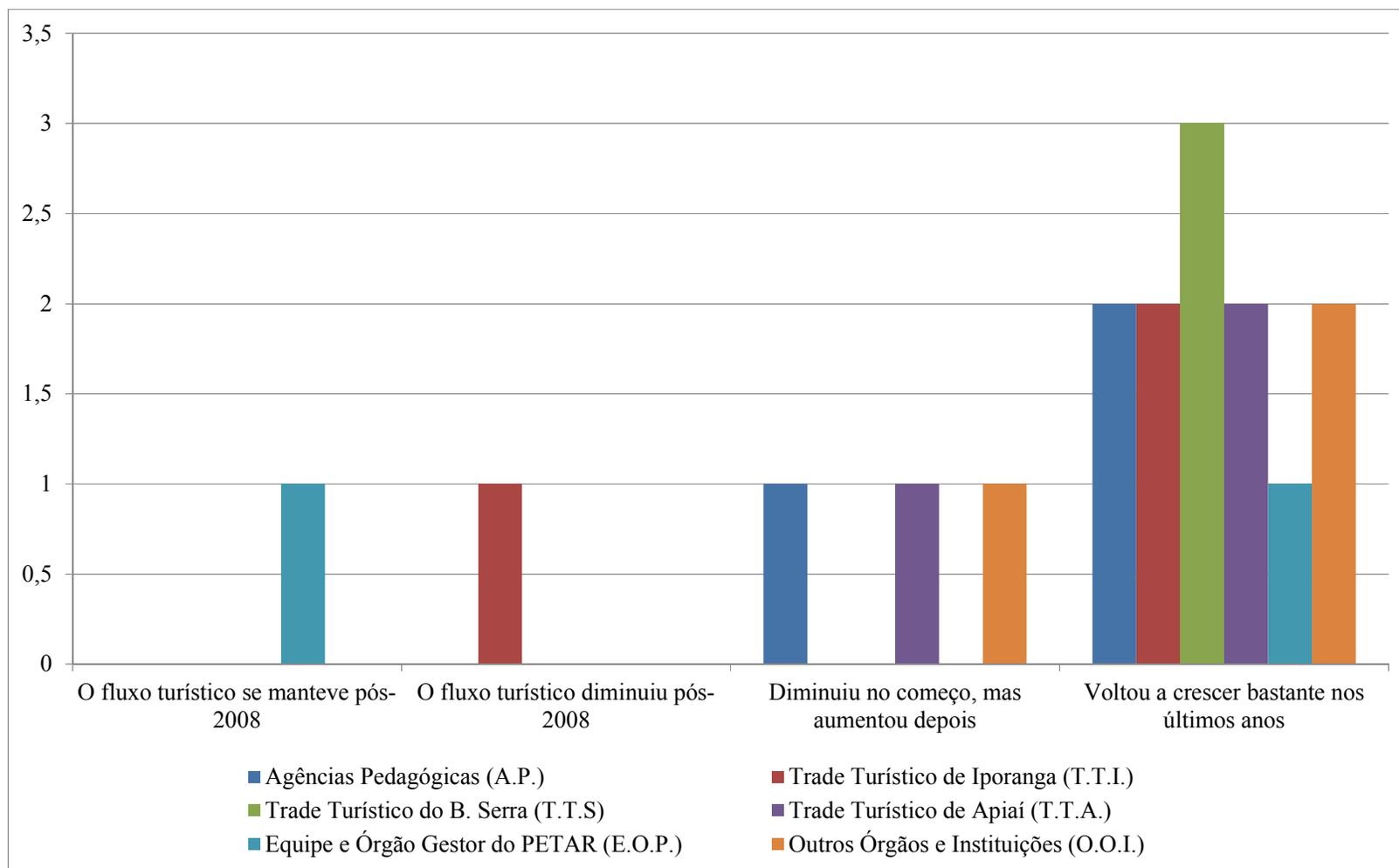
“Os alunos, eles não conhecem, né, não sabem como era antes, é a primeira que estão indo, geralmente é assim pra sei lá, 99% dos alunos que vão com a gente, então pra eles é tudo ótimo” (A.P.1. – informação verbal).

“Pro Parque foi melhor, mas pra mim, quando estou na condição de turista, eu acho que o PETAR perdeu um pouco a emoção. Quem conhece o antes, tá ruim agora. Pra quem não conhece, que tá indo agora pela primeira vez ... aquilo é maravilhoso” (O.O.I.3. – informação verbal).

5.4. Possíveis modificações no fluxo turístico do PETAR

A seguir são apresentados os resultados referentes a possíveis modificações no fluxo turístico do PETAR face ao embargo de 2008, de acordo com a opinião dos *stakeholders* entrevistados, seguidos de uma discussão sobre tal, a qual se baseia bastante nas Figuras 6 e 7.

FIGURA 6 – Opinião dos entrevistados a respeito de ter havido modificações no fluxo turístico do PETAR, face ao embargo.



Em relação a possíveis modificações no fluxo turístico do PETAR face ao embargo de 2008, as seguintes respostas obtidas foram (Figura 6):

- A) O fluxo turístico se manteve o mesmo pós-2008;
- B) O fluxo turístico diminuiu após-2008;
- C) O fluxo turístico diminuiu no começo, mas aumentou depois;
- D) O fluxo turístico voltou a crescer bastante nos últimos anos.

O gráfico da Figura 6 não foi estruturado com as respostas em forma de porcentagem, uma vez que este assunto obteve poucas menções, no geral. Por isso, é mais fácil compreendê-las através do número de menções que cada resposta obteve.

Sobre A) – o fluxo turístico ter se mantido o mesmo após 2008 – esta foi mencionada apenas 1 vez, por um dos integrantes do grupo de *stakeholders* A.P. (Agências Pedagógicas), como pode ser observado no trecho do depoimento abaixo.

“Não mudou muito a quantidade de visitantes. O PETAR sempre teve uma média de visitação parecida em todos os anos” (A.P.1. – informação verbal).

Acerca do fluxo turístico ter diminuído a partir de 2008 (B), esta também recebeu apenas 1 menção dos entrevistados, advinda de um integrante do grupo T.T.I. (*Trade* Turístico de Iporanga), como segue abaixo.

“Antes do TAC, nos feriados circulavam muito mais gente, do que nos feriados de hoje em dia. Circulavam duas mil pessoas por dia aqui, hoje circulam mil” (T.T.S.2. – informação verbal).

Sobre C) – o fluxo turístico ter diminuído no começo, mas ter aumentado depois – esta opinião recebeu mais menções do que A) e B); 3 no total, sendo 1 do grupo A.P. (Agências Pedagógicas), 1 do grupo T.T.A. (*Trade* Turístico de Apiaí) e 1 do grupo O.O.I. (Outros Órgãos e Instituições). Ao observar a Figura 6, percebemos que o apontamento feito em D), sobre o fluxo turístico ter voltado a crescer bastante nos últimos anos, foi o que recebeu a maior parte das menções no geral, com 12, sendo percebida por todos os grupos de *stakeholders*.

O trabalho de Borsanelli e Lobo (2015) também buscou compreender se o embargo das cavernas havia causado alguma implicação no fluxo turístico do Parque, a longo prazo. Assim, foi perguntado aos *stakeholders* entrevistados se estes haviam percebido alguma modificação neste fluxo. Para 100% dos entrevistados, houve uma diminuição drástica no fluxo de visitantes, sendo que este dado se refere à percepção dos mesmos entre os anos de 2008 e 2014, que foi

até quando a pesquisa foi realizada, a qual foi publicada no ano de 2015. Já os resultados da Figura 6 apresentam a percepção dos *stakeholders* dessa presente pesquisa, considerando os anos de 2008 até 2017. Diga-se de passagem, estes são em sua maioria, os mesmos entrevistados no trabalho de Borsanelli e Lobo (2015).

Os últimos anos (2015 a 2017), que representavam uma lacuna entre uma pesquisa e outra, aparentemente tiveram grande influência na mudança da percepção dos entrevistados, em relação à interferência no fluxo turístico. Como já mencionado, 100% dos entrevistados por Borsanelli e Lobo (2015) relataram ter percebido uma diminuição drástica no fluxo de visitantes pós-fechamento (referente até 2014). Entretanto, como demonstrado na Figura 6, atualmente para a grande maioria dos entrevistados o fluxo turístico voltou a crescer bastante nos últimos anos, sobretudo de 2014 pra cá, como pode ser acompanhado pelos seguintes trechos dos depoimentos, que também tratam de C:

“O fluxo diminuiu bem no começo, foi aumentando gradualmente e agora melhorou” (T.T.I.3. – informação verbal).

“De negativo também trouxe uma redução de pessoas. Agora que tá começando a crescer novamente ... aí, vem a parte negativa, né, porque esse turismo se reduziu pra quase metade” (T.T.S.2. – informação verbal).

“Ficou estagnado uns anos e agora do ano passado pra cá (2016), do ano retrasado pra cá (2015), tem aumentado bastante, inclusive em Apiaí” (O.O.I.4. – informação verbal).

“O turismo melhorou de uns anos pra cá, tem bastante procura, as pessoas continuam procurando bastante” (T.T.S.3. – informação verbal).

“Tem sido cada vez melhor, muito melhor. Cada ano cresce mais o turismo” (T.T.S.1. – informação verbal).

“No carnaval surpreendeu a gente, a gente não tinha vaga. Meu irmão que também tem hotel aqui, não tinha vaga” (T.T.A.1. – informação verbal).

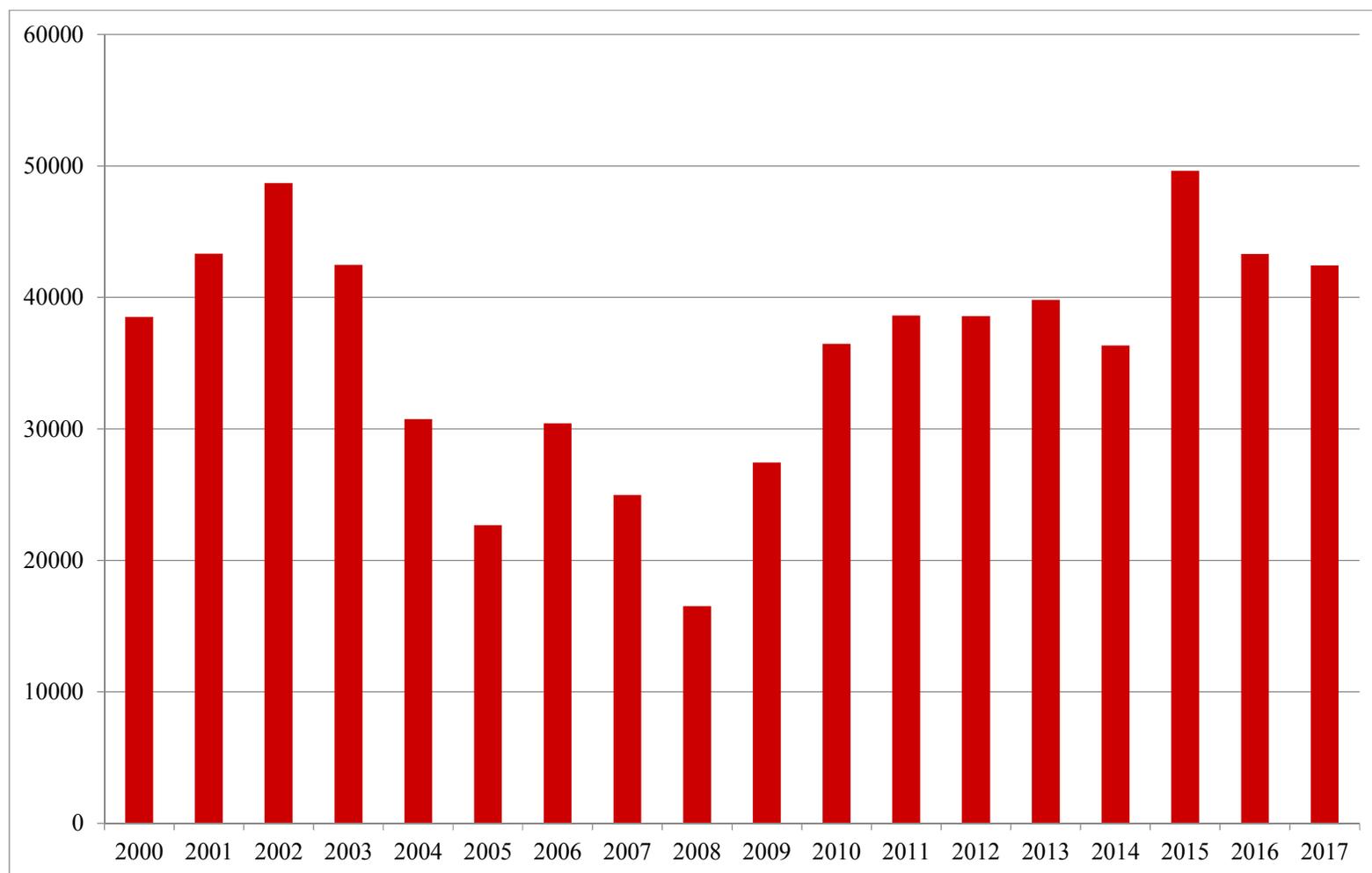
“De uns dois anos pra cá, o turismo voltou a ficar forte. Em 2015, a gente trabalhou pra caramba e teve pouco feriado, então esse ano promete” (T.T.S.4. – informação verbal).

“De maneira geral, melhorou muito o turismo aqui. Pra você ter uma ideia, em 2016, eu trabalhei todos os dias, e não só eu, vários outros monitores, pousadas aí da região, em agosto, setembro, outubro e novembro, todos os dias. Acho que eu tive um dia assim que eu acordei dez horas da manhã, mas a tarde já tinha trabalho, muita gente, e num ano de crise, né ... e esse ano parece que vai ser melhor ainda (2017)” (T.T.S.1. – informação verbal).

“Eu não posso reclamar não, todo ano o turismo cresce. Nos últimos quatro anos foi voltando a engrenar” (T.T.S.3. – informação verbal).

A seguir, a Figura 7 apresenta o fluxo turístico do PETAR, de 2000 até o ano de 2017, auxiliando no debate sobre essas possíveis interferências no fluxo turístico do Parque, face ao embargo de 2008.

FIGURA 7 – Diagrama de visitação do PETAR, entre os anos de 2000 e 2017.



A Figura 7 apresenta os dados anuais de visitação do PETAR, de 2000 a 2017, com a contagem de todos os núcleos. O número real de pessoas que visita o Parque anualmente acaba não sendo alcançado, pois é contabilizado, na verdade, o número de entradas em cada núcleo diariamente. Assim, alcança-se com precisão o número de ingressos vendidos a cada ano e não o número de pessoas que visitou a UC (BORSANELLI; LOBO, 2013).

Borsanelli (2014) comenta que o fluxo de visitantes do PETAR começou a ser computado somente a partir de 1988, sendo que entre este ano e 1993 houve um crescimento acelerado nos números, de 7.500 para 28.300 visitas, tratando de um crescimento de 373,9%, em apenas 5 anos. Entre 1993 e 1997, houve um decréscimo de 8,73% na visitação. O crescimento é retomado entre 1997 e 2002. A partir de 2003, inicia-se um período de declínio nos números, que pode ter sido influenciado pela ocorrência de 2 acidentes fatais neste ano.

Como é possível observar na Figura 7, o ano de 2008 obteve a menor quantidade de visitas registradas (16.532), sendo que de acordo com Lobo (2008), durante o período de fechamento das cavernas, a visitação do Parque foi praticamente zero nos primeiros meses. O embargo foi a principal razão deste baixo número de visitas, devido à grande repercussão que este evento teve na mídia.

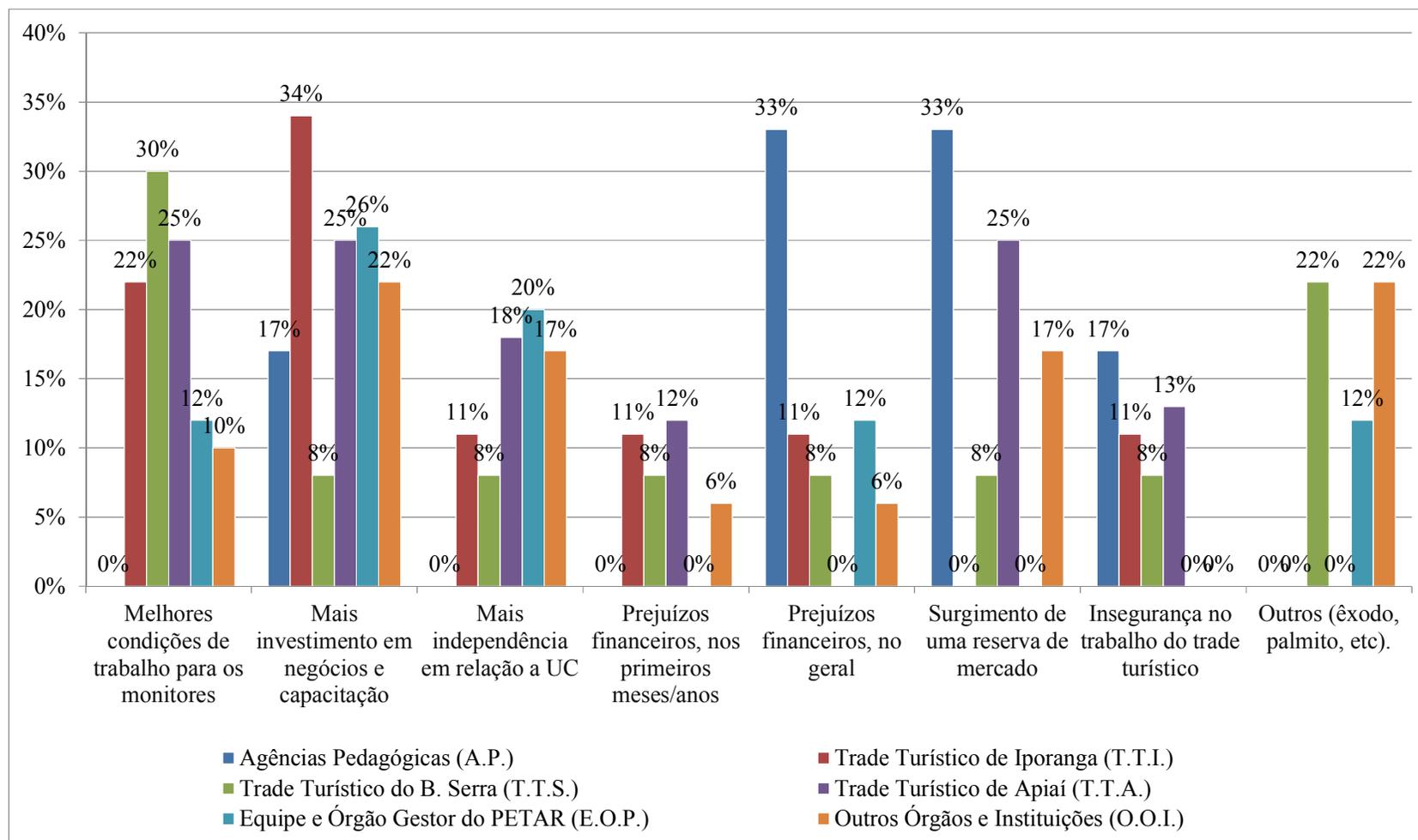
No ano de 2009, houve um tímido crescimento, em relação a 2008. Entre 2010 e 2014, o fluxo de visitas é alavancado e se mantém na faixa de 36.000 a 39.000 visitas anuais. Esse último dado se cruza com C) – o fluxo turístico ter diminuído no começo, após o fechamento, mas ter voltado a aumentar depois, como defendido por 1 *stakeholder*.

Entre 2015 e 2017, o fluxo turístico cresceu além do patamar observado entre os anos de 2010 e 2014, sendo que 2015 também foi o ano com o número recorde de visitas (49.643), desde o início da contabilização (1988-2017). Os dados do último ano, 2017 demonstram que este foi um ano com uma visitação em grande escala. Isso corrobora o fato mencionado em D), sobre o fluxo turístico ter voltado a crescer bastante nos últimos anos, mais especificamente nos últimos três anos, mencionado pela grande maioria dos entrevistados. Assim, tais dados contradizem as pouco significativas menções em A) e B), sobre ter havido uma diminuição do fluxo turístico, a qual não teria se reestabelecido, desde então; e sobre o fluxo turístico ser o mesmo de antes do fechamento. Todavia, também é importante mencionar que nos anos de 2010 e 2014 houve mudança no governo federal, o que pode ter influenciado estes números, devido ao incentivo, assim como a falta dele, no setor.

5.5. Impactos causados às populações de entorno

A seguir, na Figura 8 são apresentados os impactos causados às populações do entorno, percebidos pelos *stakeholders*.

FIGURA 8 – Impactos causados às populações de entorno, na visão dos entrevistados.



Como demonstrado na Figura 8, os impactos mencionados são muitos, os quais podem ser classificados como positivos e negativos. Os que foram considerados negativos são:

- A) Prejuízos financeiros nos primeiros meses/anos;
- B) Prejuízos financeiros, no geral;
- C) Surgimento de uma reserva de mercado;
- D) Insegurança no trabalho do *trade* turístico;
- E) Outros (êxodo, palmito etc).

Sobre a percepção de ter havido prejuízos financeiros às populações de entorno (A) e (B), a grande problemática do embargo em relação aos mesmos é que este esbarrou em dois fatos: a) existe uma quantidade considerável de pessoas vivendo dentro e ao redor do Parque; e b) o sustento da maioria destas pessoas depende direta ou indiretamente do fluxo de pessoas que visita o Parque, por conta do turismo em suas cavernas.

Antes de uma real análise dos resultados, é importante compreender a importância econômica do PETAR e seu potencial em geração de renda e emprego, como segue, através dos seguintes trechos de depoimento.

“A existência do PETAR, no contexto das atividades produtivas desses municípios, é muito significativa na geração de renda e trabalho. Pra Serra e pra Iporanga é muito significativo, pra Apiaí muito menos ... mas essa região tem uma influência de circulação também pra esses outros municípios, porque tem muita gente que passa por esses lugares pra visitar o PETAR ...” (T.T.S.1. – informação verbal).

“A quantidade de empreendedores que dão emprego e renda por causa do PETAR, são dezenas ... e não é pouco... Se você pegar uma unidade de conservação que gera trinta empreendimentos em torno de si, no estado de São Paulo, quase não tem ... Campos do Jordão? Não é por causa do Parque, é por causa de Campos do Jordão. Picinguaba? É por causa das praias de Ubatuba ... Intervalos? Não tem...” (E.O.P.2. – informação verbal).

“O turismo tirou muita gente do subemprego e botou essas pessoas numa atividade mais regular, com carteira assinada, regularizou o trabalho de vários trabalhadores, porque eu conheço pessoas aqui que com quarenta anos de idade foram ter carteira assinada pela primeira vez com o turismo” (A.P.2. – informação verbal).

Sobre os prejuízos financeiros percebidos nos primeiros meses/anos após o embargo (A), estes foram mencionados por quatro dos seis grupos entrevistados, exceto A.P. (Agências Pedagógicas) e E.O.P. (Equipe e Órgão Gestor do PETAR), recebendo poucas menções destes outros quatro grupos.

Um indicativo desse prejuízo financeiro sentido nos primeiros meses/anos (A) é o fato de ter havido um baixo e até inexistente fluxo de visitantes nos 2 meses em que o embargo perdurou, considerando que outros atrativos do Parque, como as cachoeiras, estavam abertas à visitação, uma vez que o fechamento incluiu apenas as cavidades; e também pelo fato de 2008 ter sido o ano com a menor visitação registrada, entre 2000 e 2017. Esse sentimento de desespero em relação às dificuldades financeiras pode ser percebido através dos seguintes trechos de depoimentos.

“O efeito do fechamento foi drástico, porque o pessoal aqui vive do turismo, 90% da população local vive do turismo” (E.O.P.1. – informação verbal).

“Foi um transtorno muito grande pra gente, todo mundo entrou em pânico (...) E o trabalho, como que a gente ia fazer? Aqui no bairro (bairro da Serra), em cada casa, tem pelo menos um monitor, ou trabalha no Parque ou trabalha nas pousadas, ou seja, aqui todo mundo é voltado pro turismo (T.T.S.3. – informação verbal).

“Quando fechou as cavernas, nem a pastelaria (do bairro da Serra) abria, é uma dependência plena” (E.O.P.2. – informação verbal).

“Apiá socorreu o pessoal da Serra (bairro da Serra), levando cestas básicas ... foi um movimento espontâneo dos monitores de Apiá que viviam mais lá, a prefeitura aqui só divulgou, a ação mais forte foi dos monitores, que queriam ajudar os seus colegas monitores ali da Serra. Eles pediram pro comércio, pediram pra gente ajudar com doações. Eles (moradores do bairro da Serra) ficaram recebendo enquanto ficaram fechadas as cavernas. Deu até uma tensão política entre as duas cidades, porque Iporanga não ajudou a Serra, talvez por falta de condição, e não gostaram de Apiá ajudar eles” (O.O.I.2. – informação verbal).

Outro dado pertinente relacionado a A) – prejuízos financeiros, nos primeiros meses/anos – é que alguns entrevistados mencionaram que a cidade de Apiá sentiu um considerável prejuízo no comércio na época do embargo e nos primeiros meses após o mesmo, uma vez que os moradores do bairro da Serra costumam fazer compra em Apiá, como defendido pelo *stakeholder* O.O.I.4. abaixo.

“O comércio de Apiá ficou bem abalado, porque o pessoal da Serra compra muito em Apiá, tudo ... mercado, coisas pra pousada, lençóis etc ... daí que nós vimos a importância deles aqui pra economia” (O.O.I.4. – informação verbal).

O hábito de fazer compras em Apiá se deve ao fato desta cidade contar com a maior infraestrutura das proximidades. Embora esta não seja tão abrangente e bem equipada, a infraestrutura de Apiá ainda é a melhor das 3 localidades pesquisadas, como segue no trecho do depoimento do *stakeholder* O.O.I.3.

“Apiáí é uma das maiores cidades ali... Tem um comércio grande... Olha só, Apiáí tem duas avenidas cheias de comércio...” (O.O.I.3. – informação verbal).

Sobre B) – prejuízos financeiros, no geral, e a longo prazo –, esta foi mencionada por cinco dos seis grupos de *stakeholders* que participaram da presente pesquisa, exceto pelo grupo T.T.A. (*Trade* Turístico de Apiáí), o que pode ser explicado pelo fato de Apiáí não ter uma dependência econômica com o turismo do PETAR, tendo sua economia mais baseada em atividades industriais e agropecuárias.

De acordo com Borsanelli e Lobo (2015), para 87% dos *stakeholders* respondentes, o embargo trouxe prejuízos de ordem econômica em suas vidas; e dentre os principais impactos causados à comunidade, o desemprego foi apontado como o mais relevante deles.

“Tem muita gente desempregada, porque o que vem de gente pedir emprego aqui na pousada ... pelo menos uma há cada quinze dias ... mas eu não sei qual é o parâmetro pra avaliar isso ... mas hoje, se eu disser que eu estou contratando, vem um monte de gente” (T.T.I.1. – informação verbal)

“Desemprego tem sim. A gente está formando mais quarenta e cinco novos monitores e já tem uma pré-lista pra mais quarenta monitores. Vai ser uma coisa muito frustrante, porque assim que eles forem monitores, eles vão perceber que não tem demanda pra todos. Eles devem ter essa consciência, mas eles querem, então eles dão esse ponta-a-pé ... daí depois cai naquela coisa de desemprego” (T.T.S.2. – informação verbal).

Ainda sobre B) – prejuízos financeiros, no geral, a longo prazo – os entrevistados também mencionaram ter havido prejuízos financeiros para as pousadas face ao embargo. Em contrapartida, outros defenderam que os negócios menores tiveram mais prejuízos. São apontamentos que divergem entre si.

A favor do primeiro dado, Veiga (2009) relata que entre os anos de 2006 e 2009 houve o fechamento de 9 estabelecimentos ligados ao setor do turismo, dentre bares, *campings* e pousadas. Borsanelli e Lobo (2015) relatam que durante as pesquisas de campo, 2 pousadas tiveram o fim de seu funcionamento, sendo que em ambos os casos algum tempo depois estas tenham voltado a funcionar. Em entrevista aos sócios-proprietários destas, a razão dada para o fechamento das mesmas foi a mesma: desde 2008 o faturamento delas beirava a “linha do vermelho”, por conta da diminuição do fluxo turístico. Porém, é possível que a própria competitividade entre os empreendedores tenha desfavorecido alguns destes, uma vez que foram poucos aqueles que investiram na divulgação de seus estabelecimentos na internet, por exemplo. Também é preciso observar que o fechamento dos estabelecimentos se iniciou em 2006, dois anos antes do embargo.

Sobre estes apontamentos, seguem os trechos dos depoimentos que se referem aos mesmos.

“Olha, 50% do bairro tem outro emprego, então não afetou tanto, afetou mais os empresários do bairro” (T.T.S.1. – informação verbal).

“Acho que os pequenos negócios sofreram mais do que as pousadas, que já estavam estruturadas, porque essas continuaram recebendo o fluxo menor de turismo e o excedente acabava não chegando nas menores ... coisa que já tá sendo revertida hoje, já estamos com um excedente de turistas” (T.T.S.3. – informação verbal).

Todavia o desemprego da região possivelmente tem outras influências, como a falta de investimentos de porte na região, assim como a falta de investimento de porte no turismo regional, a pequena divulgação em torno do destino turístico, as limitações geográficas, a crise financeira que se iniciou no Brasil em meados de 2012, dentre outros motivos. Assim, também há aqueles que defendem que o desemprego não se relaciona somente com o turismo e o embargo de 2008.

“Acho que desemprego tem em todo lugar” (T.T.S.1. – informação verbal).

“É uma região que recebe pouco investimento. Aqui tem problema relacionado com desemprego, com baixo salário, com subemprego, mas o desemprego não tem uma relação tão direta com o turismo, porque ele é fonte geradora de emprego” (A.P.2. – informação verbal).

“Se a gente começar a observar a economia, quais são as possibilidades de geração de emprego aqui em Iporanga? Estamos numa cidade que é cercada por unidades de conservação muito próximas, num relevo que nunca ajudou a contribuir com o desenvolvimento de nenhuma economia, fora o turismo, que é o setor que mais emprega aqui. Temos o comércio, que não vai aumentar mais o que já tem ... tem um pequeno lavrador, uma agricultura pequena, o gado, o palmito pupunha, que hoje é uma realidade aqui ... temos uma prefeitura que emprega, tem aí a sua capacidade de empregar um bom determinado número de pessoas, mas não consegue gerar mais empregos” (T.T.S.1. – informação verbal).

“Eu acho que vai muito das pessoas irem à frente, das pessoas montarem um negócio e não deixar pela metade. Isso acontece muito aqui, as pessoas começam as coisas e não terminam. Falta um pouco de empreendedorismo, de instrução pras pessoas num modelo de negócio” (T.T.S.2. – informação verbal).

Alguns entrevistados disseram acreditar que a dependência econômica do bairro da Serra e de Iporanga em relação do turismo do PETAR pareceu não ter sido considerada no embargo. Em contrapartida, alguns também demonstraram acreditar que a reabertura das cavernas turísticas, que se deu através do TAC, ocorreu motivada por uma preocupação posterior com a questão da dependência econômica da região com o turismo nas cavernas do Parque. Estas opiniões podem ser verificadas através dos seguintes trechos dos depoimentos.

“O promotor que fechou ... ele não conhece o PETAR ... ele nem entende a questão da comunidade ... que depende do turismo... Eles não consideraram isso... Pra eles, não importa mais nada, só proteger as cavernas... Eles pensam assim ... “o Estado não fez o que tinha que fazer? Problema do Estado. As comunidades não forçaram o Estado a fazer e quiseram ficar frequentando cavernas sem plano de manejo? A lei tá aí pras comunidades também”. Eles são assim ... muito rígidos na construção argumentativa deles” (E.O.P.2. – informação verbal)

“Eles não tinham nem ideia do prejuízo que eles iam causar”. (A.P.3. – informação verbal).

“Os outros parâmetros, como a comunidade local e a sua dependência do turismo ... foram desconsiderados ... mas depois, houve sim uma preocupação com essa questão ... até porque ... se não tivesse ... as cavernas do Parque teriam ficado fechadas por dois anos, que foi o tempo que demorou pra fazermos o plano de manejo ... e só foi reaberto antes, com o TAC, por causa da preocupação econômica com eles... Se reabriu muito antes de se ter um plano de manejo ... porque senão ia ficar fechado até ter o plano” (E.O.P.2. – informação verbal).

“Se o PETAR não fosse reaberto, o impacto seria muito maior a longo prazo... (...) Imagina, um casal de monitores, com criança, o que que eles vão comer? Ou o cara pede dinheiro emprestado pra família ... ou vai pra alguma atividade ilegal, palmito, caça...” (O.O.I.3. – informação verbal).

Sobre C) – surgimento de uma reserva de mercado –, esta foi mencionada por quatro dos seis grupos de *stakeholders* entrevistados, não sendo mencionada apenas pelos grupos T.T.S. (*Trade* Turístico de Iporanga) e E.O.P. (Equipe e Órgão Gestor do PETAR). Todavia, embora não tenha sido mencionada por dois grupos muito relevantes no contexto desta discussão, o surgimento de uma reserva de mercado (C) pode ser confirmado pela observação *in loco* da autora.

Os entrevistados comentaram que poucos empreendimentos tiveram benefícios na época do embargo e que foi criada uma reserva de mercado por um pequeno grupo de empreendedores, que monopolizam o desenvolvimento turístico local, se sobressaindo em relação aos demais, principalmente no setor do agenciamento, devido ao fato de suas empresas serem mais capitalizadas. Sobre estes, seguem os trechos dos depoimentos que tratam do assunto.

“Hoje no PETAR o problema é o seguinte: tem pessoas que estão a uns passos a frente, então isso monopolizou um pouco assim. Se fosse dividido certinho, se tivesse uma cooperativa, uma associação, todo mundo ia ter um pedaço melhor da pizza, entendeu? ... mas a gente não tem essa união aqui por enquanto, não evoluímos tanto assim pra poder trabalhar em conjunto com o próximo” (T.T.S.4. – informação verbal).

“A gente prefere trabalhar sempre com os monitores autônomos, porque assim a gente ajuda a distribuir renda e a gente acaba fazendo uma pressão pras empresas de lá pagarem mais pros monitores deles. Isso dá muito mais

trabalho pra gente, muito mais, porque a gente tem que ligar um por um, pra cada monitor (...) Se o cara dá o cano, eu tenho que me preocupar, então isso dá muito mais trabalho. Era muito mais fácil eu contratar só uma empresa e ela resolver isso com eles, mas assim a distribuição de renda é muito menor. Uma vez eu quis mesclar, pensei em contratar metade do serviço com uma agência de lá e a outra metade dos monitores, autônomo mesmo ... mas não deu certo não, o cara disse “ou é tudo comigo ou não faço” (A.P.1. – informação verbal).

“Eu acho que o TAC é pior do que o fechamento. O TAC direcionou pra reserva de mercado, pra desvio de funções, uso clandestino de cavernas, uso irregular de cavernas. Isso é culpa da comunidade também ... lá ninguém reivindica nada ... e porque? Porque está sendo bom pra eles. É uma reserva de mercado, que tem meia dúzia que comanda o sistema e não há interesse nenhum de mudar” (A.P.3. – informação verbal).

“E o site que tem é feito pela pessoa que tem a maior parte dos ganhos lá ... e ele ocupou um espaço que o estado deixou vago, porque você entra no site do estado, só tem informação irrelevante pro turista sobre o Parque ter trinta e cinco mil hectares de floresta ombrófila densa. O que que isso é relevante pro turista?” (A.P.3. – informação verbal).

Em relação à insegurança no trabalho do *trade* turístico (D), esta não foi mencionada apenas por dois grupos: E.O.P. (Equipe e Órgão Gestor do PETAR) e O.O.I. (Outros Órgãos e Instituições), sendo bastante evidente o porquê de tal, já que estes grupos não trabalham comercialmente com os visitantes, não compondo o *trade* turístico local.

Sobre essa insegurança relatada em D), a incerteza de quais e quantas cavernas serão possíveis de serem visitadas no passeio é uma condição mais presente em feriados prolongados, mas também pode afetar os visitantes como um todo, em menor escala, como é o caso dos visitantes que vão ao PETAR por conta do turismo pedagógico, sendo possível compreender isso através do trecho do depoimento do *stakeholder* A.P.1, o qual representa as agências pedagógicas.

“A nossa dificuldade aumentou muito de 2008 pra cá, porque as regras foram mudando, cada vez era uma coisa, cada vez era um diretor diferente e vinha com uma regra nova. Hoje eu não posso dizer que eu vou fazer tantas cavernas em um dia, antes eu podia. (...) A questão da insegurança é o mais negativo. “Como que eu posso saber se eu vou fazer a Água Suja (caverna) na hora de fazer a Água Suja?”. Isso é insegurança total, não tem um sistema de reserva de grupos” (A.P.1. – informação verbal).

Também sobre D) – insegurança no trabalho do *trade* turístico –, houve a percepção por parte da autora de que o *trade* turístico das três localidades fizeram mudanças em seu modo de trabalhar o turismo, as quais aconteceram em função de adequar a atividade à nova dinâmica do uso público e também a driblar essa insegurança e as deficiências perante a este quadro. Para compreender de fato o porquê de tais mudanças, é fundamental levar em consideração o que foi

debatido sobre os impactos negativos causados ao uso público, visto que grande parte dessas mudanças têm relação, sobretudo, com a problemática dos feriados prolongados. Alguns exemplos de como essa insegurança tem sido tratada com tais modificações no modo de trabalhar o turismo, seguem abaixo.

“Quando o turista liga pra gente querendo comprar, a gente já alerta, a gente não passa mais aquele roteiro fechado, dia 25 vai você visitar Santana, Morro Preto, Couto, cachoeira do Couto ... não, eu digo assim: “o Parque tem esses atrativos e a gente pretende visitar o máximo possível ... a gente pretende visitar esses atrativos em quatro dias, que são: Santana, Morro Preto, Couto, cachoeira do Couto, boia-cross, cachoeira do sem fim, o mirante da boa vista...” ... e eu alerto que os atrativos tem capacidade de carga turística, limite de pessoas por dia, e a gente só vai saber quais atrativos a gente vai conseguir visitar chegando lá, no dia ... então, quando chega alguém dizendo que quer visitar, porque viu na televisão ou na internet essa caverna tal, eu digo que ela vai conseguir visitar essa caverna, só que não dá pra ter certeza do dia. Se você avisa antes, a pessoa não vem com aquela expectativa toda, e expectativas geram frustrações, né. As pessoas estão mudando o jeito de vender também né, isso é bom” (T.T.S.I. – informação verbal).

“Hoje o que a gente fala é que três cavernas talvez é muita coisa pra um dia, talvez só duas ... e aí, a gente fala pra eles (administração das escolas): “olha, no núcleo Santana a gente pretende fazer três, mas pode ser que sejam duas. Duas a gente garante, mas a gente não sabe quais vão ser essas duas. A gente dá prioridade pra Santana, porque tem bastante formação. A segunda e a terceira vai depender muito da quantidade de pessoas que vai ter lá” (A.P.I. – informação verbal).

“As pessoas vinham pra cá, elas queriam conhecer quatro, cinco cavernas num dia. No fim do dia, elas não sabiam o nome da caverna que elas tinham ido visitar ... porque o negócio era quantidade ... agora não” (O.I.4. – informação verbal).

“Os professores querem que a logística e a organização sejam precisas ... então, se eu chego e falo que eu vou levar ele na Santana, que é uma caverna que tem mais espeleotema, a Água Suja que você anda dentro da água e eu não puder levar eles depois, eu tô errado pra ele, porque eu não atendi o que a escola quer ... tanto que a escola não vai de final de semana mais, ela só vai de dia de semana. Haviam escolas que eu trabalhava, que elas se importaram mais com o passeio turístico do que com aprendizagem do aluno, então eu tive de cortar de trabalhar com elas” (A.P.3. – informação verbal).

“Hoje na minha divulgação eu tenho que colocar sujeito à alterações climáticas e distribuição do fluxo turístico feito pela Fundação Florestal” (A.P.3. – informação verbal).

Sobre E) – outros impactos –, este apontamento engloba alguns outros impactos como o êxodo rural, a extração ilegal de palmito-juçara, dentre outras. Este foi citado por metade dos grupos de *stakeholders*, exceto os grupos A.P. (Agências Pedagógicas), T.T.I. (*Trade Turístico de Iporanga*) e T.T.A. (*Trade Turístico de Apiaí*).

De acordo com Borsanelli e Lobo (2015), 87% dos *stakeholders* entrevistados em seu trabalho disseram conhecer pessoas que deixaram a região por falta de emprego na época do fechamento das cavernas e depósitos. As cidades para quais estas pessoas teriam migrado, são as seguintes: São Paulo (32%); Curitiba (22%); Sorocaba (17%); 16% não soube responder; outras cidades do Vale do Ribeira (9%); e demais cidades (3%), sendo que estas porcentagens foram estimadas pelos entrevistados.

Borsanelli e Lobo (2015) defendem que o êxodo rural é um dos maiores impactos negativos trazidos com o processo, uma vez que a cidade grande tem um ritmo de vida muito diferente do habitual dessas pessoas, conferindo estresse e competitividade, também as colocando em contato com violência e poluição, além de um possível contato com a marginalização e favelização, sobretudo pelo fato da cidade de São Paulo (32%) ter recebido o maior percentual de migração, de acordo com entrevistados.

Sobre o êxodo rural ocorrido devido ao fechamento das cavernas do Parque, seguem alguns trechos de depoimentos que expressam essa opinião dos *stakeholders*.

“E aí tinha gente indo embora pra arrumar serviço e tem os que resistem um pouco mais, porque tinham uma economia guardada e acabaram ficando. Foi um rebuliço” (T.T.S.3. – informação verbal).

“Isso de terem ido embora no fechamento, aconteceu mais em Iporanga e Serra né ... em Apiaí não, viu” (O.O.I.5. – informação verbal)

“De 2008 até 2013, teve uma grande quantidade de jovens que foram embora, porque não dava pra sobreviver aqui, porque não dava pra guiar” (T.T.S.6. – informação verbal).

“Tem muita gente que tá querendo voltar pra cá ... que dizem que aqui é complicado às vezes, mas que pra fora tá pior” (E.O.P.3. – informação verbal).

Embora o êxodo rural tenha sido um impacto negativo proveniente do embargo das cavernas, este processo parece já ser decorrente na região, devido à falta de oportunidade, talvez até antes do início da atividade turística no PETAR. Segundo Fogaça (2008), a abertura da estrada que liga Iporanga a Apiaí (e que atravessa o PETAR) na década de 1930, além de trazer mais qualidade de vida e benefícios às populações que dela passaram a usufruir, passou a ser muito mais visto como uma “porta de saída” da população local do bairro da Serra. Esta começou a visualizar oportunidades fora do bairro, migrando para outras cidades do entorno, para trabalhar na lavoura ou construção civil.

Esse êxodo identificado nas entrevistas também atinge outras localidades, que não se incluem na pesquisa (ex: quilombo de Ivaoporunduva, no município de Eldorado), as quais não

tem relação direta com o PETAR. Isso e as demais percepções dos entrevistados sobre o êxodo rural seguem abaixo.

“O turismo é muito sazonal ... então, dá um pico enorme e depois dá uma defasada muito grande, então sobreviver de turismo é complicado. Você trabalha bastante e depois dá uns três ou quatro meses fraco ... então é difícil manter, acaba tendo que ir embora, porque não tem tanto trabalho” (T.T.S.6. – informação verbal).

“Aqui nós temos cursos pra ser guia a cada poucos anos, então quem quer fazer, quem tem o perfil, faz, fica na área ... quem não tem, vai embora. Aqui também não tem muita opção, se não for isso não tem muita opção, porque aqui não tem muito comércio. O que tem pra trabalhar aqui é o turismo, se você não consegue ser monitor, se você não consegue trabalhar na pousada, você vai embora” (T.T.S.3. – informação verbal).

“Eu encontrei com uns meninos que são de Ivaporunduva lá no calçadão de Santos de repente ... e aí eu perguntei pra eles o que que eles estavam fazendo lá ... daí eles me disseram que eles estavam lá trabalhando, que estavam pintando prédio, que lá tá faltando curso de monitor... Eles disseram “eu não posso vender... eu não posso fazer nada... quem que quer comprar mandioca?” (O.O.I.1. – informação verbal).

A extração do palmito-juçara também foi mencionada. Este dado também apareceu no trabalho de Borsanelli e Lobo (2015), no qual muitos entrevistados comentaram que durante o embargo alguns moradores trabalharam em sua extração. Entretanto, esta é uma espécie de palmeira ameaçada de extinção, que tem sua atividade extrativista proibida. Nenhum entrevistado se declarou envolvido com esta atividade, somente apontaram saber do ocorrido.

“Quando fechou as cavernas o pessoal voltou pro palmito mesmo ... pelo menos umas 3 pessoas na época me disseram “eu sei que é triste, eu sei que eu tô fazendo coisa errada, mas eu preciso colocar comida dentro de casa” (O.O.I.3. – informação verbal).

“Com essa diminuição do público, essas pessoas são praticamente empurradas de volta pro extrativismo” (T.T.S.2. – informação verbal).

“E aí você desconhece se a pessoa foi cortar palmito ... esse não o tipo de informação que fica passando de boca em boca, porque é ilegal” (T.T.S.1. – informação verbal).

Todavia, a questão do palmito envolve diversas complexidades. Desse modo, não é possível afirmar que sua extração ou agravamento tenham uma real relação com o embargo, como segue nos seguintes trechos de depoimentos.

“A questão do palmito, ela é tão complexa, com tantos elementos, que talvez o fechamento pode ter contribuído pra um agravamento, intrinsecamente ... mas a questão do palmito vem se agravando há muito tempo... Há altos e baixo na questão do palmito no PETAR. Eu não acredito quando a gente encontra vinte mulas lá carregando palmito. Quando acontece de identificar os palmiteiros, muitas vezes eles também vieram de outros lugares, de Santa Catarina, de outros locais também ... depende ... muitas vezes o palmito tá

vinculado com subsistência, falta de oportunidade e, às vezes, com quadrilha, com tráfico de droga...” (E.O.P.2. – informação verbal).

“Diminuiu a quantidade de pessoas que trabalham com a extração do palmito, mas essas pessoas que continuam trabalhando, essas estão mais organizadas ... tá meio que um crime organizado do palmito. Tem gente especializada só em transportar o palmito no mato, porque hoje o palmito tá muito longe, tem gente que tem animal, que tem burro, só pra isso. A gente tem dados. E crime ambiental compensa pra eles, porque ninguém vai preso por causa de crime ambiental e a remuneração do palmito é maior do que a de outras atividades aqui... Tem gente que trabalha com turismo e que trabalha com palmito também. O pessoal da fiscalização do Parque fala “é um vício, esse aí tá acostumado, não consegue abandonar” (E.O.P.3. – informação verbal).

Sobre os impactos positivos causados às populações de entorno, foram mencionados os seguintes:

- F) Melhores condições de trabalho para os monitores;
- G) Mais independência em relação à Unidade de Conservação;
- H) Mais investimentos em negócios e capacitação.

Sobre F) – melhores condições de trabalho para os monitores –, dos seis grupos de *stakeholders*, apenas o grupo A.P. (Agências Pedagógicas) não comentou ter percebido esse efeito nas populações de entorno desde 2008.

Essas melhores condições de trabalho para os monitores (F) se devem, mais diretamente, às determinações do TAC, que estabeleceram que um monitor fosse permitido guiar 8 pessoas por grupo, no máximo. Essas determinações implicaram, intrinsecamente, em um maior ganho econômico para os monitores, os quais também valorizaram seus serviços em relação às quantias cobradas, como segue.

“Antigamente, era muito mais difícil de ganhar dinheiro. Uma excursão contratava um guia pra quarenta pessoas, pagava, claro que descontando a inflação, mas a diária de um guia era quarenta reais, pra guiar quarenta pessoas. Hoje um guia cobra uma média de cento e cinquenta reais, pra guiar oito pessoas” (T.T.S.1. – informação verbal).

Paralelas a esta nova perspectiva, outras determinações do TAC implicaram em melhorias na qualidade de vida dos monitores, analisando por uma ótica trabalhista. Por exemplo, a definição de horários específicos de entrada e saída das cavernas, que ocorrem apenas durante o horário comercial e uma maior segurança para o monitor durante seu trabalho, como pode ser observado no trecho do depoimento do *stakeholder* TS4.

“Pro guia ficou muito mais seguro depois do fechamento, porque não tinha regra assim de oito pessoas por guia, limite de pessoas pra caverna. Hoje você

tem que agendar horário pra entrar e tem horário pra sair, antes ninguém nem sabia que você tava dentro da caverna e de noite, entendeu? Um guia levava muito mais do que oito pessoas, então as regras são boas” (T.T.S.4. – informação verbal).

Um importante impacto positivo para as populações de entorno do PETAR foi a percepção de que era necessário se desvencilhar de sua dependência em relação à Unidade de Conservação (G), a qual foi citada por cinco dos seis grupos de *stakeholders* entrevistados, exceto pelo grupo A.P. (Agências Pedagógicas), o que é bastante compreensível, uma vez que estes não são locais. Trechos dos depoimentos que expressam essa opinião seguem abaixo.

“O fechamento trouxe um novo olhar ... porque nos vimos presos a uma gestão de uma unidade de conservação fechada. A gente viu que a gente precisava ir além no turismo e não ser tão dependente da unidade de conservação” (O.O.I.1. – informação verbal).

“A gente não quer depender só do PETAR ... o PETAR é muito importante, mas tem muita coisa interessantíssima fora do PETAR e é isso que nós vamos trabalhar. Durante anos não foi investido um centavo em Caboclos (núcleo), então fica difícil trabalhar o turismo ali pra gente ... então, tivemos de pensar em outras alternativas pra trazer o turista” (O.O.I.5. – informação verbal).

Como vimos nos trechos de depoimentos transcritos nos parágrafos anteriores, esta percepção tem bastante relação com o fato do turismo acontecer sempre focado em torno das cavernas do Parque. O visitante hoje vai ao PETAR atraído por suas cavernas, como fica evidente com a leitura dos trechos dos seguintes depoimentos.

“Hoje o foco da visitação aqui é o PETAR ... então, todo mundo vem pra cá pra ir no PETAR... Cerca de 90% dos atrativos estão dentro do Parque” (E.O.P.3. – informação verbal).

“Trilha, mata atlântica, cachoeira ... você vê muito pertinho de São Paulo. O que traz o turista pra cá são as cavernas, cavernas só tem aqui nessa região” (T.T.S.1. – informação verbal).

Outro ponto que precisa ser levado em consideração é que com uma possível futura implantação dos PMEs, além das 12 cavernas hoje visitadas, mais 7 estarão abertas ao turismo. Entretanto, estas cavidades que serão reabertas à visitação estão quase todas localizadas no núcleo Caboclos, o qual não apresenta um fácil acesso, o que acaba afastando o visitante. Por isso, este núcleo acaba tendo um fluxo turístico bastante baixo ao longo do ano. Assim, nesta pesquisa foi mencionado que seria mais proveitoso para o *trade* turístico da Serra e de Iporanga investir em atrativos fora do Parque, como cavernas em áreas particulares, por exemplo, conforme trechos de seguem:

“Vão abrir essas outras sete depois... Eu acho que a visitação delas vai ser quase zero” (E.O.P.3. – informação verbal).

“Se abrir, realmente, essas outras sete cavernas, pra gente não mudaria muito, porque a gente prioriza a facilidade de acesso ... o tempo é curto” (A.P.1. – informação verbal).

Neste contexto, é pertinente afirmar que há diversas cavernas fora da UC que podem ser abertas à visitação em um futuro próximo, a partir da realização de um PME, que precisa ser providenciado pelo proprietário da área particular onde estas estão. A saber: algumas dessas cavernas já receberam visitação no passado, mas hoje se encontram embargadas, como a Laje Branca, Cristal, Sítio Novo e Lago Suspenso. Todas são dotadas de grande atratividade, boas condições para o recebimento de fluxo turístico, localizadas em propriedades privadas e com boa logística. No mais, há outras opções de potenciais atrativos que se encontram fora do Parque, como cachoeiras, o turismo de base comunitária em comunidades tradicionais e quilombolas, *birdwatching* e até mesmo a criação de uma estrada-parque, por exemplo. Estes atrativos desafogariam o fluxo de visitantes dos núcleos do Parque, diminuindo diversos problemas adjacentes a isso, tais como: filas, longa espera etc.

Essa ideia de abrir novos atrativos turísticos fora do Parque, incluindo cavernas, é apoiada por diversos *stakeholders*, assim como por integrantes do grupo E.O.P (Equipe e Órgão Gestor do Parque), como aparece nos seguintes trechos de depoimentos.

“Abrir novos atrativos no Parque não resolve ... A solução é que tivessem outros atrativos fora do Parque, de preferência ... porque assim distribuiria a visitação na região, no bairro Serra, em Iporanga, e melhoraria o turismo no Parque nos feriados ... porque aqui no Parque já cresceu quase tudo que tinha pra crescer relacionado à visitação, não tem mais muito mais opção ... porque tudo dentro do Parque é limitado, sempre vai ser limitado. A gente nunca vai explorar 100% de um potencial dentro do Parque. E tudo na iniciativa privada é mais ágil, já o estado é muito moroso... Hoje temos dois moradores locais interessados em fazer esse estudo pra abrir caverna pra visitação aqui ... então, pra gestão do Parque seria muito bom isso...” (O.E.P.3. – informação verbal).

“Precisa estruturar esses atrativos que estão fora do PETAR, pra ter mais alternativa pro turista né, e pra ele não vir só uma vez ... e vai até aumentar pro monitor ambiental. Laje Branca (caverna), a região do Lajeado, que tem lugares lindíssimos; caverna Cristal, tem o rio, abrir outras trilhas, a parte de trekking ... e tem uma parte que tem cânions lá ... a caverna Laboratório ... no bairro Caximba tem cachoeira, tem caverna, fora do Parque ... e outra coisa é usar as águas daquele lugar né ... canoa, caiaque, tirolesa, fazer o circuito das águas de Iporanga ... precisa restaurar a parte histórica de Iporanga... (O.O.I.3. – informação verbal).

“A ideia é transformar a nossa estrada numa estrada-parque... O próprio plano de manejo já prevê isso... É muito bonito, seria bacana ter” (E.O.P.3. – informação verbal).

“Porque que Bonito funciona? Grande parte dos proprietários são privados, né” (O.O.I.3. – informação verbal).

A percepção de que era necessário haver uma maior independência em relação à UC e a necessidade de investimento em novos atrativos turísticos também teve influência no fato das Prefeituras Municipais de Iporanga e de Apiaí buscarem novas alternativas no turismo, a fim de iniciar um processo de retirada dos holofotes do turismo na região das cavernas do Parque. Muito embora ainda hoje o visitante vá com motivação maior de visitar cavernas, outros segmentos do turismo podem ser explorados, considerando o enorme potencial turístico da região. Aliado a isso, ocorreram investimentos das Prefeituras em buscar outros segmentos do turismo e também a desenvolver outros roteiros, além de investir e incentivar melhorias na infraestrutura turística, como na rede hoteleira, por exemplo.

“Iporanga está além das cavernas ... a gente tem muitas cavernas catalogadas, ok ... mas Iporanga tem cultura, tem história, tem tradição... Dos segmentos de turismo, Iporanga pode corresponder a quase todos. (...) Nossa prioridade hoje é desenvolver o turismo de base comunitária e já começamos. Temos duas comunidades tradicionais aqui que são nossos pilotos. Tem a comunidade do Ribeirão, que já recebe visitante (...) O turismo é o nosso principal viés econômico, então ele precisa ser planejado. Hoje ele é levado muito a sério no nosso município” (O.O.I.1. – informação verbal).

“Esse trabalho de empoderamento com as comunidades começou em 2013. Eles são uma comunidade remanescente de quilombo. Quando você entrava na comunidade, você recebia no café da manhã o café com leite e o pão com margarina. Quando você vai lá hoje, você recebe o café preto de lá, o bolo de farinha de milho, o cará, o inhame, a mandioca ... mas porquê? Porque eles não têm vergonha disso mais. Foi feito um trabalho de valorização cultural e isso leva tempo” (O.O.I.1. – informação verbal).

“Tem o nosso artesanato, cavernas e cachoeiras fora do PETAR. Esse mês vamos fazer o teste de balneabilidade das nossas cachoeiras ... vamos fazer *cascading*, já estamos instalando ... tem os motociclistas, que vêm pra fazer o rastro da serpente de moto ... então, às vezes eles pernoitam aqui em Apiaí. É um roteiro de moto, que criaram tem uns dois anos, que começa em Capão Bonito, que é a cabeça da serpente, Apiaí tá na barriga da serpente e Curitiba é o rabo da serpente, são quase duzentos quilômetros de curva. Tem trazido muito motociclista pra cá, é muita gente. Passam mais de cem pessoas por final de semana aqui na cidade por conta desse roteiro da serpente” (T.T.A.1. – informação verbal).

“Nós fizemos um trabalho árduo com todos os hoteleiros de Apiaí, porque a gente passava vergonha com nossos hotéis ... daí a gente começou a levar eles naquele Hotel SENAC, hotel escola. O nosso COMTUR ficou forte, fizemos capacitação pra taxista, pra camareira, pra recepcionista. Foram quatro anos de muito projeto, de muita capacitação, praticamente todos os hotéis foram reformados. Apiaí tem uma rede hoteleira muito boa agora, a gente não passa vergonha mais. É na dificuldade que a gente cresce” (O.O.I.5. – informação verbal).

“A serra de Iporanga (bairro da Serra) se mexeu também, porque os hotéis todos de Apiaí melhoraram” (O.O.I.5. – informação verbal).

“No feriado, a gente conseguiu que pelo menos um restaurante ficasse aberto, então um restaurante vai ter almoço e jantar. Eles têm reclamado muito que em Iporanga não tem restaurante aberto. Teve tempo aqui que não tinha restaurante aberto em feriado, por exemplo feriado de sexta-feira santa, fechavam todos ... agora não, agora a gente já combinou, um restaurante vai ficar aberto. A gente conversa entre si, todos os hotéis e restaurantes, nas reuniões do COMTUR, pra não ficar o hóspede por aí, procurando lanche pra comer, porque às vezes ele não quer lanche, ele quer refeição” (T.T.A.1. – informação verbal).

Esse último trecho transcrito evidencia uma maior organização do *trade* turístico, que entra em G) – mais independência em relação à Unidade de Conservação.

Durante as entrevistas foi ressaltado por alguns *stakeholders* que os prefeitos atuais de Iporanga e Apiaí⁴ são bastante abertos ao desenvolvimento do turismo, contrário a outras gestões. Todavia, foi compreendido que a Prefeitura de Apiaí está à frente a de Iporanga, em relação aos avanços no turismo. Algumas medidas referentes a este avanço, possivelmente também se vinculam a um maior incentivo que o governo do estado de São Paulo tem dado para o desenvolvimento do turismo paulista nos últimos anos, não tendo ligação direta com o fechamento de 2008, como por exemplo, o desenvolvimento do PDT (Plano Diretor de Turismo) das cidades interessadas e com potencial para desenvolver a atividade e a criação das Estâncias Turísticas. Entretanto, corrobora que a região tem investido para obter melhorias no turismo, como é ilustrado nos trechos dos depoimentos abaixo.

“O Plano Diretor de Turismo de Iporanga e Apiaí estão sendo feitos em parceria, pois se enquadram no setor de Alto Vale do Ribeira ... pra depois tentar conseguir o título de Município de Interesse Turístico, pra depois de três anos assim, tentar e conseguir ser Estância Turística e daí, os municípios têm cada um, uma verba de quinhentos mil reais pra desenvolver o turismo aqui por ano. Começamos a trabalhar no PDT (plano diretor de turismo) de Iporanga em 2013, inventários, estudos, planejamento etc” (O.O.I.1. – informação verbal).

“Apiaí tá virando Município de Interesse Turístico e o próximo passo é virar Estância Turística” (T.T.A.2. – informação verbal).

Ainda sobre G) – mais independência em relação à Unidade de Conservação –, visão que engloba a necessidade do *trade* turístico ter mais autonomia e iniciativa, é importante mencionar que o penúltimo curso de formação de monitores do PETAR, realizado entre março e junho de 2017, ocorreu a partir da iniciativa de um empreendedor do bairro da Serra, juntamente com o apoio de outro empreendedor da localidade, da parceria com a USP –

⁴ Prefeito de Iporanga: Valmir da Silva (gestão 2012 – 2020).
 Prefeito de Apiaí: Luciano Polaczek Neto (gestão 2016 – 2020).

Universidade de São Paulo – e da colaboração de voluntários; uma vez que existia uma grande necessidade da realização deste curso e o mesmo não acontecia.

Sobre H) – mais investimentos em negócios e capacitação –, este apontamento refere-se tanto a investimento em negócios já existentes, como reformas, por exemplo, como em novos empreendimentos, a qual foi mencionada por todos os grupos de *stakeholders* entrevistados. Os apontamentos feitos em G) e H) são bastante relacionados, uma vez que esta maior autonomia e necessidade de independência em relação à UC também influenciou investimentos em negócios e em capacitação, através da iniciativa privada.

Como mencionado no trabalho de Borsanelli e Lobo (2015), foi apontado pelos entrevistados que algumas pousadas haviam fechado nos primeiros anos seguintes ao embargo. Durante os anos de 2009 e 2014, a autora observou um pequeno investimento na infraestrutura turística do bairro da Serra e Iporanga, que parecia estar estagnada. Se levado em consideração que nestes mesmos trabalhos a opinião dos entrevistados defendeu uma diminuição no fluxo turístico pós-2008, há uma justificativa para que tivessem surgido poucos negócios locais. Destes, podemos destacar o surgimento de duas agências receptoras, uma no bairro da Serra, que cresceu bastante desde então; e outra, de Iporanga.

“Quando fechou, eu finalmente tive tempo de estruturar e construir a minha agência, que era algo que eu estava querendo tinha tempo e não achava tempo ... então, eu tive essa visão de criar uma oportunidade no meio dessa crise e deu certo” (T.T.S.2. – informação verbal).

“A agência surgiu em 2008 ... eu acreditei na agência, porque vamos dizer assim ... porque o investimento da agência não é muito ... então, se fechasse, eu não ia perder muito, então eu achei que poderia continuar” (T.T.I.3. – informação verbal).

Após 2 anos e meio sem visitar a região, a autora percebeu (em 2017) o surgimento de variados negócios locais, como o Glamping Mangarito, o Mangarito Bar e Restaurante, o Camping Moriah, a Flor de Aragonita Loja de Artesanato, ambos no bairro da Serra; a Eco Pousada La Luna, em Iporanga; dentre outros.

Também houve muito investimento em melhorias na infraestrutura de diversos empreendimentos já existentes, como a ampliação na quantidade de quartos da Pousada das Cavernas; a criação de uma área de convivência dos visitantes com atividades de lazer, na Pousada da Diva; a ampliação na quantidade de leitos no Camping Monjolo; a implantação de banheiros na área interna da Pastelaria da Zeni, ambos no bairro da Serra; a ampliação da quantidade de quartos e a implantação de um projeto paisagístico na Pousada Núcleo Terra, em

Iporanga; reformas nos Hotéis Burkner, Casa Branca, dentre muitos outros, em Apiaí, como já mencionado anteriormente.

“Muita coisa cresceu, muita coisa abriu, *camping*, pousada surgiu...” (T.T.S.6. – informação verbal).

“A internet o pessoal tem começado a usar mais aqui, já tem alguns estabelecimentos que têm. Pousadas da Diva, Cavernas (pousada), Rupestre (pousada), Camping Moriah e outro *camping*” (T.T.S.1. – informação verbal).

Talvez a própria valorização dos serviços da monitoria tenha resultado em avanços na capacitação e uma maior profissionalização da atividade, já que como valor cobrado atualmente é mais alto, também é necessário dar uma contrapartida ao consumidor. Outro fator que é importante mencionar é que a profissão de monitor é vista, por muitos, como um começo, um trampolim para algo maior, como a possibilidade de arcar com uma faculdade e, posteriormente, engrenar em outra área ou continuar em ambas.

“A moça lá, neta daquele senhor do bairro da Serra, hoje ela faz curso de inglês lá em Apiaí ... pega van, aquela estrada lá, de noite, pra fazer...” (O.O.I.3. – informação verbal).

“Tem um rapaz aqui ... ele se formou monitor ... depois fez faculdade ... se formou geógrafo e continuou monitor” (E.O.P.3. – informação verbal).

Esta capacitação e busca por estudo poderia ser mais ampla. Entretanto, o isolamento entre as localidades, a necessidade de deslocamento, as condições da estrada e as poucas oportunidades de estudo na região (a faculdade mais próxima se localiza em Registro, a 120 km) dificultam esse processo para todo o *trade* turístico. Até mesmo a possibilidade de fazer uma faculdade na modalidade EaD (à distância) encontra empecilhos para tal, uma vez que a qualidade da internet no bairro da Serra é ruim, por exemplo, sendo que somente uma pequena parcela dos moradores do bairro tem real acesso à internet.

Durante as entrevistas de 2013 e 2014, os entrevistados fizeram muitos comentários lamentando a questão do fechamento, demonstrando em suas queixas uma mágoa pelo que havia ocorrido e por todos os prejuízos sentidos por eles. Entretanto, considerando alguns impactos positivos causados à atividade turística já mencionados anteriormente, como as melhorias na infraestrutura dos empreendimentos já existentes, o surgimento de diversos empreendimentos de 3 anos pra cá, o fato de grande parte dos entrevistados defender que a visitação voltou a aumentar a partir de 2014 e mais o modo como os entrevistados abordaram a questão do fechamento durante as entrevistas, trouxeram a impressão de que o fechamento foi “superado” pelos *stakeholders*, os quais voltaram a acreditar no turismo na região e estão confiantes. Seguem alguns trechos de depoimentos que corroboram essa opinião.

“Esse ano (2017) acho que tem treze feriados prolongados, então é a época do guia que quiser comprar moto, fazer casa, fazer alguma coisa que ele sonha ... é esse ano, esse é um ano brilhante, é pra tirar o pé da lama mesmo” (T.T.S.4. – informação verbal).

“Agora esse ano, promete com mais feriados ... então, eu acredito que os jovens que estão se formando no curso de monitor vão ter uma grande chance” (T.T.S.6. – informação verbal).

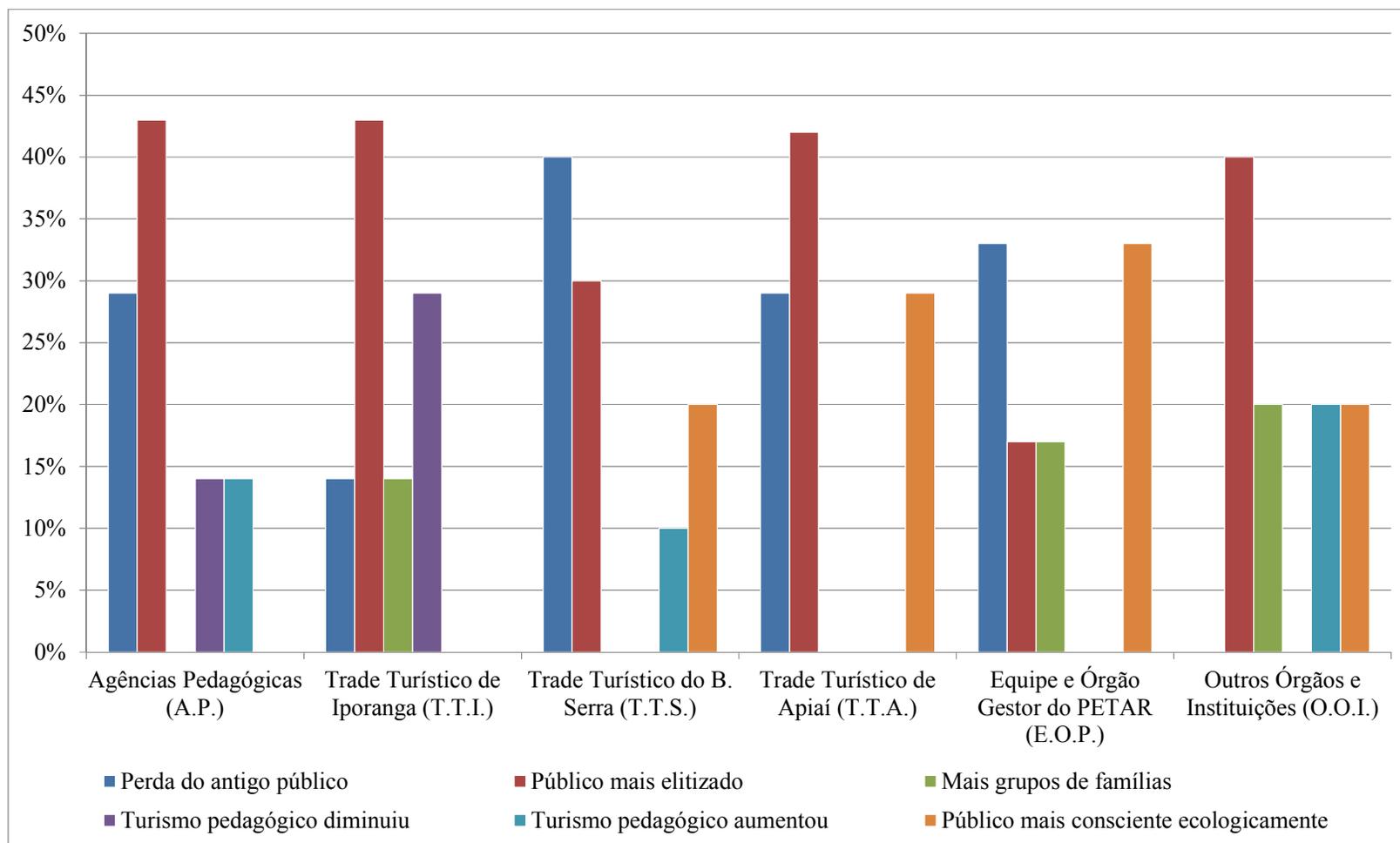
“Só houve uma ação que durou alguns meses e o tempo se carrega em equilibrar, né. Estamos falando de nove anos (até 2017) ... é difícil acreditar que alguns meses impactaram em uma ação depois de 9 anos, né ... não acredito nisso” (T.T.I.1. – informação verbal).

Por fim, sobre os impactos causados às populações de entorno, é possível dizer que os impactos negativos foram os primeiros a serem sentidos, mais relacionados aos anos de 2008 até 2014, como por exemplo, os impactos financeiros a curto e longo prazo e o fechamento de empreendimentos. Já os impactos positivos foram sentidos mais a longo prazo, nos últimos anos, sendo baseados no aumento do fluxo de visitantes percebido nos últimos anos, que subsidiou o retorno da confiança no turismo, assim como o investimento nos empreendimentos já existentes e em novos negócios.

5.6. Possíveis modificações no perfil do visitante

Outro questionamento feito aos *stakeholders* foi se estes perceberam alguma mudança no perfil do visitante a partir de 2008, em função do embargo. Os resultados podem ser conferidos na Figura 9.

FIGURA 9 – Mudanças no perfil do visitante do PETAR, face ao embargo.



Como percebemos ao observar a Figura 9, os apontamentos feitos pelos entrevistados são os seguintes:

- A) Perda do antigo público;
- B) Público mais elitizado;
- C) Mais grupos de família;
- D) Turismo pedagógico diminuiu;
- E) Turismo pedagógico aumentou;
- F) Público mais consciente ecologicamente.

Destes, os que tiveram mais representação em relação às mudanças observadas no perfil do visitante que frequenta o PETAR face ao embargo, de acordo com os entrevistados, em ordem de representatividade, são: B), A) e F).

Sobre A) – perda do público antigo –, esta foi mencionada por cinco dos seis grupos respondentes, exceto apenas pelo grupo O.O.I. (Outros Órgãos e Instituições).

Para Borsanelli (2014), o afastamento do antigo público do Parque se deu, principalmente, pelas seguintes insatisfações: a) a diminuição na quantidade de cavidades abertas à visitação; b) roteiros menos permissivos dentro das cavidades abertas à visitação; e, c) a obrigatoriedade no acompanhamento do monitor, que além de fazê-los se sentir dentro de um passeio automatizado, encareceu o valor demandado na visita. Estas insatisfações compõem alguns dos impactos negativos sobre o uso público do Parque após o embargo, debatidos anteriormente. Estes antigos visitantes relataram ir ao Parque hoje em dia, mais com a intenção de apresentá-lo a algum familiar ou amigo que ainda não o conhece. Mais opiniões sobre a perda do público antigo do Parque seguem nos seguintes trechos de depoimento.

“Temos vários perfis de visitantes no PETAR e com o fechamento, apenas um saiu prejudicado, que são os antigo” (EO2 – informação verbal).

“Imagina ... se você é acostumado a ir sempre num determinado lugar, e daí de repente, você se esbarra em normas e você não concorda com essas normas, você deixa de ir nesse ambiente” (TS2 – informação verbal).

“Deixou de vir os aventureiros, que estão começando a voltar a vir pra cá, por causa de saudade ou vem pra trazer o filho ou o neto, então estão retornando devagar” (TS3 – informação verbal).

Os entrevistados também têm a percepção de que o visitante atual não se envolve tanto com a comunidade local e do entorno e com a região, como aqueles do antigo público, que hoje

já não visita tanto o Parque, como mencionado. Todavia, é possível que a perda desse público tenha se iniciado antes do embargo, como defendido pelos seguintes *stakeholders*.

“Até o início dos anos 2000, o visitante que vinha tinha um engajamento, um envolvimento maior com a região, se importava com o que acontecia aqui, vinha uma vez e pouco tempo depois, já voltava e pouco tempo depois, tava aqui de novo. Hoje o visitante que vem, faz a sua visita e é só ... então, quem vem hoje tem perfil de vir pro PETAR de final de semana, faz duas, três cavernas, uma caverna, faz uma trilha ou outra no Parque e não tem a preocupação de voltar, não tem interesse imediato de voltar, não tem aquela coisa “daqui dois meses, um mês, eu tô de volta, eu quero voltar”. As pessoas se envolviam com a região, conheciam todo mundo, conversavam com a comunidade. Agora não, não é mais esse tipo de turista mais ... o envolvimento do turista com a região é muito menor do que antes” (A.P.2. – informação verbal).

“A gente criou uma quantidade de amigos que nos visitam ... então, isso é muito legal. O bairro da Serra tem amigos, formou amigos ... amigos que trazem presentes, que mandam cartão postal, que vêm pro natal... Hoje você vê que o turista tem contato aqui com quem? ... com o monitor ... de resto, você não vê ele conversando com nenhum morador” (O.O.I.4. – informação verbal).

“O PETAR tinha ou talvez ainda tenha um pouco a questão da fidelidade do visitante, da pessoa que vem pra cá, que vem várias vezes seguidas” (E.O.P.3. – informação verbal).

Quanto a A) – público mais elitizado – este foi o apontamento mais feito pelos entrevistados, também sendo mencionado por todos os seis grupos de *stakeholders*. O trabalho de Borsanelli (2014) também comentou, superficialmente, sobre a entrada de um público mais elitizado, que “gasta mais”, como mencionado por muitos entrevistados. Como indicativo da entrada desse perfil de público no uso público do PETAR, podemos citar o surgimento de empreendimentos recentes, como o Mangarito Bar e Restaurante e o Glamping Mangarito, ambos no bairro da Serra, que são direcionados para este público. O segundo passou a funcionar em 2014, correspondendo a um estilo sofisticado de meio de hospedagem. De acordo com a entrevista com o proprietário, este empreendimento busca atender o público de lazer da classe A e colégios de alto padrão, que procuram hospedagem diferenciada, a qual se baseia no padrão da hotelaria internacional.

Sobre a entrada deste público mais elitizado, segue o seguinte trecho do depoimento sobre o assunto.

“É um turismo mais gourmet e nós estamos devagar tentando melhorar isso. O Mangarito (restaurante) mesmo, ele veio pra atender esse pessoal” (T.T.S.6. – informação verbal).

É possível que a entrada desse público com um poder aquisitivo mais alto seja ligado diretamente com a percepção dos entrevistados de que o visitante atual é mais exigente. Um indicativo da entrada desse público mais exigente é o fato de ter havido uma grande quantidade de estabelecimentos realizando reformas e melhorias em suas dependências, como já fora comentado na sessão sobre os impactos positivos causados às populações de entorno. Sobre este público, seguem os comentários feitos pelos *stakeholders* T.T.S.6. e T.T.S.5., durante as entrevistas.

“Quanto maior o poder aquisitivo do cara que vem pra cá, mais ele cobra qualidade” (T.T.S.6. – informação verbal).

“Eu vejo que o perfil do turista mudou, tem muita mais gente querendo comodidade, conforto” (T.T.S.5. – informação verbal).

Também foi mencionada a entrada de um público que busca lazer e descanso. Neste caso, também deve ser levado em consideração o surgimento do empreendimento Glamping Mangarito, que atende o mesmo. Sobre este público, segue o depoimento do *stakeholder* T.T.S.1.

“De uns dois anos pra cá (2017), estamos tendo um tipo de turista que vem pra cá, vê uma caverna e volta pra pousada pra descansar e no outro dia, mesma coisa. Antes só vinha gente querendo fazer cinco no mesmo dia. Isso tá mudando” (T.T.S.1. – informação verbal).

Sobre o terceiro apontamento mais representativo (F) – público mais consciente ecologicamente –, este foi citado por quatro dos seis grupos de *stakeholders*, o qual também foi apontado por Borsanelli (2014). Este apontamento é positivo para a conservação, uma vez que o turismo realizado em UCs se contrapõe à massificação do turismo, buscando essa maior consciência e envolvimento do visitante com o meio ambiente. Seguem os trechos dos depoimentos que melhor explicam isso.

“Antigamente, os visitantes que vinham não tinham muita informação ambiental, também porque o primeiro curso de guia aconteceu em 1995 ... então, o guia também não tinha uma cabeça muito ecológica, nem o visitante, então não tinha problema do cara quebrar uma estalactite e levar pra casa” (T.T.S.4. – informação verbal).

“O turista hoje sabe que não se deve descartar o lixo em qualquer lugar, a gente não precisa falar, ele sabe que não pode depredar a mata ... o que não sabe, a gente fala, esse é nosso serviço” (T.T.S.2. – informação verbal).

“Eles têm hoje um senso muito maior de conservação, não existe isso de jogar lixinho no chão ... é diferente do pessoal que vai pra praia beber cerveja” (T.T.S.1. – informação verbal).

Todavia, alguns entrevistados defenderam que essa maior consciência ecológica se deve a um maior debate e popularização dos temas ambientais na atualidade, também sendo interpretada por alguns como uma moda, como segue.

“As pessoas vêm mais com essa consciência ecológica né, turismo ecológico, acho que a moda agora é isso né, turismo ecológico” (T.T.A.3. – informação verbal).

“Do fechamento pra cá, são nove anos. Nesses nove anos a questão ecológica, a questão da conscientização das pessoas tá mudando muito ... então, dia-a-dia, você tem um visitante com mais cuidado, mais preocupação com a questão ambiental. Ao longo do tempo, ele vai melhorando a conscientização, as pessoas vão tendo mais consciência...” (E.O.P.1. – informação verbal).

Segundo os entrevistados, o turismo pedagógico que é o carro-chefe do turismo no PETAR tem aumentado. Este pode ter aumentado por influência do embargo, ao passo que este trouxe mais segurança para o visitante e mais organização à atividade turística, pois o turismo pedagógico ocorre, no geral, nos dias úteis, quando a organização é facilitada por uma menor concentração de fluxo. Entretanto, este aumento também pode ter relação com outros fatores. Seguem os trechos dos depoimentos sobre isso.

“De 2008 pra cá, o turismo pedagógico aumentou ou, pelo menos, se manteve” (T.T.S.2. – informação verbal).

“Desde 2008, as nossas saídas pro PETAR aumentaram. Temos cerca de vinte saídas por ano pra lá. Não tenho tanta certeza do porque aumentou, mas é aquela coisa ... professor vai mudando de escola pra escola né, e é uma viagem que é sucesso total entre os alunos e entre a escola, todos gostam, é um ambiente muito único né, daí o que acontece é que o professor sai de uma escola e vai pra outra, ele quer levar os alunos dessa nova lá...” (A.P.1. – informação verbal).

“O carro-chefe aqui é o turismo pedagógico ... é o que mantém o nosso negócio, a nossa cadeia produtiva aqui. Antes, você tinha um público que vinha, de aventureiros, né. Claro que esse pessoal deixou de vir, mas ao mesmo tempo, tivemos um aumento no público pedagógico” (T.T.S.2. – informação verbal).

“A gente já fez saídas com escolas em que os alunos tinham um poder aquisitivo baixo... A gente faz bastante com alunos de classe social média e muita com alta ... e assim... é uma viagem cara” (A.P.1. – informação verbal).

No mais, embora haja entrevistados que acreditem que tenha havido mudanças no perfil do visitante após o fechamento, também existem opiniões que concordam que tenha havido tais modificações, mas sem relacioná-las ao embargo, considerando-as como um processo natural de mudança, como segue no trecho do depoimento do *stakeholder* T.T.S.1.

“Mudou, mas não é devido ao fechamento. Mudou devido ao turista comum, à evolução brasileira no turismo, a inclusão de mais pessoas em viagens, mais pessoas querendo viajar” (T.T.S.1. – informação verbal).

Como é possível observar, o perfil do visitante sofreu variadas modificações, o qual foi diversificado. Todavia, se não pode ignorar o fato de que determinados aspectos podem ter sofrido influências de outros movimentos, como por exemplo, o movimento ecológico e sustentável, que vem se difundindo bastante desde os anos de 1990.

A seguir, as conclusões sobre os resultados do presente trabalho são apresentadas, apontando os pontos mais pertinentes observados.

6. CONCLUSÕES

As conclusões aqui apresentadas têm base nos objetivos específicos deste trabalho, referindo-se aos impactos que atingiram o uso público e as populações de entorno, assim como possíveis modificações no fluxo de visitantes e no perfil do turista que visita o Parque.

Os resultados desta pesquisa demonstram que ocorreram impactos positivos e negativos para a população de entorno e também para o uso público do Parque.

Sobre os impactos positivos identificados, os mais relevantes são: maior organização e ordenamento no uso público; mais segurança para os visitantes e mais conservação ambiental. Estes são influenciados pelas regras e determinações advindas com o TAC e pela a obrigatoriedade no acompanhamento do monitor em todos os passeios.

Sobre possíveis melhorias na gestão do uso público do Parque após o embargo, esta é complexa. Assim, a depender do ponto de vista, o uso público está mais organizado ou mais desorganizado desde 2008. A percepção dos entrevistados e usuários pode variar, principalmente, dependendo de quando o visitante faz a sua visita: se é na baixa temporada – facilitando a organização – ou em feriados prolongados – dificultando a gestão do uso público.

A obrigatoriedade no acompanhamento do monitor em todos os passeios gerou benefícios para a monitoria do Parque, uma vez que a divisão do fluxo turístico em grupos com menos pessoas proporcionou mais oportunidade de trabalho para os mesmos. Isso também gerou mais qualidade de vida e segurança para estes, devido ao maior controle na entrada e saída das cavidades e pela determinação de horários específicos de trabalho.

Outro impacto registrado e que foi considerado positivo foi a percepção da população sobre a necessidade de desvinculação do foco do turismo na região com as cavernas do Parque, sendo que esta opinião é compartilhada tanto por *stakeholders* do *trade* turístico, como por *stakeholders* que representam a Equipe e Órgão Gestor do Parque. Ao que tudo indica, essa percepção pode implicar em outros impactos positivos a longo prazo, como o investimento em outros segmentos do turismo na região, o interesse em desenvolver novos atrativos turísticos fora do Parque, o investimento em sofisticação na hotelaria e em capacitação etc.

O maior impacto negativo causado à população local foi o prejuízo financeiro a longo prazo, o qual foi sentido sobretudo, nos anos de 2008 a 2014. A comunidade do bairro da Serra foi a mais atingida. Iporanga foi a segunda localidade mais atingida economicamente e, por

fim, Apiaí. Esta última localidade não sentiu tantos abalos econômicos, uma vez que tem uma economia mais diversa.

Sobre o êxodo rural, este processo foi entendido como característico na região, devido à pouca diversificação de trabalho e pela falta de investimentos de porte, o qual pode ter sido intensificado nos primeiros anos após o embargo.

Outro impacto compreendido como negativo foi o surgimento de uma reserva de mercado, com poucas empresas dominando o mercado local, sobretudo no ramo do agenciamento, concentrando a maior parte dos ganhos na mão das mesmas pessoas.

Sobre possíveis mudanças no fluxo de visitantes face ao embargo, ficou bastante evidente que o fluxo turístico ter aumentado de poucos anos pra cá é o apontamento mais representativo feito pelos respondentes. Indicativos de que o fluxo turístico voltou a aumentar nos últimos anos foram o recente surgimento de diversos negócios, o investimento em reformas em diversos negócios já existentes e pela sensação percebida pela autora durante as entrevistas de que a comunidade de entorno superou o ressentimento que tinham em relação ao embargo, tendo mais confiança no turismo, atualmente.

Sobre possíveis mudanças no perfil do visitante, o antigo público do Parque se afastou. O visitante que vai hoje apresenta um aparente poder aquisitivo mais alto, tem um nível de consciência ecológica mais evidente e, por outro lado, é menos envolvido com a região e com os moradores locais.

Para fim de esclarecimento, não foram propostas soluções para os diversos impactos constatados, assim como alguns problemas de gestão identificados, uma vez que propor soluções não faz parte dos objetivos do presente trabalho.

A percepção dos entrevistados de que o ideal seria abrir novas opções de atrativos, como cavernas que já receberam visita no passado e que estão fora da área do Parque, parece ser uma boa estratégia para diminuir os problemas em feriados prolongados e atrair o antigo público do Parque.

É importante deixar claro que grande parte dos impactos negativos observados são referentes ao atraso na implantação dos PMEs. Acredita-se que com a futura implantação dos PMEs os maiores problemas evidentes nos feriados prolongados possam ser resolvidos ou amenizados, melhorando a experiência do visitante e sua satisfação, trazendo ganhos para a comunidade do entorno e para a conservação.

Por fim, que a partir da problemática apresentada e discutida neste trabalho, possam ser feitas reflexões a respeito de atos mal planejados no universo do turismo, os quais podem afetar milhares de pessoas que dependem da atividade, envolvendo diversos setores da sociedade civil, com impactos variados e perdurando por décadas, muitas vezes. O caso do PETAR fica como exemplo para que as pessoas envolvidas ajam com mais respeito à natureza e às populações e, pra que não aconteça novamente.

REFERÊNCIAS

- ALLEGRINI, C. Q. S. **Gestão do programa de uso público no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR – Um estudo de caso de implantação de sistema de cobrança de ingressos e serviços**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.
- BORSANELLI, F. A.; LOBO, H. A. S. Percepções dos visitantes sobre a evolução do espeleoturismo no PETAR face ao fechamento das cavernas turísticas em 2008. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 32., 2013, Barreiras. **Anais...** Campinas: SBE, 2013. p.45-54.
- BORSANELLI, F. A. **A trajetória do espeleoturismo no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, face ao fechamento de suas cavernas turísticas em 2008**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.
- BORSANELLI, F. A.; LOBO, H. A. S. Impactos causados à comunidade local com o fechamento das cavernas turísticas do PETAR em 2008 na visão dos *stakeholders* envolvidos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 33., 2015, Eldorado. **Anais...** Campinas: SBE, 2015. p.719-727.
- BRASIL. Lei n. 9985 de 18 de julho de 2000. Título: Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em <<https://www.presidencia.gov.br>>. Acesso em: 24 nov. 2016.
- BRASIL, 2017. Título: unidades de conservação receberam 8,3 milhões de visitantes em 2016. Disponível: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2017/02/unidades-de-conservacao-receberam-8-3-milhoes-de-visitantes-em-2016>>.
- CARREGOSA, E. A., SILVA, S. L. C., KUNHAVALIK, J. P. Unidade de conservação e comunidade local: uma relação em construção. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 35, p. 305-319, dez. 2015.
- CASTRO, C. E., ESPINHA, A. M. L. Narrativa sobre a efetivação de um Parque e algumas de suas humanidades. **Pesquisa em turismo e paisagens cársticas**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 07-17, 2008.
- COSTA, J. P. O. Avaliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Cinco anos depois de seu reconhecimento pelo programa MaB-UNESCO. São Paulo: CNRBMA; 1997.
- COSTA, P. C. **Unidades de conservação: matéria prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- DEBLASIS, P. A. D. **Pequena História do vale do Ribeira de Iguape, estado de São Paulo, antes da chegada dos europeus**. In: SEMINÁRIO PARA IMPLANTAÇÃO DA TEMÁTICA PRÉ-HISTÓRIA BRASILEIRA NO ENSINO DE 1º, 2º E 3º GRAUS, 1994, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 121-126.

DRUMOND, M. A. Participação comunitária no manejo de unidades de conservação: manual de técnicas e ferramentas. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis, 2002.

FERNANDES, I. P. **Planejamento e organização do turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FIGUEIREDO, L. A. V. Cavernas brasileiras e seu potencial ecoturístico: um panorama entre a escuridão e as luzes. In: VASCONCELOS, F. P. (org.). **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: FUNECE, 1998.

FIGUEIREDO, L. A. V. de. **Cavernas como paisagens racionais e simbólicas: imaginário coletivo, narrativas visuais e representações da paisagem e das práticas espeleológicas**. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FOGAÇA, I. de F. Estudo das transformações da estrutura física do bairro da Serra, entorno do PETAR, em decorrência da atividade turística. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas, v.1, n.1, p. 29-42, 2008

FUNDAÇÃO FLORESTAL – FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO/SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE; INSTITUTO EKOS BRASIL (Coords.) **Plano de manejo espeleológico do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira**. São Paulo: Fundação Florestal, 2010. 765 p.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Dados de visitação do PETAR entre 2000 e julho de 2017**. Apiaí: 2017. Arquivo digital.

GEERDINK, S.; NEIMAN, Z. A educação ambiental pelo turismo. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010. p. 63-83.

GIATTI, L. L.; ROCHA, A. A. Impactos ambientais do turismo na região do PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – São Paulo – Brasil. In: 13TH INTERNATIONAL CONGRESS OF SPELEOLOGY, 2001, Brasília. **Anais...** Campinas: SBE, 2001.

GIRALDELLA, H.; NEIMAN, Z. Planejamento e gestão em áreas naturais protegidas. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.) **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010. p. 124-148.

HILL, C. A.; FORTI, P. The classification of cave minerals and speleothems. *International Journal of Speleology*, Bologna, v. 24, n. 01, p. 77-82, 1995.

HOGAN, D. J.; CARMO, R. L. do; ALVES, H. P. F.; RODRIGUEZ, I. A.; Sustentabilidade no Vale do Ribeira. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 2, n. 3 e 4, p. 151-175, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA DE ESTATÍSTICA. Dados econômicos do município de Apiaí-SP. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 1 set. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA DE ESTATÍSTICA. Dados econômicos do município de Iporanga-SP. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 1 set. 2017.

KARMANN, I.; FERRARI, J. A. Carste e cavernas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), SP. In: SCHOBENHAUS, C.; CAMPOS, D. A.; QUEIROZ, E. T.; WINGE, M.; BERBERT-BORN, M. L. C. (Edits.) **Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil**. 1.ed. Brasília: DNPM/CPRM - Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002. p.401-413.

KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido: teoría e práctica**. Barcelona: Paidós, 1990.

LABEGALINI, J. A. **Levantamento dos impactos das atividades antrópicas em regiões cársticas - estudo de caso: Proposta de mínimo impacto para implantação de infraestrutura turística na Gruta do Lado Azul - Serra da Bodoquena (Município de Bonito-MS)**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1996.

LASSWELL, H. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, G.I (Org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.

LINO, C. F. **Cavernas: o fascinante Brasil subterrâneo**. São Paulo: Gaia, 2009.

LOBO, H. A. S. Considerações preliminares para a reestruturação turística da caverna de Santana – PETAR, Iporanga, SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 28., 2005, Campinas. **Anais...** Campinas: SBE, 2005. p. 77-87.

LOBO, H. A. S. Ecoturismo e percepção de impactos socioambientais sob a ótica dos turistas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas, v. 1, p. 67-76, 2008a.

LOBO, A. S. L.; PERINOTTO, J. A. J.; BOGGIANI, P. C. Espeleoturismo no Brasil: panorama geral e perspectivas de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.1, n.1, p. 62-83, 2008b.

LOBO, H. A. S. Capacidade de carga real (CCR) da caverna de Santana, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR) – SP, e indicações para o seu manejo turístico. **Revista Geociências**, Rio Claro, v.27, n.3, p. 369-385, 2008c.

LOBO, H. A. S. **Estudo da dinâmica atmosférica subterrânea na determinação da capacidade de carga turística na caverna de Santana (PETAR, Iporanga-SP)**. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2011.

LOBO, H. A. S.; BOGGIANI, P. C. Cavernas como patrimônio geológico. **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba, v. 70, p. 190-199, 2013.

LOBO, H. A. S. Entre 117 e 1344: qual o limite diário recomendável para a visitação da caverna Santana (PETAR-SP)? **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 645-669, 2017.

MARINHO, M. A. (Coord.). Plano de uso recreativo do PETAR, Iporanga e Apiaí/SP. São Paulo: WWF/Ing_Ong, 2002.

MARRA, R. J. C. **Espeleo turismo: planejamento e manejo de cavernas**. Brasília: WD Ambiental, 2001.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NEIMAN, Z. **Educação ambiental através do contato dirigido com a natureza**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005.

NEIMAN, Z.; PATRICIO, R. F. Ecoturismo e conservação dos recursos naturais. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org.) **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010. p. 84-104.

NETO, O. B. **Elementos do plano e do projeto em turismo**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, 1999.

OLABUENAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M. A. **La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento de turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PESSOA, M. A.; RABINOVICI, A.; Inserção comunitária e as atividades do turismo. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org.) **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri: Manole, 2010. p. 106-123.

PIVA, E. B. **Avaliação e tipificação dos impactos do uso público nos núcleos Santana e Ouro Grosso – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira PETAR (Apiaí – SP)**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

RIVA, A. L.; WEISS, R. L.; LOBO, A. C. As unidades de conservação devem ser fontes de riqueza para o país. In: FUNDO VALE. **Áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Fundo Vale, 2012.

ROSSI, P. R. **O estudo da demanda real no Núcleo Santana (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira): identificação das possíveis causas para o crescimento do fluxo de turismo não operacionalizado**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Faculdade Ibero Americana, São Paulo, 1996.

SANTOS, F. S. **O PETAR, desenvolvimento e Iporanga: a influência da criação do Parque na cidade do Vale do Ribeira – SP**. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de

Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2008.

SAVAGE, G. T.; NIX, T. W.; WHITEHEAD, C. J.; BLAIR, J. D. Strategies for assessing and managing organizational stakeholders. *Academy of Management Executive*, v. 5, n. 2, p. 61-75, 1991.

SCALEANTE, J. A. B. **Avaliação do impacto de atividades turísticas em cavernas.** Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.

SCALEANTE, J. A. B. Uso de cavernas como produto turístico. In: TRIGO, L.G.G.; PANOSSO NETO, A.; CARVALHO, M. A.; PIRES, P. S. (eds.) **Análises regionais e globais do turismo brasileiro.** São Paulo: Roca, 2005.

SILES, M. F. R. **Modelagem espacial para atividades de visitação pública em áreas naturais.** Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVEIRA, P. C. B. **Povo da Terra, Terra do Parque: Presença humana e conservação de florestas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, SP.** Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SOARES, M. C. C., BENSUSAN, N., NETO, P. S. F., Encontro de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UCs de proteção integral. FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade: Rio de Janeiro, 2002.

SOS MATA ATLÂNTICA. Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica período 2012-2013. São Paulo: 2014.

SÃO PAULO. Fundação para a Conservação e Produção Florestal. Parque Estadual Intervales: plano de gestão ambiental – fase 1. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

SÃO PAULO. **Conhecer para conservar – as unidades de conservação do estado de São Paulo.** São Paulo: Terra Virgem, 1999.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, Curitiba, v. 2, n. 2, 2004.

TERBORGH, J.; SCHAIK, C. V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos.** Curitiba: Editora UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

TRAVASSOS, L. E. P.; TRAVASSOS, E. G.; TRAVASSOS, L. P.; TRAVASSOS, L. C. P.; RODRIGUES, E. R. Ensaio exploratório sobre a percepção do endocarste e do exocarste de alunos do ensino médio. **Revista Espeleologia**, Ouro Preto, n. 12, p. 30-35, 2007.

VEIGA, A. C. P. **Perspectivas socioeconômicas da população do bairro da Serra em relação à elaboração do Plano de Manejo Espeleológico do PETAR – Parque Estadual**

Turístico do Alto Ribeira. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rosana, 2009.

VERNALHA, M. C. R.; NEIMAN, Z. Potencial turístico do Brasil. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Org.). **Turismo e meio ambiente no Brasil.** Barueri: Manole, 2010. p. 280-303.

WALLACE, G. N. A administração do visitante: lições do Parque Nacional de Galápagos. In: LINDERBERG, K; HAWKINS, D. E. (Orgs). **Ecoturismo: planejamento e gestão.** São Paulo: Editora Senac, 2002. p. 93-139.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável: Francesca Antonietta Borsanelli - UFSCar

Nome da Pesquisa: Impactos causados às populações do Bairro da Serra, Iporanga e Apiaí devido ao fechamento das cavernas turísticas do PETAR (2008) na visão dos *stakeholders*.

Prezado Sr.(a)

Esta pesquisa visa ouvir os moradores locais e *stakeholders* da região do PETAR, a respeito dos impactos positivos e negativos causados aos mesmos com o fechamento das cavernas turísticas do Parque, em 2008. A finalidade maior desta pesquisa é compreender e identificar o que melhorou e piorou na vida dos entrevistados, assim como da população do bairro da Serra, Iporanga e Apiaí. Para tal, serão feitas perguntas, sendo que o áudio da entrevista será gravado.

O senhor poderá dar sua opinião na entrevista, sendo sua colaboração importante e necessária para o desenvolvimento da pesquisa, porém sua participação é voluntária, no caso de se sentir desconfortável em opinar sobre o tema.

Será garantido o anonimato e o sigilo das informações, além da utilização dos resultados exclusivamente para os fins científicos. Você poderá solicitar informações ou esclarecimentos sobre o andamento da pesquisa em qualquer momento com o pesquisador responsável. Sua participação não é obrigatória, podendo retirar-se do estudo ou não permitir a utilização dos dados em qualquer momento da pesquisa.

Contatos:

- Pesquisador: E-mail: francescaborsanelli_@hotmail.com; Cel: -----
- Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental: ppgsga@ufscar.br;

Eu, _____, como voluntário(a) da pesquisa, afirmo que fui devidamente esclarecido (a) sobre a finalidade e objetivos desta pesquisa, bem como sobre a utilização das informações exclusivamente para fins científicos. Meu nome não será divulgado e terei a opção de retirar meu consentimento a qualquer momento. Este termo será disponibilizado em 2 vias originais, sendo que uma ficará com o participante.

Iporanga, ____ de fevereiro de 2017.

Participante da pesquisa

Nome

Assinatura

Pesquisadora

Nome: Francesca Antonietta Borsanelli

Assinatura
